



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO:	Nº: 1673/12	DATA: 29/11/2012
INÍCIO: 10h01min	TÉRMINO: 13h42min	DURAÇÃO: 03h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h41min	PÁGINAS: 87	QUARTOS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS - Presidenta da Associação de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas — ABCD
PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Juiz da Vara da Infância e da Juventude.
ELIANA FALEIROS VENDRAMINI CARNEIRO — Promotora de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO).
MARIA GABRIELA AHUALLI STEINBERG — Promotora, Coordenadora do Grupo de Trabalho para a realização de estudos para enfrentamento dos casos de tráfico de pessoas.
ANÁLIA RIBEIRO - Assessora da CPI da Câmara dos Deputados sobre o Tráfico de Pessoas.
ADRIANO DIOGO - Deputado Estadual de São Paulo.
CLAUDIA PATRÍCIA DE LUNA SILVA - Presidente da ONG Elas por Elas — Vozes e Ações das Mulheres e Vice-Presidente do Movimento contra o Tráfico de Pessoas.
TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Depoente.
TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Acusada de chefiar esquema de aliciamento de travestis para serem explorados no Estado de São Paulo.

SUMÁRIO: Reunião realizada para a oitiva de diversos convidados e de uma convocada.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve suspensão de reunião.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Freire) - Bom dia a todos.

Neste momento, declaro aberta a 30ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido à vigência da Convenção de Palermo.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para oitiva de vários convidados e convidadas.

Antes de passar a palavra aos expositores, peço a atenção dos senhores e senhoras para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo os convidados de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Os Deputados interessados em interrogá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Nós gostaríamos de dizer a todos que nós estamos aguardando o nosso Presidente, que está, neste momento, participando de uma outra reunião. Vou deixar a cargo do nosso Presidente, quando chegar, para fazer a formação da Mesa. Enquanto isso, nós gostaríamos de convidar aqui um dos nossos convidados para que venha trazer aqui a sua indagação. Nós queremos pedir, por gentileza, que venha a esta Mesa a Presidente da Associação Brasileira de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas – ABCD, Ivanise Esperidião da Silva.

Nós gostaríamos de esclarecer também que esta reunião será dirigida pelo Regimento Interno da Câmara Federal. *(Pausa.)*

Quero informar à Sra. Ivanise: a senhora dispõe de 20 minutos para a sua fala.

A SRA. IVANISE ESPERIDIÃO DA SILVA SANTOS - Bom dia a todos.

Primeiro, eu quero agradecer, mais uma vez, pelo convite de estar aqui participando desta CPI. Estive em Brasília, no dia 18 de setembro, onde foi muito proveitosa a minha ida à CPI. E estar aqui hoje novamente é mais para agradecer pela confiança no meu trabalho, que é um trabalho árduo, de 16 anos de luta e de busca não só pela minha filha, mas por milhares de mães que, assim como eu,



perderam os seus filhos e que até hoje não sabem o que aconteceu com eles, se estão vivos, se estão mortos, se estão servindo de escravos brancos por aí.

Eu vejo hoje aquela novela da Glória Perez, vejo a situação daquelas meninas e começo a imaginar: será que a minha filha não está vivendo o mesmo pesadelo que aquelas moças? E começo a me colocar no lugar das mães que, assim como eu, procuram por uma resposta.

A minha vinda aqui hoje é somente mais para agradecer. Eu ia trazer duas mães de que nós temos todos os indícios de que aquelas meninas foram vítimas de tráfico de pessoas. Uma delas é a Ana Paula Germano, uma moça muito bonita de 23 anos, loira, de olhos verdes, que desapareceu praticamente na calçada de casa, quando saiu de casa, no dia 3 de outubro de 2009, para ir trabalhar. E essa mãe se transformou numa guerreira. E todos os indícios levam a crer que essa menina foi vítima de tráfico de pessoas.

Temos uma outra, que é uma garota de 11 anos, uma menina de 11 anos, com 1,73 metro de altura, muito bonita. Foi vista, pela última vez, acompanhada por um homem. E a mãe já está procurando por essa garota há 1 ano e 9 meses e também não encontrou nenhuma resposta.

Por ironia do destino, as duas não tiveram condições de comparecer aqui hoje, porque elas tinham perícia médica, porque o desaparecimento, a primeira seqüela que ele deixa é o desequilíbrio emocional. A depressão é a primeira sinalização desse desequilíbrio. E essas mães estão fazendo tratamentos psiquiátricos, foram afastadas do serviço e hoje tinham perícia médica. Portanto, elas não puderam vir.

Uma delas, que é a Sandra Moreno, como eu falei, é uma pessoa determinada. Eu falo para ela que eu nunca vi uma mãe tão determinada como ela. Ela até escreveu um projeto de iniciativa popular para colhermos assinatura para criar políticas públicas ligadas ao desaparecimento.

Eu até fiz algumas anotações aqui sobre a reivindicação do projeto de iniciativa popular que ela fez, que é: a criação de delegacias especializadas em cidades com mais de 100 mil habitantes; a criação de um sistema integrado em todo o território nacional, com a Polícia Federal, a INTERPOL e as fronteiras; interligação dos boletins de ocorrências das delegacias em todo o território nacional, que seja



feito um modelo único de boletim de ocorrência. Porque cada delegacia faz um boletim de ocorrência que, às vezes, você não consegue nem entender o que está escrito ali. Eu vivo isso diariamente lá no escritório. Tem boletim de ocorrência que vem sequer sem as características físicas do desaparecido. Então, que seja criado um boletim de ocorrência modelo, para que todas as delegacias e todo o território nacional façam esse boletim e que ele seja feito e elaborado em modelo único.

A obrigatoriedade das informações de pacientes não identificadas nos hospitais. Nós temos uma dificuldade muito grande porque, às vezes, a pessoa deu entrada no hospital, está sem identificação, e os hospitais não permitem que as famílias visitem esse paciente. Então, a gente tem essa dificuldade.

Eu, particularmente, há alguns hospitais psiquiátricos que, quando recebem pessoas sem identificação, me ligam ou me mandam a foto via *e-mail*, e a gente faz uma pesquisa para saber se aquela pessoa está desaparecida ou não. Já aconteceu, várias vezes, de aquela pessoa estar desaparecida. Mas nisso, como instituição, eu tenho essa facilidade; mas, como mães, elas têm essa dificuldade de acesso a essas informações. Que a responsabilidade do desaparecimento seja uma coisa interligada com o Município, o Estado e o Governo Federal, porque o desaparecimento, hoje, é somente de responsabilidade do Estado. O Município não tem nenhuma responsabilidade sobre o desaparecimento. Então, que o Estado, o Município e o Governo Federal possam fazer um trabalho de forma integrada, porque, quanto mais ferramentas a gente utilizar, no sentido de tentar identificar uma pessoa, melhor é o resultado. Eu tenho aprendido muito, ao longo desses 16 anos de busca pela minha filha, principalmente, eu me transformei numa pessoa muito pidona. Eu não posso ver um delegado, eu não posso ver um conselheiro tutelar, um promotor de Justiça, que eu já vou dando o meu cartãozinho, já convido para ir lá tomar um cafezinho comigo, porque eu acho que só assim a gente consegue resolver esse problema. Ter um filho desaparecido, eu não desejo isso para ninguém. Eu não criei a minha filha para ir à casa de uma colega, a 300 metros de distância da minha casa, e desapareceu há 120... E, até hoje, eu nunca mais tive uma resposta. Nunca alguém chegou e disse: *“Olha, eu vi a Fabiana em algum lugar”*. O que eu tive até hoje foram alarmes falsos. Então, se nós nos unirmos, o Estado, o Município, o Governo Federal, a sociedade civil, nós vamos chegar a um resultado maior. E quem vai sair ganhando com isso somos nós que procuramos



pelos nossos filhos há dias, há meses, há anos. É uma ferida que não cicatriza nunca. É uma dor que não para. As pessoas falam para mim, às vezes: *“Ah, mas já faz 17 anos que a sua filha desapareceu, e a senhora ainda se emociona!”* Como se 17 anos fossem cicatrizar a ferida que deixou dentro do meu coração, a ausência da minha filha. Talvez, se eu tivesse enterrado a minha filha, eu já teria acostumado com a ideia de nunca mais vê-la, mas o que tem me matado aos pouquinhos, a cada dia, é não saber o que aconteceu, se está viva, se está morta. Hoje, a minha filha tem 30 anos. E eu fico imaginando o rosto da minha filha hoje com 30 anos. Foi feito um envelhecimento, a progressão da imagem dela. Então, hoje, eu procuro a minha filha com aquela imagem da progressão que foi feita pela Polícia Civil, com aquele rosto. E o tráfico de pessoas está automaticamente ligado ao desaparecimento. É lógico que as vítimas do tráfico são pessoas de classes sociais, assim como desaparecimentos, de classes sociais muito baixas, são pessoas que vivem num estado de vulnerabilidade, pessoas que não são conhecedoras de seus direitos, alvos muito fáceis de serem enganados, são levadas de seus países com promessas de emprego, saem em busca de um sonho e, quando chegam lá, dão de cara com um pesadelo. Então, uma coisa está ligada à outra. Eu tive um caso específico de tráfico de pessoas, na associação, no ano de 2007. Nós localizamos uma moça na Espanha. Ela ficou 2 anos mantida em cárcere. Tanto que quando ela voltou, ela estava grávida e ela não sabia quem era o pai daquela criança. E uma coisa que me deixou muito triste foi aquela mãe, talvez até pela falta de informação, por medo, por vergonha, a primeira coisa que ela fez foi mudar o telefone, mudar de endereço e não quis mais falar sobre o assunto. E assim a gente vai convivendo com esses tipos de situações. As famílias que são vítimas do desaparecimento chegam numa delegacia de polícia, e o delegado fala para aquela mãe, volte daqui a 24 horas. Ele sabe que, quando ele fala isso, ele está cometendo o crime de prevaricação, mas aquela mãe não sabe. E aí ela começa a procurar o seu filho sozinha nas ruas, nos hospitais, nos IMLs. E aí, depois das 24 horas, ela volta na delegacia, fica ali mais 2 ou 3 horas para ser atendida. E nós temos uma legislação estadual, que é a Lei 10.299, que é de autoria da ex-Deputada Maria Lúcia Prandi, que dá um prazo de 12 horas para qualquer órgão público ou particular que receber uma pessoa sem identificação, mandar um relatório para o DHPP com todas as características físicas daquela pessoa, e um relatório das circunstâncias em que ela



foi encontrada. Temos uma legislação federal, que é a Lei 11.259, que é de 2 de janeiro. Ela entrou em vigor no dia 2 de janeiro de 2006, que se chama Lei de Busca Imediata, que ela é um adendo do art. 208 do ECA, que também não é cumprida. A lei é bem clara quando ela fala que, em se tratando de criança e adolescente, o delegado que atender à ocorrência, além de fazer a ocorrência do desaparecimento, ele é obrigado a começar nas buscas. Só que a lei também não é cumprida. As primeiras horas do desaparecimento são de suma importância. Que comece essa busca! A lei diz que a delegacia, além de começar as buscas, tem que comunicar o desaparecimento à Polícia Rodoviária, à Polícia Federal, aeroportos, portos, terminais de ônibus interestaduais, intermunicipais. Esta lei foi elaborada por uma mãe, que foi Deputada Estadual em Curitiba, D. Arlete Caramês. E no primeiro encontro que tivemos da Rede Zapp, na Carta de Brasília, que foi elaborada, nós sugerimos que essa lei se transformasse em lei federal, mas a lei também não é cumprida. Eu só tenho conhecimento de dois Estados que fazem o cumprimento dessa lei, que é o Estado do Paraná e o Estado de Minas Gerais, que, por coincidência, as delegacias são chefiadas por duas mulheres, duas delegadas que eu as conheço, que têm um comprometimento muito grande com o seu trabalho. E assim, o desaparecimento, no meu entendimento e como mãe, até hoje ainda é tratado com um descaso muito grande. E nós precisamos mudar essa realidade, é para isso que nós estamos aqui, para unirmos as nossas forças, criarmos mecanismos, ferramentas, no sentido de diminuir esse número. Não sabemos com clareza quantas pessoas desaparecem no Brasil, porque não temos um cadastro nacional de pessoas desaparecidas. Temos aí duas Copas do Mundo que vão ser sediadas no Brasil, em 2013 e 2014. Nós temos que fazer alguma coisa no sentido da prevenção, para que não aconteça o que aconteceu comigo. Se você não trabalhar a prevenção agora, essas Copas vão ser... , nossas crianças vão ser alvo muito fácil dos aliciadores, principalmente dos estrangeiros que vão vir para cá assistir às Copas das Confederações e a Copa do Mundo. E eu estou aqui hoje somente para agradecer a oportunidade, agradecer a confiança pelo meu trabalho e fazer novos parceiros. Convidar vocês a ir tomar um café comigo lá no meu escritório. Sugerir: *“Vamos, D.Ivanise, fazer uma reunião, tomar um café.”* Vamos criar algumas formas de minimizar. Se a gente não puder erradicar o desaparecimento, que nós possamos minimizar a dor de quem procura por seus



filhos há dias, há meses, há anos e não sabe o que aconteceu; evitar que as nossas crianças sejam levadas dos seus lares para a adoção ilegal, para a exploração sexual, para o turismo sexual, viver como escrava branca em outros países. Fico, às vezes, perco o sono à noite pensando como alguém tem coragem de fazer isso conosco. Será que essas pessoas não são pais? Não são filhos? Parece que elas não pensam nas consequências que levam... Eu já enterrei oito mães e dois pais em 16 anos, e não morri ainda porque eu já falei que estou fazendo hora extra aqui. Tenho um histórico de dois infartos, duas paradas cardíacas, tomo 14 comprimidos por dia, mas estou aqui, firme, na certeza de que um dia eu vou encontrar a minha filha. É nessa certeza que eu tenho sobrevivido a ausência da minha filha ao longo desses 17 anos de busca. Eu acho que nós, enquanto seres humanos, enquanto estivermos nesse mundo, qualquer coisa é possível. E tudo pode ser mudado se mantivermos o esforço e a perseverança. Podemos superar tudo. O que não podemos jamais, em hipótese alguma, é desistir dos nossos objetivos. Obrigada pela oportunidade e desculpa alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Freire) - D. Ivanise, nós queremos agradecer aqui a sua fala e queremos fazer aqui o registro do Dr. Roberto Fleury Bertagni, que é da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, juntamente com o seu assessor parlamentar, Rubens Gemin. Eles se fazem presentes aqui, vieram também colaborar com esta CPI.

Eu gostaria, antes de passar a palavra para o outro orador, de esclarecer aos senhores que todos os nossos convidados, que já chegaram e já se fazem presentes, serão apresentados pelo nosso Presidente. Eu quero deixar essa honra ao nosso Presidente, mas dizer aqui da nossa alegria, satisfação em poder recebê-los. Na realidade, esta CPI trabalha em cima de informações. E nós precisamos realmente da colaboração de todos: promotores, juízes, delegados de polícia, policiais, enfim, das pessoas, das associações, porque nós queremos fazer um trabalho efetivo que possa realmente trazer um resultado para que o Brasil se sinta satisfeito nesse trabalho tão importante que nós estamos fazendo sobre o tráfico de pessoas. Como todos vocês sabem, tem-se multiplicado o tráfico de pessoas em nosso País, e a coisa tem se agravado de uma forma muito grande. E é por isso que nós estamos nos empenhando muito nesta CPI, para que a gente possa esclarecer



muitos crimes. Isso vai logicamente colaborar para a elaboração de melhores leis, para que a gente possa coibir o máximo possível esse crime no nosso País.

Nós gostaríamos, neste momento, de pedir aqui ao Dr. Paulo Fadigas, Exmo. Juiz de Direito... Ele também veio colaborar com a nossa CPI. Naturalmente, como ele tem compromisso, nós gostaríamos de, imediatamente, passar a palavra ao Dr. Paulo Fadigas. Eu vou pedir aos demais convidados, que já estão presentes, que tomem assento nesta mesa do centro, por gentileza. Vocês podem tomar assento aqui nesta mesa do meio, aqueles que vão usar da palavra, naturalmente.

Nós queremos registrar aqui a presença do nosso Presidente, que acaba de chegar. Logo mais, estaremos passando aqui a Presidência a ele, somente dando aqui boas-vindas ao Dr. Paulo Fadigas.

O Sr. Juiz de Direito dispõe de 20 minutos.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Excelentíssimo. Sr. Deputado, Presidente e membros desta CPI, em nome de V.Exas., agradeço a possibilidade e o convite recebido por mim, na qualidade de Juiz de Direito e membro da Coordenadoria da Infância e Juventude. Excelentíssimos senhores, amigos e amigas — aqui tenho amigos pessoais, que não poderiam faltar nesse longo trabalho que nós temos em relação ao combate ao tráfico de pessoas. Inicialmente, dos três eixos do combate ao tráfico de pessoas, eu, como Juiz da Infância e Juventude, trabalho no eixo da proteção da vítima criança e adolescente. Então, em relação aos demais eixos, que é a prevenção e a persecução criminal, não tenho nenhuma, tenho apenas os contatos. Mas o que importa hoje é a proteção especializada aos afetados pelo tráfico de pessoas. Temos um trabalho. Sou Juiz da Vara da Infância e Juventude de Penha de França, onde recebo os adolescentes e crianças que vêm do tráfico internacional, até pela proximidade do Aeroporto de Guarulhos. Atualmente, tenho uma menina da Eritreia. Tive, mês passado, da Somália, meia dúzia da, desculpe, da República Democrática do Congo, Nigéria, Angola, Bolívia e, lógico, meu menino mais famoso, do Haiti, que eu fiz a reintegração familiar. Esse aí entrou como criança, e foi uma longa e árdua luta, que eu tive o prazer de fazer uma amizade muito boa com as amigas, não vou, o que foi muito gratificante. Nessa nossa atividade de proteção à vítima, temos a preocupação, porque quando a vítima é criança e adolescente não é o mesmo fluxo



de trabalho como os adultos. Com o adulto, normalmente, ou com adolescente mais velho, ele omite muita coisa, a vítima do tráfico não se acha vítima, por isso, muitas vezes eu falo afetado pelo tráfico, e é a mesma história, sai de uma pobreza muito grande. Ontem mesmo eu estive com o Padre Marcelo, não é o Marcelo, padre... Monge, Padre Marcelo Monge, que coordena a Cáritas, que é o representante da ONU, do alto, do Comissariado dos Refugiados, que atua perante a população, principalmente que vem da África, que vem pedir refúgio. Mas grande parte, como eu estava discutindo ontem com o padre, já tem o endereço da Cáritas. Então, inclusive o que foi interessante é que ontem mesmo diagnosticamos que está havendo tráfico de crianças, porque estão vindo mães, ou mulheres, a gente não sabe se é mãe, mulheres com quatro, cinco crianças e uma, como diz lá, uma no bucho. Isso preocupa, porque na cultura da República Democrática do Congo, do RDC, a mãe é uma espécie de tia, então a gente não está conseguindo saber se é mãe *stricto sensu*, ou se é uma tia, ou se ela está transportando aquelas crianças. E vamos desencadear toda uma série de atividades para proteção, encaminhando para persecução criminal e outras atividades necessárias para a proteção dessas crianças, porque vêm crianças muito pequeninhas, crianças de colo, que normalmente são alvo de adoções, adoções por outros países. Já tivemos casos em que casais bolivianos pedem crianças brasileiras, mandam, e conseguem uma adoção, conhecida como adoção à brasileira. Mas as nossas dificuldades, evidentemente, são decorrentes de fronteiras muito abertas. Esse último tráfico é algo muito recente, Deputado, é desses 2 últimos meses. Não estou falando dos 2 últimos anos, eu estou falando dos 2 últimos meses. Já comuniquei à Dra. Isaura Soares, que é a Delegada Diretora do Departamento de Migração do Ministério da Justiça. Graças a Deus, trabalhamos em equipe. Eu lembro quando a Senadora Hillary Clinton, que é a responsável por essa matéria perante as secretarias do Governo americano, falou: “Nós temos três “pês” em inglês: “p” da proteção; “p” da persecução e, persecução, proteção e prevenção. E está faltando um “p” que é o “p” de *partnership*, da parceria. Se nós não agirmos em parceria, não adianta haver um órgão, porque aí vai ser impossível haver órgão para o combate ou para abranger todos os aspectos do tráfico de pessoas. E um dos pontos que eu gostaria de ressaltar aqui é a dificuldade de fazer a reintegração familiar depois que você consegue resgatar a criança ou o adolescente do tráfico. Não é fácil você descobrir



quem vai pagar a passagem da criança de volta para a família. Fiz até, vou até apresentar um esboço de projeto de lei aqui, pelo menos a concessão de um benefício, que significa um custeio, porque, nessas horas, o que eu enfrentei? O Município fala: “Mas não posso custear uma viagem internacional”. Aí, a Polícia Federal fala, com toda a razão: “Não, nós temos todo o fluxo de adultos. Adultos.” Porque o Brasil deporta, expulsa muitos adultos. E criança? Como é que você faz com criança? Quem leva, quem paga, quem segura, quem faz a mala? O aspecto prático. Porque não dá para falar: “Aqui está a passagem, você vai embora”. O fluxo é totalmente diferente. E é uma experiência muito boa, mas ao mesmo tempo é uma experiência que demanda uma série de relações, que se fosse o fluxo institucionalizado, já tivemos, para a Guiana Francesa, além do meu caso e o caso do meu colega Yassin Ahmed, que também teve toda uma dificuldade de mandar uma criança para a Guiana. Têm os casos para a Bolívia, porque, por incrível que pareça, a maioria dos países africanos não têm nem consulados, nem representação diplomática no Brasil. Deputados, como é que eu vou mandar uma adolescente para a Eritreia? Não é... Então, é complicado. Mas, ao mesmo tempo, eu tenho que fazer cumprir a lei brasileira e a política nacional de convivência familiar e comunitária. A criança, o adolescente precisa da mãe. E aí todos os esforços necessários para encaminhar, é o aspecto prático. Eu não sou um homem de títulos, não tenho titulação alguma, sou Juiz de Direito, só sei fazer o meu trabalho, e esse trabalho não é fácil, principalmente quando temos a necessidade da intervenção da União, e ao mesmo tempo a Justiça da Infância e Juventude é tipicamente estadual, e a política de assistência social é municipalizada. Essa é a minha dificuldade. Abranger órgãos da União, graças a Deus, eu só tenho a agradecer à Defensoria Pública da União, ao Itamaraty, ao Ministério da Justiça. Mas, ao mesmo tempo, eu preciso do Município e preciso do Estado. No caso em questão, quem arcou com todas as despesas foi o Tribunal de Justiça. O Tribunal, nisso, graças a Deus mesmo, porque foi algo muito importante. Eu não tenho como, assim.... Eu me preocupo com a efetividade da jurisdição. Eu determino assim: “Reintegre a criança”. Aí, quem paga? Alguém tem que pagar. Eu tive a sorte... A Coordenadoria da Infância trabalha junto com o Presidente do Tribunal conscientizando dessas necessidades, mas isso não é algo institucional, não é algo legal, não é uma norma que o ordenador de despesa sabe *“isso aqui, eu tenho que*



pagar". Fica naquele mais ou menos nível da informalidade, isso, no fluxo do atendimento da vítima, é complicado porque eu não sei como é a disposição do colega do Amapá, apesar de eu conhecer o Desembargador Corregedor do Amapá, o Dr. Gilberto Pinheiro, que realmente... O Tribunal do Amapá faz esse mesmo serviço, mas não é algo normativo, é algo da pessoa, da boa alma que vai encontrando, mas nem sempre a gente encontra boas almas, e com uma criminalidade, que não é uma criminalidade pé de chinelo. Os criminosos que tentaram resgatar o menino que estava comigo falavam francês, os passaportes tinham mais carimbos do que qualquer um de nós aqui, falavam francês, inglês, espanhol, até eu perguntei: "*Onde o senhor aprendeu essas línguas?*" "*Olha, eu aprendi na escola pública do Haiti.*" Quase mandei os meus filhos para lá, né? Por quê? Nós estamos acostumados, infelizmente, a lidar com uma criminalidade que é pobre, e se é organizada também não é muito rica. Agora, quando você vai lidar com os traficantes de pessoas, os coites, eles lidam com muito dinheiro e com muitas pessoas em muitos países, e com corrupção ativa de várias autoridades de vários países, porque é impossível uma criança de 6 meses andar para vários países africanos e chegar em São Paulo sem haver um esquema de corrupção muito grande. Quando chegam aqui, nós temos que receber, principalmente a criança, porque a criança é a maior afetada, que nem está sabendo, nem sabe onde está. Esse último caso da Eritreia, a menina chegou e falou: "*Cheguei nos Estados Unidos?*" Porque o destino final dela era os Estados Unidos, não era o Brasil. Depois de uma meia hora, ela descobriu que aqui não era os Estados Unidos, ela chegou no Aeroporto de Guarulhos. Você percebe que outras que vieram parar na prostituição, ou até casamento, até tem tráfico para fins de casamento, que o marido muçulmano convida, contrata um alemão que faz isso. Isso, nós conseguimos apurar. Temos esse trabalho de apurar, encaminhamos a *noticia criminis* para as autoridades federais, mas não é o meu foco. O foco da Infância e Juventude é a proteção, porque enquanto esse adolescente, essa criança estiver aqui conosco, ela é sujeita de direitos, ela merece toda a proteção. Vida humana não pode ter atrás uma plaquinha assim "*made in Brazil*", "*made in China*". Não, é ser humano. Eu acho que a Constituição Federal diz assim "aos brasileiros e aos residentes aqui". Ela está residente aqui, então ela recebe toda a proteção. Mas quantas vezes, Deputado, me questionaram: "*Por que o Brasil vai ter que gastar dinheiro com estrangeiros?*" Aí eu



falo: *“É criança, é adolescente. Eu acho que é um compromisso nosso.”* A partir do momento em que nós assinamos a Convenção de Haia, nós não perguntamos isso, não perguntamos se iríamos proteger só os nossos. É muito importante eu vir aqui e destacar isso, das dificuldades que nós temos, dificuldades assim, operacionais, estabelecendo-se fluxos, a proteção será muito mais fácil, e também a atribuição de quais autoridades, porque o Brasil tem várias autoridades centrais, em matéria de devolução de crianças. Por que várias? Porque alguns tratados preveem uma autoridade diferente. Normalmente, a autoridade central na devolução de crianças e adolescentes é a Secretaria de Direitos Humanos, a Ministra Maria do Rosário, algumas, não, alguns tratados estabelecem outras autoridades, outros é o DRCI do Ministério da Justiça, mas ninguém consegue me pagar uma passagem. Por quê? Aí chega a parte de orçamento. *“Não, isso aqui não é nossa atribuição”*. Isso que é complicado. Eu sei que é complicado, eu não os culpo, porque uma das atividades que eu tenho é trabalhar com orçamento. Por isso que se a gente estabelece fluxos, atribui a quem a despesa, tenho certeza de que nós vamos poder estabelecer uma proteção.

Uma coisa que o traficante disse para mim, ele disse assim: *“Eu duvido que o senhor vá conseguir levar essa criança de volta para a mãe”*. Eu consegui. Fico com muito orgulho porque, como a Promotora na época disse para o traficante, aqui é um Estado de Direito; aqui, a lei prevalece. Demorou um pouquinho, mas não por nossa culpa. Demorou, mas não foi... Até o Governo, no caso, o Governo do Haiti, demorou apenas 2 anos e meio para conceder um passaporte. Isso, graças ao Embaixador do Brasil, lá em Porto Príncipe, que foi pedir ao Presidente da República do Haiti o passaporte do menino. Quando a gente se depara com governos que não gostam dos seus cidadãos, começa aquele diálogo muito esquizofrênico. Você fala: *“Eu não posso conceder um passaporte brasileiro. Quem tem que conceder o passaporte nacional é o senhor, o Presidente, o Embaixador”*.

É isso que o Brasil vai enfrentar. É impossível nós termos cada vez mais pessoas vindas de países em que o Estado de Direito não existe, apenas são Estados de fato... A Somália é um. Não tem nem para quem eu ligar na Somália. Imagina a dificuldade de eu tentar... Tentamos, tentamos. Tentamos estabelecer a rota do tráfico; veio pelo Sudão, em relação à Somália. Mas a Somália não é um país. Está lá. A gente aprende na Geografia, tem uma representação na ONU, mas



ela está mandando gente para o Brasil. A Somália está; o antigo Congo Belga, a República Democrática do Congo. Mas lá, graças a Deus, o Brasil tem uma boa representação diplomática.

Então, é o Estado brasileiro estar conversando com outro Estado, através dos canais diplomáticos, com um policial. Até as embaixadas brasileiras, algumas têm um adido policial, que faz essa grande ponte entre as duas autoridades. E me vali muito deles, Deputado, muito, porque eles é que estabelecem uma comunicação.

Nesses países que estão em conflito, em guerra, é muito difícil você conversar com uma autoridade que goste daquela pessoa que é refugiada, porque, se ele foi refugiado, ele está sendo expulso. Não formalmente, mas na prática. Uma menina, Deputado, foi estuprada 16 vezes por um colega dela de escola porque ele entrou no Exército, houve uma revolução, ele matou a família e estuprou a menina. Levou a menina para uma floresta e foi estuprando. Ela fugiu, entrou na rota da prostituição e veio parar no Brasil. Nas condições em que ela chegou, mentais, nunca mais ela será uma pessoa normal. Ela passou 5 dias correndo numa floresta.

O Brasil recebe. Vêm de navio. Um menino veio da Nigéria, atravessou o mundo para vir de navio para o Brasil, para ser jogar do Corinthians, porque o Brasil tem essa fama de hospitaleiro, de receber. Então, já que nós somos hospitaleiros, acabamos tendo mais esse encargo.

Agora, encerro, para não me alongar. Agradeço. Fico feliz por haver uma CPI. Fico feliz por tantas pessoas e autoridades presentes, porque eu conto não só com o apoio oficial, mas o apoio pessoal de muitas pessoas, senão não conseguiríamos realizar o trabalho. Eu espero que um dia não tenhamos mais dor de cabeça, não tenhamos mais dificuldades com o tráfico, mas sempre haverá; os fluxos migratórios sempre haverá e, quando se refere à criança e adolescente, nessa parte o Protocolo de Palermo excepciona. Ele fica qualifica várias condutas que tipificam o tráfico, mas, quando chega com crianças, qualquer transporte é tráfico quando não autorizado. Por isso, a minha abrangência em relação às vítimas é bem maior do que em relação aos adultos.

Mais uma vez, Excelentíssimos. Srs. Deputados, agradeço muito. Meus amigos, minhas amigas, doutoras e doutores, membros de todas as instituições, agradeço. Muito bom dia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Freire) - Nós queremos agradecer ao Dr. Paulo. Na realidade, a sua fala foi muito importante. Aqui nós acabamos ouvindo de V.Sa. a dificuldade que se tem para dar solução a muitos casos, principalmente os casos menores. Então, eu agradeço.

Comunico a todos os presentes que esta CPI está sendo gravada e também taquigrafada, e será apresentada a todos os membros e àqueles que estão participando, os nossos convidados, uma cópia da apresentação, assim como a todos os que desejarem.

Gostaríamos de registrar a presença do Deputado Estadual Adriano Diogo. Muito obrigado pela sua presença.

Vou deixar ao nosso Presidente, repito, para que ele venha compor a Mesa. Peço que tenha um pouco de paciência.

Gostaríamos, neste momento, de facultar a palavra à Dra. Eliana Vendramini, Promotora de Justiça do GAECO. Acredito que ela também tenha informações importantes para nós, para enriquecer com seus conhecimentos esta CPI.

Com a palavra a Dra. Eliana, que disporá também de 20 minutos.

A SRA. ELIANA FALEIROS VENDRAMINI CARNEIRO - Bom dia a todos. Muito obrigada, Deputados. Agradeço muito a oportunidade, principalmente porque com a presença de todos os colegas, com os quais nós trabalhamos há mais de 6 anos, nós precisamos ter uma voz, penso eu, hoje muito importante no vetor repressão. O Dr. Paulo mencionou muito a questão da reintegração do menor à família.

Nós, Promotores de Justiça, eu e minha colega aqui presente, nos preocupamos muito com a situação atual da legislação, como se apresenta. Inclusive, fizemos agora uma crítica ao próprio anteprojeto de Código Penal. Eu queria explanar essas dificuldades, porque elas fazem parte do nosso dia a dia para dar andamento a esses processos, seja na responsabilização das pessoas quando identificadas, porque o trabalho de investigação é muito árduo, seja depois também na questão da proteção à vítima, que também é uma preocupação de primeira ordem no Ministério Público.

Com relação à legislação, durante anos, já que há um anteprojeto de 2003, nós brigamos para que houvesse uma lei específica sobre tráfico de pessoas. Esse anteprojeto é do Dr. Nelson Pellegrino, então Deputado, que privilegia toda a forma



como se comunica o Protocolo Adicional da Convenção de Palermo. Portanto, é um anteprojeto de excelência, na medida em que ele acaba se preocupando com o conceito de organização criminosa, que sequer é tipificado no Brasil. Hoje, quando nós encontramos uma organização criminosa, que tem conceitualmente uma força muito maior do que uma quadrilha, nós temos, como Promotores de Justiça, pasmem os senhores, que denunciar como uma mera quadrilha, porque nós não temos no Brasil um tipo penal de crime organizado. Já começa aí o nosso absurdo quando vamos pensar mais tarde numa repressão, numa resposta devida, o que dirá numa reeducação desse criminoso — que é um criminoso, como disse o Dr. Paulo, com uma formação pessoal completamente diferenciada, com uma reincidência bastante marcante e com um preparo por trás que faz com que a sua criminalidade não cesse?

Começando aí, pela própria ausência do tipo penal de crime organizado, esse anteprojeto é brilhante, na medida em que ele também nos permite criminalizar outras condutas no combate ao tráfico de pessoas que não simplesmente — simplesmente eu digo dentro da gravidade do tema — da prostituição, porque o Brasil hoje, com o Código Penal, não o de 40, mas com uma reforma dos idos de 2000, ele tipifica apenas, criminaliza apenas o tráfico de pessoas para prostituição, interno e internacional. Ou seja, todos os demais tráficos, todos, e aqui eu incluo não só o trabalho forçado, que é, por obviedade, um destaque neste País, mas a adoção forçada, que é outro destaque, infelizmente, neste País, o tráfico de órgãos e o casamento servil, todos eles com destaque muito grande no nosso atendimento, ficam sem um tipo penal para que o promotor possa trabalhar, seja na esfera estadual, seja na esfera federal.

Além desse problema, como esse anteprojeto tem sido alvo de um trabalho árduo por nós, apesar do seu andamento, não veio a se tornar lei nesse período, e temos agora um anteprojeto do Código Penal.

O Ministério Público também já se preocupou, e agora nós fizemos uma crítica construtiva ao anteprojeto do Código Penal para que se incluía no tipo penal de tráfico de pessoas, que se insere agora no título proposto pela douta Comissão, que é o título de Combate aos Crimes Contra a Humanidade — e agora ali se incluem o trabalho forçado e a prostituição. Muito além disso, é preciso que nós não deixemos passar a oportunidade de constarem desse tipo penal a adoção forçada e o



casamento servil. Agora nós teríamos um tipo penal que incluiria, além da prostituição, o tráfico de órgãos, tecidos e parte de corpo, e o trabalho forçado, mas nós não estamos incluindo — e esse é um clamor muito forte do Ministério Público — casamento servil e adoção forçada. É uma proposta nossa.

Além disso, não há — e essa é uma tônica muito forte para quem trabalha na área — uma penalização econômica. Apenas a penalização de caráter pessoal, como a prisão. Embora as penas já tenham sido mais altas, o que é proporcional à gravidade do crime, nós temos ali um claro viés de ganho econômico desse crime organizado. O trabalho é de 2003, certamente esses números já se alongaram, mas a ONU já apontava que o tráfico de pessoas rende muito mais que o tráfico de armas e de drogas no mundo, de forma que é um absurdo nós termos um tipo penal que preveja a condenação pessoal, mas que não preveja uma condenação forte e pecuniária. Então, nós estamos pedindo também que esse anteprojeto — a Comissão fale por nós nesse sentido — abarque a questão pecuniária.

Finalmente, duas causas de aumento que não foram colocadas também nesse tipo penal do anteprojeto do Código Penal, que é a causa de aumento daquele que — e essa é praticamente a grande realidade desses crimes — se vale da incapacidade de análise da vítima, e isso inclui os menores, mas muitos maiores também, porque vêm, como já disse a nossa primeira colega, de comunidades, às vezes, com falta de informação sobre o tema, mas que também se vale do problema econômico da vítima. Essa é uma causa de aumento essencial. Foram colocadas algumas causas de aumento no tipo penal do anteprojeto, mas não a causa de aumento para aquele criminoso que se vale da dificuldade econômica da vítima.

Todos nós conhecemos aqui o caso de tráfico de pessoas que ocorreu entre Brasil e África do Sul, e ali a grande tônica foi justamente se valer da problemática econômica das vítimas. A Dra. Anália, que está aqui presente, trabalhou pessoalmente no caso e pode nos contar como elas se encontram hoje depois do pseudoganho com o pagamento de seus rins.

Finalmente, a nossa preocupação se insere... Seja por um anteprojeto, se não tivermos um novo Código Penal muito rapidamente, seja pela mudança do tipo penal que se está propondo, nós nos preocupamos muito com o atendimento da vítima. Muito. O Ministério Público, por óbvio, tem um corpo formado para cuidar de direitos



humanos; esse corpo tem hoje a coordenação da Dra. Gabriela, que está aqui presente. E nós clamamos, tanto quanto o Judiciário, através do Dr. Paulo, aqui hoje, que nós possamos ter um fluxo de atendimento. Por mais que nós, no Ministério Público, estejamos juntos na mente — a Dra. Gabriela pode contar isso — atendendo o casos de tráfico de pessoas, isso tem sido diuturno mesmo, seja porque o Dr. Paulo encontra esses casos, seja porque muitos procuram a própria Dra. Gabriela, seja porque alguns nos procuram sabendo do tema, nós precisamos formar um fluxo de abrigamento.

Onde fica essa pessoa enquanto o processo corre, enquanto se tem certeza que é tráfico de pessoas? Porque nem tudo também pode ser levado como uma verdade se não provado. Aliás, nada pode ser levado dessa forma. Como ficam os casos que são diuturnos do Cáritas, que foi mencionado pelo Dr. Paulo hoje? Nós também trabalhamos com Cáritas muito proximamente, quando essa vítima passa pelo Cáritas, porque os traficantes, muitas vezes, utilizam essa instituição, que é muito séria, como inocente útil, porque essa instituição tem um abrigamento para os seus casos de pessoas que aqui se encontram refugiadas.

Eu vou dar um exemplo muito claro. Agora, há menos de um mês, nós conseguimos, com o trabalho da Dra. Gabriela, uma verba que não se conseguia em órgão nenhum, como disse o Dr. Paulo, através da Organização Internacional de Migração, para que uma moça, que foi traficada... E esse caso era bastante claro para nós, porque ela, ao contrário das vítimas maiores, deu o telefone da sua casa, telefones e dados dos traficantes, dado das pessoas que a pegaram no aeroporto; ela não trazia dados controversos sobre o que a trouxe ao Brasil; ela foi chamada para trabalhar por um ano como babá aqui, essa era a proposta. A pessoa que a cooptou no seu país, na África do Sul, era uma pessoa conhecida dela. Portanto, ela tinha motivos para acreditar nessa pessoa. Ela deu dados dessa pessoa para nós. Tudo já foi passado ao Ministério Público Federal, porque nós temos um contato de amizade mais uma vez, não pelo fluxograma, porque é tráfico internacional. Essa moça, quando chegou aqui, na verdade, ela tinha sido traficada para realizar tráfico de drogas. Ela conseguiu, no saguão de um hotel, fazendo um tremendo escândalo, fugir desses traficantes e foi parar no Cáritas. Mas foram 3 meses de luta em todo e qualquer órgão possível para conseguir a verba para que ela fosse recambiada ao seu país, com muito sofrimento, porque ela tinha filhos no seu país também; ela



contou a sua família tudo o que estava acontecendo. Esse caso é de agora, o retorno dela foi o mês passado, se a memória não me trai, e ela só voltou porque, com um diálogo muito grande do Ministério Público Estadual, a Organização Internacional de Migração e o Caritas, esses três órgãos conseguiram fazer com que ela voltasse a casa dela, e a investigação segue com o Ministério Público Federal, que é nosso parceiro.

Nós temos um promotor que recebe esses casos e que nos acolhe porque nós, do Ministério Público Estadual, fazemos a investigação através do Grupo de Combate ao Crime Organizado, do qual eu faço parte, a investigação do tráfico de pessoas interno. Mais do que isso, todos esses casos têm sido agora compilados também pela organização que tem sido feita pela Dra. Gabriela no Ministério Público para que a gente não perca de vista o quão o Brasil tem sido mesmo um receptor, um local muito profícuo para essa criminalidade.

Vejam, é uma criminalidade — eu vou repetir o que o Dr. Paulo falou, para que isso fique gravado —, uma criminalidade muito forte, que tem um poder econômico muito forte e que tem um poder também de reorganização muito rápido. Se nós não nos organizarmos, nós vamos perder para uma criminalidade que vem crescendo todos os dias aqui neste País e que vai chegar aqui com força nos próximos eventos que se seguirão.

Então, a nossa tônica aqui hoje seria a questão legislativa, a força do anteprojeto ou do Código Penal, mas com as modificações que nós pleiteamos, e também um fluxograma muito forte para que a gente possa trabalhar com todos que estão aqui presentes, seja sociedade civil, seja representantes públicos, e que isso seja rápido porque, a título de exemplo do que nós passamos todos os dias, não é porque essa pessoa chegou às duas da tarde na Promotoria que eu não tenho que me preocupar onde ela vai dormir às dez da noite. Aí começa um drama terrível de todos nós, porque não existe abrigo, porque não existe verba, porque não existe... Quantas vezes há alguém de alguma ONG, que faz parte de um conhecimento nosso, que vai lá e abriga na sua casa? Nós não podemos tratar essa criminalidade de forma tão amadora. Isso é muito sério.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Freire) - Muito obrigado, Dra. Eliana.



Gente, como é importante a gente ouvir esses convidados e o quanto vêm enriquecer essa CPI todas as informações! Nós gostaríamos até mesmo de solicitar à Dra. Eliana informações sobre o caso dessa jovem mãe enganada, que veio ao Brasil para ser babá e, na realidade, era para fazer tráfico de drogas. Esta CPI solicita à senhora todas as informações possíveis, a fim de que possamos estar trabalhando nesse caso.

É interessante trabalhar com os senhores, porque esta CPI pode facilitar muito o nosso trabalho. Ela serve também como um atalho para muitas coisas, para que elas possam ser aceleradas.

Também gostaria de pedir à Dra. Eliana esse projeto de lei, se vocês ainda não o formalizaram, para que possa ser discutido no Código Penal. Que vocês pudessem trazê-lo para que possamos encaminhá-lo. Para nós será um prazer muito grande poder trabalhar nisso.

A SRA. ELIANA FALEIROS VENDRAMINI CARNEIRO - Excelência, eu o envio documentado já, porque nós propusemos no último Congresso Internacional do Ministério Público, que se deu no final do mês passado, e esse nosso pedido, esse pleito tem até fundamentação. Está pronto e eu o envio à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Freire) - Eu agradeço muito, nós agradecemos muito se a senhora puder encaminhá-lo a esta CPI.

Sr. Presidente, eu estou aqui meio tímido. O senhor está presente e nem sei falar direito agora. Por favor, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor está muito bem aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Freire) - Eu gostaria de passar a palavra à Dra. Maria Gabriela, que é Promotora de Justiça também, que disporá de 20 minutos.

Passo a Presidência ao nosso mui digno Deputado Arnaldo Jordy.

A SRA. MARIA GABRIELA AHUALLI STEINBERG - Muito obrigada, Exmo. Sr. Deputado, na pessoa de quem eu cumprimento todas as autoridades e todos os presentes. É realmente uma honra ter a palavra neste fórum tão privilegiado.

Eu gostaria de expor um pouco o trabalho que o Ministério Público vem desenvolvendo nessa área. A Procuradoria-Geral tem voltado seus olhos a esse tipo de criminalidade, para esse tipo de vítima, a vítima do tráfico de pessoas.



Apesar dos números não demonstrarem, este ano ainda fizemos um levantamento sobre os casos de tráfico de pessoas ou de trabalho escravo no âmbito do Ministério Público Estadual, e os casos que pudemos identificar com esse rótulo foram muito poucos. Os números são muito pequenos frente à quantidade de crimes que sabemos que ocorrem.

Enfim, esse trabalho tem sido desenvolvido no sentido de que ainda há necessidade de um esclarecimento não só da população, como também das autoridades e de todos os agentes das diversas instâncias do Estado — da Prefeitura, do Estado, dos órgãos de Justiça, dos órgãos de Saúde — para que essas pessoas possam identificar esses casos como possíveis casos de tráfico de pessoas. Na verdade, chegamos à conclusão de que os casos ocorrem e eles recebem outro rótulo; eles recebem outro rótulo e a vítima do tráfico de pessoas continua invisível.

Pensamos que isso se deve também ao fato de, quando você recebe uma vítima, você recebe a vítima naquele exato momento; você não a recebe com a prova do caminho que ela fez, de onde ela partiu, aonde ela chegou e qual o seu destino, e para a comprovação, como disse a Dra. Eliana, do tráfico de pessoas, nós precisamos da prova desse caminho. Então, em princípio, a vítima é vítima de outro crime, e não do crime de tráfico de pessoas; ela é vítima de outra atividade ilícita, e não dessa atividade do tráfico de pessoas. Mas, com o tempo, nós vamos, em investigações, provar esse caminho feito e percorrido por essa vítima e vamos provar, então, que se trata de um caso de tráfico de pessoas.

Nesse ponto, entendemos que é muito necessário o olhar sobre a vítima, porque, até que se prove que ela é uma vítima do tráfico de pessoas, existe um tempo que transcorre. E ela é uma vítima muito especial, essa vítima do tráfico de pessoas. Ela, muitas vezes, não se sente vítima; ela se sente culpada daquela situação porque ela, na origem, concordou; talvez não soubesse que fosse ser submetida a situações tão severas, ali na frente. É uma vítima que precisa de um outro tipo de atendimento.

Esse atendimento é muito importante do ponto de vista humanitário, porque são pessoas que estão em situações degradantes e desumanas, e ele é muito importante do ponto de vista do processo penal, porque se a nossa vítima não sabe que é vítima, se a nossa vítima tem uma associação especial com aquele aliciador,



ela é vítima, mas, ao mesmo tempo, ele é a pessoa que em algum ponto do processo a protegeu. Então, essa vítima não é uma vítima que vai colaborar prontamente.

Temos exceções, como a vítima que veio da África do Sul, que era uma pessoa com uma personalidade muito forte e conseguiu fugir dos traficantes. Eram traficantes de drogas, uma quadrilha do Rio de Janeiro. Ela conseguiu fugir desses traficantes e veio a São Paulo pedir ajuda; manteve a palavra, deu todas as informações que tinha e, finalmente, conseguiu voltar ao seu país de origem, onde tinha deixado dois filhos pequenos. Ela tinha uma situação muito difícil lá na África do Sul e conseguiu, graças a Deus, retornar a seu país de origem — e graças à sua força pessoal. Mas nem sempre nós temos vítimas com essa característica. Nesse ponto, essa pessoa específica veio traficada para praticar o tráfico de drogas. Muito bem, nós não temos tipo penal, como dizia a Dra. Eliana.

Eu gostaria aqui só de fazer um pequeno adendo à fala brilhante da colega que tem muita experiência no combate ao crime organizado, enfim, é uma grande parceira nessa nossa luta que é de todos: a questão do tráfico de pessoas para o cometimento de crimes. Seria interessante, Deputado, que fosse inserido na legislação o tráfico de pessoas para o cometimento de crimes, a exemplo da legislação francesa.

O código penal francês, além de abarcar todo o Protocolo de Palermo e a diretiva europeia, tem esse adendo, o tráfico de pessoas para o cometimento de crimes. Nesse caso, por exemplo, no Brasil não haveria crime, porque ela foi traficada para traficar drogas. Não tem tipificação penal. Mas é uma tipificação muito importante, porque a gente sabe que a quantidade de gente que é trazida para a prática de ilícitos — na maior parte para o tráfico de drogas — é muito grande. Então, do nosso ponto de vista, seria um adendo interessante na legislação.

Vamos supor que nós pudéssemos encontrar esses traficantes, cuja identificação ficou muito dificultada, no Rio de Janeiro. Teríamos uma dificuldade imensa, não é, Dra. Eliana, de tipificar penalmente e punir essas pessoas, porque praticaram o crime de quadrilha mas não praticaram outro crime de maior gravidade no Brasil, porque nós não temos legislação penal; nós não podemos aplicar o Protocolo de Palermo diretamente na esfera penal, como todos já sabem. Então, seria muito interessante ainda esse adendo.



Gostaria também de expor aqui um pouco a nossa preocupação no atendimento às vítimas. Há todo um esforço da Procuradoria-Geral de Justiça não só para fazer o estudo e o acompanhamento desses casos de tráfico de pessoas, de atendimento dessas pessoas para o acompanhamento, para a gente poder ter um olhar macro: qual é o fluxo dessas pessoas? De onde elas vêm? Para onde elas vão? De que locais do País elas saem? Por que elas vêm para São Paulo, como, onde elas ficam, como elas se sentem? Um estudo, então, desses casos, para a gente ter um olhar macro e um outro tipo de olhar para a vítima. Nós temos o olhar repressivo, que é muito importante, mas acreditamos que a prevenção é muito importante no enfrentamento ao próprio tráfico de pessoas. E a prevenção passa não só pela prevenção para o crime não ocorrer, em relação ao criminoso, à atividade desse criminoso, mas a prevenção passa também pelo atendimento dessas vítimas — o atendimento e o conhecimento desse personagem, que é a vítima, que está normalmente nos lugares mais pobres, mais sofridos.

A pessoa não é vítima só do tráfico de pessoas. Ela foi vítima de tantas outras coisas antes de ser vítima desse tráfico de pessoas: ela foi vítima da miséria, ela foi vítima da falta de educação, ela foi vítima do desconhecimento, ela foi vítima da falta de acesso aos serviços públicos. Esse é um olhar que nós pretendemos ter. E aqui eu peço, e repetindo a fala das caríssimas pessoas que estiveram aqui, nós precisamos nos unir para atender essas vítimas, os órgãos do Estado e a sociedade civil, cujo papel é importantíssimo.

Digo que nós estamos também com as portas abertas, repetindo a fala da Dra. Ivanise. Queremos tomar um café, queremos conversar com todos, para que a gente possa fazer uma ação conjunta no sentido de enfrentar essa realidade com o tamanho que ela tem. É enorme essa realidade, isso sem falar da questão do trabalho forçado, que é uma questão fortíssima. A gente sabe que o número de pessoas é muito grande. Então, essa questão também nos preocupa muito, inclusive no sentido de atendimento.

Em suma, o nosso trabalho será voltado para essas duas áreas, a área repressiva e de investigação dos crimes, e a área de atendimento e coordenação, e um olhar sobre esse fluxo desse tráfico dessas pessoas, para a gente, entendendo melhor o fenômeno, poder atuar aqui no Estado de São Paulo, quer seja pra



favorecer e para fazer parceria para as políticas públicas poderem atender esse tipo de realidade de forma adequada, quer seja na repressão do crime.

Todas as informações que vierem a nós serão muito... Seremos agradecidos por essas informações, para poder processá-las e tomar as atitudes necessárias. Estamos sempre à disposição.

E eu gostaria de ressaltar realmente que a sociedade precisa ter um olhar não só pra esse lado da repressão, que é um dos nossos papéis, mas também um olhar para a vítima. Na vítima do crime reside grande parcela das respostas de que nós precisamos e reside, no fim das contas, o que o Estado se destina a. O Estado se destina ao cidadão, o Estado se destina à pessoa humana. E aí eu não falo só do cidadão brasileiro, eu falo do cidadão do mundo, aquele que vem de diversas partes e é acolhido neste território porque entra aqui. Então, se ele é acolhido e se ele entrou, que nós possamos trabalhar também na legislação das migrações, que nós possamos ter esse olhar, porque a nossa lei se destina ao ser humano e não é o ser humano a servir o Estado. É o Estado que serve ao ser humano, e não o ser humano que serve ao Estado. Essa é uma lógica que a gente tem que compreender, e compreender em favor dos menos favorecidos. Tem que compreender em favor dos miseráveis, porque os miseráveis, muitas vezes, não tem a palavra... A palavra dele não chega até nós. Então, nós temos que ter o acesso a essa palavra, temos que escutá-la e temos que dar visibilidade a ela. Porque essas pessoas, por mais que a gente trabalhe, elas continuam invisíveis. Invisíveis aos nossos olhos, aos olhos daqueles que têm o poder, que somos nós. Cada um de nós aqui é agente de poder — na sua esfera, mas é agente de poder.

Então, esta união nossa em favor desses menos favorecidos vai evitar o crime. Enquanto esses menos favorecidos não tiverem um olhar do poder em relação a eles, o crime só vai aumentar. A repressão é necessária, mas a prevenção e este olhar de atendimento e acolhimento também é primordial.

Eu agradeço. Desculpem-me por ter me excedido aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dra. Gabriela, pela sua colaboração. Nós já fizemos aqui uma permuta, eu e o Deputado Paulo Freire, a quem agradeço a condução.



Queria dar um bom dia a todos e a todas e me desculpar pelo atraso por causa de outros afazeres. Nós vamos convidar ainda representantes de duas instituições e duas entidades para fazer uso da palavra, e gostaríamos, antes de mais nada, de solicitar a todas as instituições e entidades sugestões. Nós estamos fazendo isso pelo Brasil afora, com as instituições têm opinado e sugerido coisas principalmente na área da promotoria, na área do Poder Judiciário, e também as entidades que lidam com esse foco dos direitos humanos e do tráfico de pessoas. Já fizemos também com a CNBB, com a Comissão de Justiça e Paz, que tem um grupo de trabalho estudando as mudanças no nosso marco legal e no nosso ordenamento jurídico, que é absolutamente obsoleto, frágil, e às vezes ausente na prevenção da tipificação penal, portanto, tornando muito vulnerável esse processo de enfrentamento do tráfico de pessoas. Já conversamos com o Presidente Marco Maia e isso com certeza não será feito ainda este ano, mas, além das mudanças pontuais no Código Penal, a ideia é fazer uma legislação específica sobre isso, reunindo tudo quanto se possa, no sentido de se estabelecer um conteúdo distinto com relação a essa questão do tráfico de pessoas em todas as suas dimensões em que possamos alcançar.

Isso vai ser uma batalha. Os senhores já podem imaginar, enfrentar essa cultura da valoração do crime patrimonial diante do crime contra a pessoa no Brasil, mas acho que nós não podemos concluir esta CPI sem enfrentar essa turbulência, vamos dizer assim, essa boa turbulência que é tentar adequar o nosso marco legal minimamente às condições mais eficazes de se fazer esse enfrentamento, porque senão nós vamos ficar aqui chovendo no molhado, como se diz, tentando até ter um pouco mais de sensibilidade por parte da sociedade, das instituições, do aparelho de Estado, mas sem nenhuma eficácia, por falta de um ordenamento legal que possa prever a tipificação penal e, portanto, a superação da impunidade que ainda grassa em boa parte, por causa desses hiatos existentes na nossa legislação.

Então, nós queríamos que todas as instituições e entidades que tenham opiniões a dar, sugestões mesmo, possam formalizá-las à CPI, porque antes do relatório final nós vamos apresentar de forma lateral a nossa proposta sobre mudanças no ordenamento. Está sendo feita uma discussão muito ampla envolvendo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, a Ministra Maria do Rosário tem-se mostrado disposta a isso, o Ministro



José Eduardo Cardozo também. O CNJ já mandou várias contribuições através de vários fóruns, e, no último, foi apresentada uma sugestão de mudança no marco legal. Quanto à Ordem dos Advogados, na semana passada, tivemos uma audiência muito fértil e muito positiva com o Presidente, Dr. Ophir Cavalcante, que também já designou um grupo de especialistas para recepcionar as sugestões. Enfim, está sendo uma iniciativa envolvendo várias instituições e várias entidades da sociedade civil, no sentido de remeterem as suas sugestões. E, ao final, a ideia é tentar transformar isso num seminário que possa, digamos assim, fazer a síntese dessa sugestão com todas as suas divergências, que é natural que haja, no sentido de a gente tentar, naquilo que for unificado do ponto de vista da opinião, consenso do ponto de vista da representação desse avanço, a gente poder apresentar e deixar lateralmente as questões mais polêmicas para serem, vamos dizer assim, disputadas. Mas apresentar um texto básico que possa ser produto desse consenso, dessa unificação de opiniões acerca das mudanças e das introduções no ordenamento jurídico brasileiro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria convidar, então, a Dra. Anália Ribeiro para fazer as suas considerações — Anália que já nos ajudou lá, já esteve lá em Brasília conosco na CPI —, para fazer uso da palavra.

A SRA. ANÁLIA RIBEIRO - Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Cumprimento o Deputado, Presidente desta CPI. Parablenzo-o pela efetividade dos trabalhos desta CPI em nível nacional.

Gostaria de destacar um pouco a partir... As minhas colocações serão a partir da fala das pessoas que me antecederam, procurando aglutinar os pontos dessas falas, do que eu percebi de mais importante, que constitui na verdade um discurso e um trabalho mais efetivo do ponto de vista do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.

Observamos a necessidade de o Brasil ter um marco legal que possa de fato tipificar e criminalizar o tráfico de pessoas. Faz-se necessário também que se possa investir do ponto de vista que possamos ter no Brasil um orçamento adequado, que de fato seja destinado ao enfrentamento a esse tipo de prática criminosa, sobretudo no atendimento às vítimas neste País.



Observei, na fala de nosso querido Juiz Paulo Fadigas e das nossas promotoras, através de um trabalho cotidiano, um processo inicial de institucionalização dessa política pública em suas estruturas do ponto de vista dos órgãos que formam os aparelhos de justiça no nosso País.

São Paulo, a partir da experiência tanto do Ministério Público quanto do Poder Judiciário local, indica uma boa prática do ponto de vista de enfrentamento à criminalidade organizada. Portanto, essa boa prática poderia ser replicada no País como inteiro. Observamos que o Ministério Público Estadual, desde o ano de 2011, vem estruturando internamente um trabalho, preocupando-se inclusive em dar respostas concretas para que possamos ter uma ideia do que acontece em termos de enfrentamento aqui no Estado de São Paulo.

O Ministério Público tem estruturado um banco de dados, porque no Brasil nós ainda não temos um banco de dados, que possamos, sobretudo, criar estatísticas e relatórios nacionais efetivos, para que possamos gerar ações conjuntas eficazes nos 3 níveis de atuação.

Observamos também a necessidade de dar sequência a um fluxograma de atendimento às vítimas no Estado de São Paulo e no Brasil como inteiro. Esse fluxograma é decorrente de um trabalho em rede, de um trabalho em parceria entre a sociedade civil e o Poder Público.

No desenvolvimento de públicas, todas as políticas públicas avaliadas como exitosas do ponto de vista do enfrentamento à criminalidade organizada, ela tem de fato sido pautada pela atuação conjunta da sociedade civil e do poder público.

A sociedade civil vem mostrando em vários casos que é possível se desenvolver políticas públicas de justiça e de direitos humanos que possam de fato promover a garantia e a proteção da vida das pessoas em situação de risco.

Então, essa CPI teria um papel fundamental, inclusive lá em Brasília, inclusive, vários documentos que eu venho acompanhando e assessorando o processo da CPI no Brasil inteiro, existe um indicativo de que possamos criar um observatório para de fato monitorar a implementação dessa política no País. Até o presente momento, ainda não foi implantado o segundo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Esse plano foi construído de maneira extremamente democrática e transparente. Ele foi construído a partir de audiências públicas, onde a sociedade civil e os poderes constituídos puderam indicar os



caminhos possíveis para a superação dos desafios impostos no cotidiano a esse tipo de enfrentamento.

Esse segundo plano é fundamental para que os núcleos e postos que estão estruturados no Brasil, seguindo a rota do tráfico, possam de fato gestar as suas atribuições. Para isso faz-se necessário que exista uma capacitação específica desses gestores, faz-se necessário que tenhamos um respaldo político e um plano efetivo para que os Governos Estaduais e Municipais possam de fato dar conta das suas atribuições nesse tipo de enfrentamento.

Os núcleos teriam o papel de gestar essa política e de coordenar as ações, em conjunto com os diversos órgãos, e estabelecer redes de enfrentamento promovidas através de comitês, que, na verdade, teriam condições tanto de capilarizar as políticas públicas, como de visibilizar, colocar foco nessas políticas, para desenvolver ações de prevenção, repressão e responsabilização e, sobretudo, gerar uma retaguarda de acolhimento às vítimas. Temos o depoimento concreto de quem está com a mão na massa nesse tipo de enfrentamento, que tem que atender às vítimas, e, no momento da acolhida, não tem para onde encaminhar essas vítimas.

A sociedade civil precisa desenvolver um papel, sim, eficaz de monitoramento, de fiscalização, de denúncia em torno das fragilidades desse sistema, mas ela não poderá jamais substituir o papel do Estado brasileiro. A sociedade civil vai indicar os caminhos possíveis para que essas populações invisibilizadas tenham voz, como diz a Dra. Gabriela, e vez, e nós possamos, através desses indicativos, interditar o ciclo da revitimização, que ainda não conseguimos interditar em nosso País.

Então, há uma grande caminhada. Esse bordado dos direitos humanos vai e volta. Ele é feito através de vários pontos e coloridos. Mas ele só vai poder estar concluído na sua efetividade e gerando uma eficácia em termos de ações se a sociedade civil e o poder público puderem estar juntos nesse tipo de construção e nesse tipo de enfrentamento.

Então, é importante que esta CPI traga pessoas que tenham condições, a partir das suas experiências concretas, de mostrar que é possível um enfrentamento de qualidade neste País. É importante que a gente amplie a visão do tráfico de pessoas para as suas três modalidades, que sejam visibilizados outros tipos de



tráficos, não só aqueles que constam no Protocolo de Palermo, mas que essas modalidades vão acontecendo e vão se refinando a partir da sofisticação do crime organizado transnacional, que se materializa através dos aliciadores, com que nós temos tido contato no nosso cotidiano e que as autoridades têm sido desafiadas a enfrentar.

É preciso também que a gente amplie para a questão, tenha um foco especial na questão de gênero, porque a gente tem um trabalho muito voltado para a questão das mulheres, das crianças, jovens e adolescentes, que é de extrema relevância, porém, ainda existe uma grande invisibilidade do tráfico destinado a travestis e transexuais.

Então, nós temos uma experiência em São Paulo, em que conseguimos desbaratar um grande grupo de tráfico nacional e internacional de pessoas envolvendo travestis e transexuais, inclusive menores de idade. A maioria das pessoas que estão aqui trabalharam nesse caso e ele foi visibilizado a partir do esforço coletivo traduzido na formatação de uma estrutura denominada por nós de força-tarefa. O Ministério Público Estadual deu as mãos ao Ministério Público Federal, que, por sua vez, convocou os Poderes Judiciários Federal e Estadual, as polícias trabalharam em conjunto e a sociedade civil pode aportar uma rede de acolhimento adequada. Os Estados trabalharam em conjunto, os núcleos trabalharam em conjunto, os programas de proteção puderam mostrar a sua eficiência no acolhimento a essas vítimas, por isso esse trabalho foi avaliado e esse caso foi avaliado como exitoso.

Então, acho que nós temos grandes experiências que podemos beber dessa fonte, para poder, de fato, conduzir uma política de qualidade, uma política séria, uma política que possa, de fato, dar conta da realidade do tráfico no Brasil.

Acreditamos que, com o estímulo da CPI, nós possamos, de fato, chegar a 2013 com o segundo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Deputado, implementado em nosso País, porque está há 1 ano parado no gabinete da Presidência da República. Acreditamos que esse marco legal que tem sido construído a partir de um GT legislativo estruturado em 2009, onde nós tivemos a participação de brilhantes legisladores no País e promotores dessa área da defesa dos direitos humanos e da Justiça, com colaborações fantásticas para o projeto de lei, que ele seja efetivado em nosso País, que possamos dar conta dos dados



oficiais, que nós possamos traduzir isso em termos de um banco de dados onde nós possamos, de fato, visibilizar a estrutura do crime organizado e, sobretudo, termos uma rede de acolhimento e proteção às pessoas em situação de tráfico.

É essa a nossa expectativa. É essa a expectativa do povo brasileiro, é a expectativa de que esta CPI possa chegar ao seu final respondendo de maneira eficiente, de maneira concreta ao que nós estamos clamando em nosso País.

Então, quero agradecer a oportunidade, e me sinto lisonjeada de poder colaborar e me coloco à disposição para o que se fizer necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dra. Anália, pelas suas considerações. Eu queria, inclusive, lhe pedir desculpa, porque a parte da sua fala, eu, indelicadamente, não pude dar a atenção devida, mas eram razões urgentes aqui, porque nós estamos pensando em fazer uma diligência hoje aqui, inclusive com a possibilidade de flagrante de uma rede, e, infelizmente, as coisas não acontecem como a gente tinha previsto. Eram providências urgentes que eu precisava tomar junto à superintendência aqui da Polícia federal. A senhora me desculpe pela indelicadeza de não lhe dar a atenção devida.

A SRA. ANÁLIA RIBEIRO - Não se preocupe. Está gravado. Então, qualquer coisa, se o senhor tiver dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu já a ouvi. E já sei, mais ou menos, o rumo da sua prosa. Mas muito obrigado pela colaboração.

Eu queria convidar para integrar nossa Mesa o Deputado Estadual Adriano Diogo, que muito nos honra aqui com sua presença. Vai fazer uso da palavra também. Eu tenho que ir para a direita um pouquinho, é isso? Eu não costumo muito ir para a direita, mas vou atender o seu pedido.

Muito bem-vindo, Deputado. Eu lhe concedo a palavra para suas considerações, Deputado.

O SR. ADRIANO DIOGO - Eu também peço desculpas, porque eu também não sei nem direito o nome dos Deputados que estão aqui presentes, eu fui convidado anteontem para esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O meu nome é Arnaldo Jordy, eu sou do PPS do Pará, Presidente da Comissão, e o Deputado Paulo Freire, do PR de São Paulo, seu conterrâneo.



O SR. ADRIANO DIOGO - Então, eu vou... É frequente o uso das instalações da Assembleia Legislativa para a realização de audiências, CPIs, vistorias, mas um apelo que a gente faz aqui na Assembleia é para que haja uma ligação mais orgânica, porque aqui na Assembleia há vários assuntos tramitando em várias Comissões e, se houvesse uma comunicação melhor da Câmara Federal com a Assembleia, porque nós nos sentimos aqui como se a gente estivesse numa sala de eventos, porque a Assembleia Legislativa frequentemente, no sábado, na sexta-feira, recebe uma comunicação de que na segunda-feira vai haver uma audiência. Isso é muito ruim, porque...

Então, só para que os senhores terem uma ideia, havia um Deputado aqui na Assembleia que faleceu, o Deputado José Cândido, que é da região do Alto Tietê, ele é de Suzano. E ele investigou, durante muitos anos, o problema — e eu estou trazendo agora, estou recuperando, inclusive, ele aprovou até uma CPI, mas ele faleceu em seguida e ele não teve tempo de dar continuidade... Eu assumi a Comissão, a Presidência da Comissão e, como também eu estou fazendo a Comissão da Verdade aqui, há uma sobrecarga tão grande de trabalho aqui e felizmente — eu estou saudando a importância do trabalho de V.Exas. aqui em São Paulo hoje —, felizmente porque nós não tínhamos para quem dar vazão a essas denúncias. Então, eu vou já ser objetivo e entrar no assunto.

Quarenta e oito processos de adoção feitos em Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, são investigados pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público. Crianças estão com famílias — e está dentro do prazo do objeto, porque isso aqui ocorreu em 2007 —, crianças estão com famílias hospedeiras que disputam a guarda com famílias biológicas.

Eu vou reproduzir, só vou ler o início dos textos que eu tenho, porque eu vou passar a documentação à CPI e me colocar à disposição:

“A Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo revisa, há 5 meses, 48 processos de crianças retiradas dos pais biológicos e entregues à adoção nos últimos 9 anos em Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo. O objetivo do TJ é descobrir se houve irregularidades, entrega delas para famílias substitutas. A



Corregedoria do Ministério Público também investiga o caso. Como na cidade não há abrigo municipal, as crianças que sofrem maus-tratos — eu não estou conseguindo ler porque a cópia do documento está prejudicada — ou viviam em situação de risco e precisavam de medidas temporárias, eram encaminhadas pelos Conselheiros Tutelares para abrigos. As famílias inicialmente ficavam com a guarda provisória delas e mesmo depois entravam com o pedido na Justiça de adoção. Desse modo, acabavam burlando, de forma não intencional, a fila de espera do cadastro oficial da cidade, ao qual nem sempre estavam inscritas.

A investigação já tem 4 volumes, está sob sigilo e encontra indícios de que o Conselho Tutelar teria entregue a guarda provisória de crianças para famílias substitutas e comunicado à Promotoria e ao Judiciário meses depois, quando os casais já haviam entrado com o pedido de adoção.

Há situações em que isso só ocorreu anos depois. A lei determina que essa comunicação aconteça no máximo em 48 horas. E só um juiz pode autorizar a transferência da guarda de uma criança de uma família para outra. A apuração, que começou em março, será concluída nesta semana — evidente que não é março deste ano, é 2010, mas eu estou transcrevendo o texto. Juízes e promotores estiveram em Itaquaquecetuba várias vezes neste ano. Pais e parentes de crianças...”

Enfim, esse é o assunto que eu estou trazendo para os senhores. Vou só relatar, dos 48, os dez principais casos, com bastante brevidade, fazer um resumo:

“Inês Martins de Melo, essa senhora teve a sobrinha, Maria Clara, retirada de sua casa após ter ido



ao Conselho Tutelar solicitar ajuda para tirar certidão de nascimento da mesma, haja visto que a mãe havia sumido e largado com o pai — estou lendo do jeito que está escrito —, o Sr. Dordal e suas tias. E os conselheiros, há época, juntamente com a promotoria, alegaram que a criança deveria ficar em um abrigo até que o assunto fosse resolvido. No entanto, após terem resolvido e achada a mãe da criança, essa não foi devolvida e hoje está com a família em Mogi das Cruzes.

Marly de Oliveira Santos, Alexandro de Melo dos Santos, esse casal de catadores de papel tiveram os filhos tirados numa manhã enquanto o pai foi comprar pão. Disseram que as crianças sofriam maus-tratos, mas nada foi comprovado. As meninas foram para um abrigo e hoje estão com pais, que ganharam a causa. O menino não sabemos onde está.

Rosa Lilipuziano. A filha dessa Sra., Maria Cristina Lilipuziano, estava grávida de gêmeos e lhe foi entregue apenas um bebe. A D. Rosa estava no momento do parto e sabe que nasceu de um parto normal. Alegaram não ter outra criança, mas por qual motivo fizeram a cesária? Por conta disso a mãe entrou em depressão e não recebeu ajuda de ninguém. Dona Rosa tem a ultrassonografia com os dois fetos e a foto da cesária e outros documentos que comprovam que eram dois bebês”.

Quarto, Iracema. Bom, por aí afora. Ana Iracema Rodrigo Fonte, Carmelita Suassuna, Benedito Mendes de Maria Imaculada, Cícero e José Augusto, Edilene de Souza Silva — esse é um caso absurdo. Vou até ler. Essa senhora teve quatro filhas tiradas. Uma está com a avó; as gêmeas e a outra, não sabemos onde estão. Na época em que foram tiradas, alegaram que a mãe estava embriagada, mas essa tomava medicamento controlado e



havia tomado um e logo depois teve de levar as gêmeas ao hospital, pois começaram a ficar com febre. Por ter esquecido o registro das mesmas e por ter discutido com a Conselheira Márcia Major, as meninas foram levadas. E por aí afora.

Só para concluir, todo o mundo foi afastado. A promotora — vou ler o nome — Simone de Divitiis Perez, foi transferida para a Comarca de São Bernardo; a Juíza Ana Paula Achoa Mezher Gibson foi para o Fórum de Santana, sendo que ambas é que estavam à frente desse processo. Foi aprovado em janeiro de 2010 uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa para investigar as irregularidades cometidas na Comarca de Itaquaquecetuba. A instalação estava prevista para depois das eleições. E nunca ocorreu a instalação dessa CPI aqui na Assembleia.

Bom, então eu estou... Lógico que teve um problema gravíssimo com o Conselho Tutelar lá da região, e eles até recomendam... E aqui tem uma série de matérias de jornal publicadas com cada uma dessas mães, denunciando as fotos. E nós aqui na Assembleia Legislativa nos colocamos à disposição, dentro dos limites, para fornecer toda a documentação.

Também passo o contato aqui das quatro pessoas. Lá em Itaquaquecetuba eles nos procuraram depois da morte do Deputado José Cândido e procuraram a igreja católica e procuraram o escritório do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. Eu peço à Comissão que entre em contato com essas quatro valorosas pessoas que tentam não deixar esse assunto morrer, porque é um assunto que a política local quer que nunca mais se fale dele, que é o Emanuel, três pessoas, o Emanuel, o Adão e a Alice, que são as pessoas, Emanuel Giuseppe, que é um ex-seminarista, que é o menino mais jovem que mais mantém essa causa viva, que tem toda a documentação, que tem o registro das famílias. E essa região do Alto Tietê, que nós chamamos de Alto Tietê, é uma região muito difícil, muito problemática e há essa questão da adoção ilegal e todas essas tramitações duvidosas e complicadas.

Então, dentro das limitações que todos temos, e não é a grande especialidade da nossa Comissão, não é a minha grande especialidade, mas



eu queria que a Comissão, e, na medida do possível, que nós possamos contribuir com documentação. Faltou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse processo está correndo aonde, Deputado?

O SR. ADRIANO DIOGO - Esse aqui, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já no TJ de São Paulo.

O SR. ADRIANO DIOGO - T.J. E aqui em São Paulo ainda, para terminar, eu sou ligado a uma instituição católica, que é o Centro de Apoio ao Migrante — o CAMI, que é dirigido e coordenado pelos padres escalabrianos, os carlistas. E eles têm um interesse em que os senhores façam uma visita ao Centro do Imigrante, porque eles têm muitos documentos, muitos casos, eles só fazem isso. Ainda bem que existe essa organização não governamental, que é praticamente, junto com a Caritas, a cara do Estado brasileiro na questão da imigração, porque eu sou do PT, mas infelizmente o Governo brasileiro não dá conta dessa questão, não dá conta. E até estive lá nas comemorações, nas cerimônias de domingo, e eles estão muito preocupados com a tramitação da lei dos estrangeiros, da nova lei dos estrangeiros, que tramita no Congresso Nacional e que, mais uma vez, penaliza e criminaliza o estrangeiro no Brasil, porque a porta de entrada do estrangeiro no Brasil é a polícia. Então, eles já nascem criminalizados, eles já nascem. Então, aqui tem um trabalho escravo, têm todas essas formas, têm os coiotes, tem tudo, tudo, tudo. E o número de crianças é, eu que sou uma pessoa que acompanha esse trabalho, o número de crianças bolivianas que estão envolvidas nessas oficinas de costura e essa coisa do trabalho escravo é uma coisa.... E eu recomendaria aos senhores, embora tenham um objeto muito determinado, que é a questão do tráfico e tal, o que acontece, porque antigamente eram só os bolivianos e hoje o Brasil virou um entroncamento mundial da imigração, então tem toda a América... Além dos haitianos, têm os nigerianos, têm os de língua portuguesa, os moçambicanos, milhares de paraguaios, colombianos, então, e as crianças... Se os senhores soubessem o número de crianças que tem autismo, desse autismo ambiental, de crianças que ficam 8, 10, 12 horas ao lado da mãe numa máquina de costura, que não vão à escola, que não tem direito a posto de saúde, não tem documento nenhum, nenhum, nenhum, porque a política do Governo brasileiro é burra, a política do Governo brasileiro é a não



documentação e a “indocumentação”, a não documentação favorece todo o tipo de criminalização, de tráfico e tudo mais.

Bom, até trago um comentário que eles mandaram em castelhano, sobre a nova lei dos estrangeiros que tramita no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor tem cópia desse material?

O SR. ADRIANO DIOGO - Tenho tudo, tenho tudo, tenho tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Deputado Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO - Estou aqui passando para o senhor. Só para concluir. Eu sei que eu estou usando demais a palavra e deve ter muita gente inscrita, é o Centro do Apoio ao Migrante, tem todas as coordenadas deles aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu queria, em primeiro lugar, agradecer aqui a grande colaboração do colega Deputado Adriano Diogo. Esses casos que estão chegando as nossas mãos, Deputado, eu gostaria que não passasse para nós, mas, pelo contrário, queria propor que trabalhemos juntos nesses casos. Eu acho que essa parceria de trabalho da Assembleia Legislativa, dos Deputados, a Comissão que o senhor está presidindo, vai nos ajudar muito, porque nós estamos vendo aqui uma boa disposição também no Ministério Público, as promotoras aqui, a delegada de polícia, enfim, as pessoas que querem colaborar com esta CPI.

Então, eu queria pedir ao nosso Presidente que somasse a esta CPI essa parceria, essa colaboração dos Deputados aqui da Assembleia Legislativa e mais uma vez nós agradecemos a sua grande colaboração.

Muito obrigado.

O SR. ADRIANO DIOGO - Só para concluir e agradecer. Eu acho que as coisas têm que ser formalizadas, ainda mais uma CPI que é revestida de tantas normas e regras e princípios legais. Então, nós não temos problema nenhum de colaborar, trabalhar, fazer... Agora, isso tem que ser documentado, tem que ser



aprovado nas instâncias. Então, vejo com o melhor dos olhos, com a melhor visão. Agora, todo trabalho tem que ter uma linha de entrada, uma embocadura, porque nós estamos falando de coisas gravíssimas, tem documentos e tal. E o crime organizado é muito poderoso aqui em São Paulo, muito, muito, muito organizado. Então, se houver um termo de cooperação, coisas que a Assembleia possa oficializar, nós estamos inteiramente à disposição.

Muito obrigado e parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Adriano, Nós é que agradecemos. Eu queria que o senhor pudesse deixar os seus contatos. Nós vamos formalizar todos os pedidos de providência e informações. E, com certeza, fazer isso que o Deputado, que já é comum, porque senão a gente não dá conta de tudo. O Deputado Paulo Freire quer fazer contato. E V.Exa. parece que preside aqui a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ADRIANO DIOGO - Eu vou deixar os meus contatos. Vou deixar isso gravado. Meu nome é Adriano Diogo. Eu vou fazer uma qualificação, porque estou numa CPI, para assumir publicamente todos os meus atos e responsabilidades. Presido a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão da Verdade. Meu nome é Adriano Diogo, eu até vou fazer a qualificação, porque estou numa CPI, para assumir legalmente todos os meus atos de responsabilidade. Meu nome é Adriano Diogo, meu RG é 4256882, meu CPF é 287450358-49. Tenho o *e-mail* oficial da Assembleia, que é *adiogo@al.sp.gov.br*, meu *e-mail* pessoal é *adrianiodiogopt@yahoo.com.br* e o telefone do gabinete é 1138841317/38866850.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A ficha completa. Muito obrigado pela sua colaboração. E nós vamos depois formalizar esse contato com... E, só para lhe informar, por dever, o senhor fez a provocação, e com razão, dizer a V.Exa. que esta audiência aqui já está comunicada oficialmente. Depois eu posso lhe enviar todos os protocolos e as formas, os aspectos formais disso há pelo menos 15 dias à Assembleia Legislativa da nossa vinda aqui hoje, nesta data. Essas diligências a gente aprova com alguma antecedência exatamente para poder proporcionar às entidades e à sociedade civil. Como é uma audiência pública, todos estão possibilitados, digamos assim, a comparecer, mas nós precisamos informar,



senão as pessoas não sabem. Então, talvez tenha havido uma comunicação, um ruído de comunicação interna.

O SR. ADRIANO DIOGO - É verdade. Deputado Adriano com a palavra. Mas o problema é que tem que haver mais organicidade, entendeu? Porque senão fica tramitando aí e na véspera da reunião isso não gera compromisso. Aí a pessoa vem e fala: “Ah, eu sou o Deputado Fulano de tal”. Ela tira a fotografia e vai embora pra serra e não assume nenhum compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas essa é uma questão *interna corporis* aqui do Poder. Nós formalizamos a informação a tempo devido, está certo?

Deixa eu só dividir uma preocupação com todos do ponto de vista do encaminhamento. Nós temos ainda seis pessoas inscritas para falar e temos ainda dois depoimentos para ouvir, que é um dos nossos objetivos, e temos duas diligências fora daqui para fazer. Nós precisamos combinar com tempo como é que a gente vai fazer tudo isso. Então, nós temos uma oitiva da Sra. Telma, que está aqui na condição de convocada por esta CPI, e nós ainda temos um outro depoimento que vai ser feito em parte público e em parte reservado, a pedido da pessoa.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, queria fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois, não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Quero propor aqui que o tempo seja um pouco resumido das pessoas que vão usar da palavra, para que a gente pudesse ouvir a todos. Eu gostaria de ouvir a todos. Se o senhor pudesse dividir o tempo aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós vamos ouvir a todos, com certeza. V.Exa. já antecipou o apelo que eu ia fazer, para que a gente possa ser o mais objetivo, o mais breve possível, dentro das possibilidades, para que a gente possa dar conta de toda a nossa agenda.

Então, eu queria convidar para fazer uso da palavra a Sra. Claudia Luna Silva, Presidente da ONG Elas por Elas — Vozes e Ações das Mulheres e Vice-Presidente do Movimento contra o Tráfico de Pessoas, para fazer as suas considerações.



A SRA. CLAUDIA PATRÍCIA DE LUNA SILVA - Bom dia a todas e a todos.

Excelentíssimo. Sr. Presidente desta CPI, Deputado Arnaldo Jordy; Deputado Paulo Freire; excelentíssimos e excelentíssimas pessoas presentes na plateia, enquanto representante da sociedade civil organizada, agradeço a oportunidade de fazer-se representar a sociedade civil aqui nesta CPI através desta participação.

Eu gostaria de fazer um breve histórico a partir do lugar em que eu falo. Eu gostaria de referenciar que, desde 1998 e 1999, oportunidade em que participei tanto da construção da Política Estadual de Direitos Humanos, bem como, posteriormente, da Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, neste Estado — enquanto representante, à época, da Executiva da Comissão da Mulher Advogada da OAB e também enquanto conselheira do Conselho Estadual da Condição Feminina deste Estado e, de igual modo, enquanto Presidente da Elas por Elas — Vozes e Ações das Mulheres, ONG inspirada na iniciativa global *Vital Voices*, fundada pela então Senadora Hillary Clinton —, nós, enquanto integrantes do movimento de mulheres e do movimento feminista, tivemos uma participação ativa na construção de ambas as políticas com foco nas questões de gênero.

E acompanhamos essa evolução desde a época da implantação e criação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, até antes de existir o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas — o que existia anteriormente era o escritório de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Então, tivemos uma participação ativa nesse processo e pudemos observar, enquanto sociedade civil, e colaborar nesses processos de igual modo.

A nossa preocupação aqui, como a preocupação dos demais, refere-se ao atendimento às vítimas. Como ativista e militante das questões de gênero, das questões das mulheres, preocupa-nos imensamente esse aumento considerável dos casos de tráfico de pessoas, em especial envolvendo mulheres.

E, fazendo uma avaliação deste decênio, entre a última pesquisa que nós temos, em que há um diagnóstico interno do tráfico de pessoas... A única referência interna que nós temos é a PESTRAF, a pesquisa que diagnosticou o tráfico de pessoas, em especial o tráfico de mulheres e meninas, para fins de exploração sexual. Da PESTRAF até agora, de 2002 a 2012, nós temos uma década. Desde então, nós temos observado como as modalidades de tráfico têm-se sofisticado e se



diversificado no nosso País, como já foi falado anteriormente por outros e outras que aqui estiveram.

Nesse contexto crítico, em que nós temos dois megaeventos que serão recepcionados pelo Brasil e em que o Brasil agora se destaca no cenário internacional como sexta economia do mundo, há um contraste gritante entre a percepção internacional do nosso País, a percepção externa, que não consegue entender como um país que ocupa a posição de sexta maior economia do mundo tem internamente problemas tão estruturantes relativos ao tráfico de pessoas e desigualdades estruturantes nos fatores gênero, etnia, raça...

Então, com base nesse fio condutor, considerando que a nossa última pesquisa data do ano de 2002, que inexiste uma diagnose atual sobre as demais modalidades do tráfico e que nós desconhecemos essa realidade sistematizada a partir de um olhar oficial em que existam pesquisas oficiais para que nós possamos nos debruçar efetivamente sobre esse fenômeno, eu me questiono: como?!

Esse foi o questionamento que nós, enquanto Movimento contra o Tráfico de Pessoas, fizemos no último encontro em Bruxelas, em que fomos convidados pela delegação da União Europeia, no Brasil, lá fora, para expormos o cenário atual sobre o tráfico de pessoas no País e encaminharmos as recomendações para a União Europeia compartilhar e poder buscar ações efetivas de cooperação para o enfrentamento dessa prática criminosa.

Como nós podemos tratar da questão internacional... Fazendo uma comparação, como nós podemos tratar do externo, da dermatose, do problema dermatológico, se a gente não cuida do interno, que é a infecção, que é o problema que está nos carcomendo?

Como em 10 anos nós não temos uma pesquisa oficial em que haja o mapeamento das diversas modalidades de tráfico e, ainda, das vítimas que são impactadas por esse fenômeno?

Essa pesquisa é crucial que seja realizada em cada Estado da Federação, porque, pelo que conhecemos, se existem 27 países que compõem a União Europeia, nós temos no Brasil 27 Estados que compõem esta Nação.

E é óbvio que as modalidades de tráfico e os contrastes da incidência de tráfico em São Paulo são totalmente diversos das modalidades e da ação de tráfico



que acontecem em Belém do Pará, na Amazônia, no Rio Grande do Sul e nos demais Estados.

O Movimento contra o Tráfico de Pessoas, que é essa articulação nacional que está presente e realizando esse monitoramento efetivo dessas práticas nos mais diversos pontos do País, tem-nos dado essas respostas — não oficiais ainda — de que existem, sim, diversas modalidades de tráfico que se vêm sofisticando e que se vêm somando e de que o foco não é mais apenas a exploração sexual, como nos apontava a PESTRAF no ano de 2002.

E a nossa preocupação é muito grande. Por quê? Como nós vamos sediar dois megaeventos se nós não estamos conseguindo dar conta dessa situação epidêmica dentro do nosso País, sem uma pesquisa oficial em que haja o mapeamento dessas mais diversas práticas, como já foi aqui colocado, sem nós sabermos efetivamente quem são essas vítimas, o que vai acontecer a partir dessa pesquisa, não para estigmatizar ou rotular quem é impactado pelo tráfico de pessoas, mas justamente para colaborar na formulação de políticas públicas nessa temática, que precisam ter seus destinatários e destinatárias? Porque, senão, constrói-se uma política pública sem cara, sem um viés, sem a quem ser destinada efetivamente. E qualquer política pública que é elaborada de maneira universalizada se torna ineficaz, porque não consegue alcançar e visibilizar as especificidades.

Então, nesse contexto em que o Brasil, nesses 10 anos em que nós temos aqui a Política de Enfrentamento ao Tráfico, que no último dia 26 de outubro comemorou 7 anos de criação, mas que foi calcada, construída, em três eixos, que já foram falados — prevenção; enfrentamento; e atendimento e proteção integral às vítimas —, a avaliação, enquanto sociedade civil, que nós fazemos, é que, no eixo prevenção, estamos bem avançados. A luta tem sido tamanha porque a sociedade civil brasileira — a sociedade brasileira, todos os segmentos sociais — carece de um olhar atento e crítico à temática. Porque, a princípio, quando nós falamos de tráfico de pessoas, parece à sociedade algo ficcional, algo que não existe. E, muitas vezes, até para aqueles e aquelas que ocupam espaços de poder, ocorre o mesmo. Nós estamos nos espaços de poder, não conhecemos a temática e muitas vezes corroboramos com a prática de que ela não existe.

Então, enquanto ocupantes de espaços de poder, essas capacitações e formações e sensibilizações continuadas que foram referidas aqui anteriormente



devem ser feitas. Por quê? Todos e todas, enquanto ocupantes desses espaços de poder, somos seres humanos, construídos com as nossas cargas de princípios, em que são trazidos preconceitos e visões muitas vezes equivocadas. E é nesse nosso exercício humano, na atuação nesses espaços de poder, que, muitas vezes, ao ouvirmos uma situação de tráfico de pessoas, de uma pessoa em situação de tráfico, em vez de ajudar, porque não temos essa sensibilidade e essa visão, acabamos por estigmatizar e por revitimizar uma pessoa que precisa do nosso auxílio.

É importante que o Brasil... É esse questionamento que eu faço, enquanto sociedade civil — até porque aqui, enquanto sociedade civil, o nosso papel é outro, é aquele papel de quem está na ponta, ora atendendo, ora prevenindo essas ocorrências de tráfico de pessoas —, é sobre aquela situação que nos causa inquietação, que nos causa angústia. E aí a gente avalia e questiona alguns pontos.

Por que o Brasil assina um tratado internacional e o ratifica? Por que o Brasil cria uma política nacional, um plano nacional, e ainda encontra resistências atroztes em cumpri-lo, em fazer valer o seu terceiro eixo, que é o de atender às vítimas?

Atender vítima de tráfico de pessoas não significa apenas dar o encaminhamento para determinados espaços, significa articular uma rede sociopolítica em que se reconhecem os parceiros, em que se articulam esses parceiros e se trabalha na perspectiva da parceria. Por que, apesar de tantos instrumentos, políticas, tratados e documentos legais, ainda nos falta o marco legal, ainda nos falta sobretudo esse compromisso federativo de tornarmos a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas uma política de Estado e não uma política de governo?

Quem mais sofre, quem mais se sente impactado com essa situação são as vítimas. Não se pode priorizar a soberania do Estado em detrimento de vidas humanas, que são colocadas e reduzidas à subcategoria de coisas. Essa situação é inviável, é inaceitável.

Somos a sexta economia do mundo. Estamos dando um valor extremamente maior... Estamos supervalorizando as questões econômicas, em detrimento das vidas humanas?

Então, são essas questões.



Eu apenas quero deixar aqui um caso que nos chegou. Foi o caso de uma vítima boliviana de 25 anos, vítima de exploração para trabalho laboral. Ela foi aliciada da Bolívia, trazida para uma cidade no interior de São Paulo. Trouxe já um filho pequeno e da Bolívia veio grávida. E, numa oficina de costura, foi cerceada no seu direito de ir e vir. E esteve lá trabalhando em condições exploratórias e subumanas. E, escondendo a sua situação de gravidez daqueles que a traficaram e a aliciaram, teve o filho na cozinha dessa oficina de costura. E 3 horas depois de parir foi colocada numa estrada dessa cidade do interior em que se encontrava — ela e suas duas irmãs.

Esse caso foi recebido pelo núcleo dessa cidade, pelo comitê dessa cidade do interior, e depois encaminhado ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Houve um acordo, uma formalização, para que essa vítima fosse incluída num programa de proteção. E como não existe, em lugar nenhum do Brasil, um sistema de abrigo específico para vítimas de tráfico, essa moça foi colocada num abrigo para mulheres em situação de violência, o que, obviamente, também expõe as mulheres que lá se encontram em situação de violência às redes de tráfico, que nós já sabemos que são redes extremamente especializadas e potencialmente perigosas.

Bem, essa vítima recebia a escolta e a proteção para, já com suas duas crianças pequenas, poder se deslocar do abrigo em que se encontrava, numa região extrema, até a Polícia Federal, porque era uma vítima que estava com uma situação de documentação irregular.

E é importante dizer que, dentro desse abrigo, a criança dessa moça sofreu um acidente — o bebê —, ficou tetraplégica e ficou internada. E ela precisava fazer dois percursos: ir ao hospital em que a criança se encontrava internada e também se dirigir periodicamente à Polícia Federal.

E nesse percurso entre o abrigo, o hospital em que ela se encontrava internada e a Polícia Federal — e é importante dizer que depois disso foi retirada a escolta e toda a proteção a essa vítima, ela não tinha mais o amparo do Estado para conduzi-la a esses locais —, essa vítima foi estuprada a caminho da Polícia Federal. Nesse caminho de percurso... Nesse percurso ela foi estuprada. E o pior: desse estupro resultou uma gravidez. E apenas houve ciência da pessoa que estava coordenando o abrigo... Por conta do medo dessa vítima e das próprias questões



culturais que lhe eram afetas, só houve ciência desse caso por conta da comunicação da unidade básica de saúde, que informou à coordenação daquele abrigo sobre a situação, e essa vítima já estava com a gravidez adiantada, chegando já ao quarto mês.

Essa denúncia chegou até nós, enquanto Movimento contra o Tráfico de Pessoas, e o Movimento articulou junto à Delegacia de Defesa da Mulher e, inicialmente, junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para que pudesse ter acesso mais breve ao procedimento de aborto legal, porque a gravidez já se adiantava.

Então, eu gostaria, a partir desse caso, que é um caso extremamente sério... Inclusive esse caso foi um dos casos que foram levados pelo Movimento contra o Tráfico de Pessoas a denúncia na esfera internacional. Está na Corte Interamericana de Direitos Humanos. E essa é uma situação, infelizmente, que não acontece apenas aqui, acontece em vários Estados brasileiros. Há necessidade, mais do que nunca, de se assumir o atendimento às vítimas. Não é o atendimento em que eu encaminho, mas é o atendimento em que se tem uma rede sociopolítica estruturada para tanto, uma rede articulada.

A minha fala aqui, assim como a fala de outros que me antecederam, é a fala da união. Pessoas sozinhas podem ir muito rápido a qualquer lugar. Agora, as pessoas, quando estão juntas, podem chegar ao mesmo lugar com efetividade e terem um grande resultado. É como dizem os orientais: precisamos agir em *itai doshin* — diferentes corpos, diferentes mentes, mas com o mesmo propósito.

É através da construção do diálogo e não da crítica que nós precisamos unir os nossos serviços. Mas a crítica que se faz aqui é a crítica construtiva, no sentido de visibilizar as questões que, muitas vezes, para nós que estamos na sociedade civil, são mais expostas, porque estamos na ponta, mais do que para aqueles que estão dentro das estruturas governamentais, porque muitas vezes isso não entra.

Então, é necessário, mais do que nunca, nesse período, o fortalecimento dos núcleos e postos de atendimento, para que tenhamos um trabalho, um resultado concreto e efetivo no atendimento a essas vítimas.

Então, eu agradeço essa oportunidade, lembrando que, caso nós, Governo brasileiro, caso nós, gestoras e gestores, caso nós, sociedade civil ou qualquer uma



das instituições que são ocupadas por pessoas nos espaços de poder... Eu me pergunto: será que nós, ao não atendermos as vítimas, não estamos fazendo o mesmo exercício criminoso, não estamos nos acumpliciando na nossa ação de omissão e estamos nos equiparando àquelas pessoas que cometem um crime de tráfico humano?

Então, Exmo. Sr. Deputado e pessoas da plateia, eu agradeço a participação. E essas são as minhas contribuições e nossos questionamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dra. Cláudia.

Eu lhe agradeço muito pelas suas considerações, Dra. Cláudia.

Eu queria convidar aqui a Sra. Telma Rodrigues do Nascimento, que é objeto aqui da nossa oitiva. Peço desculpas aos que estão inscritos. Nós vamos dar continuidade ainda em ouvir algumas entidades que ainda não se manifestaram, mas a Sra. Telma tem horário para comparecer aqui a esta CPI e, portanto, nós vamos abreviar a sua oitiva para que a gente possa cumprir com a nossa agenda. *(Pausa.)*

Eu queria convidar a Sra. Telma, então, para comparecer aqui com a sua defensora, a Dra. Adriana Criniti, que é advogada da Sra. Telma. *(Pausa.)*

Muito prazer. Como vai a senhora?

A SRA. ADRIANA CRINITI - Muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora pode... Devem ter orientado a senhora. Como defensora a senhora pode acompanhá-la. É um direito seu. *(Pausa.)*

Como vai a senhora? Tudo bem? *(Pausa.)*

Bom, só para a gente encaminhar, nós vamos, de acordo com o nosso Regimento Interno, facultar, após a Sra. Telma pronunciar o juramento, que é exigido pela Constituição brasileira e também pelo nosso Regimento, o tempo de 20 minutos para que ela possa fazer as suas considerações. Em seguida, nós vamos facultar a palavra aos Srs. Deputados, inicialmente, para fazerem as suas considerações e também devolver a ela o direito das respostas.

Nós não podemos, por exigência regimental e menos por vontade nossa, facultar a palavra às entidades e às autoridades aqui presentes, por exigência legal,



mas os senhores e as senhoras que tiverem alguma indagação a fazer podem fazê-la através dos Deputados. Podem encaminhar aqui à Mesa por escrito. E, nós, na medida do possível, faremos as colocações devidas.

Bom, nós tomamos conhecimento... Esta CPI foi provocada, já há algum tempo, através de algumas entidades de direitos humanos do Estado do Pará e através da delegacia, da autoridade policial do Estado do Pará, do desaparecimento de um travesti. A polícia fez o trabalho de investigação, o levantamento de endereços e solicitou a colaboração da polícia de São Paulo. E a polícia paulista diligenciou e encontrou numa residência, supostamente articulada pela Sra. Telma, uma adolescente. E na casa havia, além de seis adolescentes, mais 20 adultos, pessoas adultas, nessa casa. E o relato das vítimas, que é fato, dentre outras coisas, falava de pagamento de diárias, de contratos de desembolso diário por conta de programas mínimos que eram obrigadas a fazer e, inclusive, denúncias de que a Sra. Telma intermediava cirurgias com médicos e as chamadas “bombadeiras”, que utilizam métodos extremamente rudimentares de transformação corporal, além de outras coisas, como agressões e coisas do gênero.

Então, a CPI... Esse é um dos casos que a Comissão Parlamentar de Inquérito está investigando, por solicitação dessas entidades. Daí a razão da nossa presença, hoje, aqui, e da convocação da Sra. Telma para prestar os seus esclarecimentos e fazer a sua defesa diante das acusações que repousam sobre ela.

Feita essa breve introdução, eu queria facultar o tempo de 20 minutos... Antes, gostaria que a senhora pudesse formalizar o juramento, que é obrigatório. Eu queria que a senhora pudesse falar ao microfone, porque a sessão está sendo gravada.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Juro dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem. Só informo que a Sra. Telma está exercendo a liberdade provisória conferida algumas semanas atrás pelo Juiz Eduardo Pereira dos Santos Júnior. E nessa condição foi autorizado o seu depoimento na CPI pelo mesmo magistrado.



Portanto, faculto a palavra à senhora pelo prazo de 20 minutos, podendo ser estendido, se a senhora achar necessário, para falar acerca desses fatos que repousam sobre a senhora.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Então, eu tinha, sim, a pensão lá, mas eu alugo vagas. Eu não faço nada de mandar buscar ninguém. O que eles fazem da porta pra fora eu não posso fazer nada. Está entendendo? Eu dou alimentação e a vaga que eu alugo. Só isso. Entendeu? Esse negócio de eles fazerem plástica, essas coisas, isso é coisa deles. Eu não obrigo ninguém, muito menos busco ninguém de lá, porque eu não conheço. Como é que eu vou mandar buscar alguém de lá, se eu não conheço ninguém? Eles vêm procurar a casa para morar. Só isso. Eu estou alugando vagas. Só isso. O menor que aparece no inquérito aqui, ele veio, sim, ficou na minha casa, sim, mas estava com documento falso. Eu não conheço documento falso. Inclusive o delegado, não sei, levou de volta para lá, e eles já estão de volta aqui de novo, entendeu? Então, ninguém obriga ninguém a vir, a ir, a voltar, não. Isso é coisa deles. Está entendendo? A delegada está me ouvindo aqui, e ela está vendo que eu estou...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Então, a senhora está ouvindo, está vendo que eu não estou mentindo. O que eu estou falando é tudo... agora é o que eu falei antes, não é verdade? Então, esse negócio de falar que eu ganho dinheiro com prostituição... eu não ganho, eu ganho com a moradia que eu alugo, vagas, e o dinheiro que eles dão é o dinheiro que eu pago a moradia deles, condomínio, e luz, e a comida, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fique à vontade, Sra. Telma. A senhora tem o direito de falar o que a senhora achar importante para a elucidação. Nosso objetivo aqui é apenas — e nada além disso — buscar o esclarecimento dos fatos para compreender melhor essas relações que, fartamente, vêm atuando hoje na sociedade brasileira. A senhora fique à vontade para falar e esclarecer o que a senhora achar conveniente.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu sou inocente. Eu não tive nada disso. Por eu alugar vaga eu vou ser presa, não é, ser condenada, por alugar vaga? Muita gente aluga vaga. Tem muitas pensões por aí. Eu alugo para



eles como para qualquer outra pessoa que chegar lá, bater e quiser moradia eu vou alugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem. Eu agradeço as suas considerações.

Faculto a palavra ao Deputado Paulo Freire para fazer as suas considerações.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui algumas perguntas à Sra. Telma porque o nosso papel, o papel desta CPI, eu quero mais uma vez esclarecer, é investigar. Esse é o nosso papel. E essa investigação nós realizamos a fundo e vamos a fundo. Ninguém pode investigar sem perguntar. Nós temos que perguntar. Ninguém pode investigar sem ter informações. E é isso que a gente está fazendo neste lugar, neste momento.

E eu acho, Sra. Telma, que a senhora está tendo um privilégio muito grande, porque esta CPI, naturalmente, está sendo gravada. Nós temos aqui a imprensa, que, naturalmente, vai divulgar o que está acontecendo aqui. E é uma oportunidade que a senhora tem de se defender, de usar o microfone e se defender. E é a oportunidade que nós temos, como CPI, de poder investigar a senhora e fazer todas as perguntas aqui. Nós gostaríamos realmente que a senhora respondesse, mesmo porque vai ser até para a sua própria defesa.

A primeira coisa que eu quero perguntar à senhora, Sra. Telma, é se essa propriedade onde a senhora tem essa pensão — que a senhora acabou de dizer — pertence à senhora ou é alugada.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - No momento, é alugada.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Quantas pessoas estão hospedadas ou quantas pessoas podem ser hospedadas nessa pensão, nessa propriedade?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Lá tem sete pessoas.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Mas cabem mais do que sete pessoas? Ou só tem sete pessoas?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Cabem, cabem, mas só tem sete.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Quantas pessoas cabem lá?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Ah, umas oito ou nove pessoas.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora já teve essa hospedagem cheia?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Nunca.

Deixa eu perguntar uma outra coisa para a senhora. A senhora é natural de que Estado: São Paulo?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Belém.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Pará.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Pará.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora tem família aqui em São Paulo, Dona Telma?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tenho. Meus filhos moram aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Quantos filhos a senhora tem?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu tenho um casal.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora tem conhecimento... a senhora conhece ou ouviu falar alguma vez dessas chamadas "bombadeiras"?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, eu vejo falar, mas não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - O que a senhora entende disso, dessas bombadeiras?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu não sei lhe explicar isso aí, porque eu não entendo desse assunto. Não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Não sabe o que realmente elas fazem?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Essas pessoas pelas quais a senhora foi indiciada, eu acredito, esse travesti que está aparecendo nesses autos, a senhora já conhecia lá do Pará?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, senhor. Não conhecia, não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Nem ninguém da família dessa pessoa, do Pará? Porque a gente está vendo muita coincidência. A senhora é do Pará e essa pessoa também vinda do Pará. E todas essas acusações que pesam sobre a senhora. A senhora tinha algum conhecimento dessa pessoa, antes de ela se hospedar lá, ou algum parente, ou um amigo, alguém que indicou para que ela pudesse se hospedar ali, não?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, senhor. Eu conheço as que moram aqui. Por eu ser de Belém... Eu costuro também, não é? Eu faço roupas e tudo e eu conheço mais pessoas de Belém que moram aqui, mas que vieram sozinhas e que estão aqui. E elas falam que a minha pensão é boa para morar e indicam para morar, quando elas vêm de lá. Mas eu não tenho nada a ver com esse negócio de mandar buscar e nem conheço nenhum lá.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Essa sua pensão, Sra. Telma, só hospeda travestis?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É, qualquer pessoa que queira se hospedar, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Quantos travestis, mais ou menos, há hospedados lá na sua pensão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tem sete.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - São sete lugares que estão ocupados hoje, porque a senhora disse que tem sete hóspedes...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - ...e todos os sete são travestis?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - São.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E todos eles fazem programas durante o dia, a noite, ali mesmo na sua pensão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, lá não entra homem, lá. O que eles fazem, como acabei de falar para o senhor, lá da porta para fora, é problema deles. Eu não vou mandar... Não sei nem o que eles fazem lá fora.



O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eles não fazem programas lá dentro, não levam pessoas lá para dentro.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não, senhor. Lá dentro não pode entrar homem.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Por que essas pessoas procuram a senhora, Sra. Telma, para poder saber alguma coisa sobre essa cirurgia? Por que essas pessoas procuraram a senhora para isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Para saber?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - É.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É porque, uma vez, eu queria fazer meu nariz, não é? Aí eu procurei pesquisar um cirurgião que fosse bom pra fazer. Aí eu falei que eu tinha conhecido um, porque eu queria fazer meu nariz. Mas aí...

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora indicou a eles?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não indiquei. Eu só falei que eu conhecia um que eu achei que ele era bom para fazer, mas não indiquei ninguém, não mandei ninguém, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E ele fez a cirurgia? Foi realizada a cirurgia, não?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - No meu nariz?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Não, não, na pessoa que...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na pessoa...

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - ...pediu para a senhora alguma informação sobre isso.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Ah, acho que fez, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Qual é o nome dessa pessoa? A senhora sabe?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Dr. Jair.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Foi o Dr. Jair que realizou a cirurgia?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - É o médico, não é?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.



O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E essa pessoa que fez a cirurgia, como é o nome? Esse travesti.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Ah, eu não sei o nome dela.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Mas ela não se hospeda lá com a senhora?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, mas eles perguntam assim, mas o nome de homem eu não sei direito, porque eles dão mais nome de mulher.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Qual é o nome de mulher que ela dava?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Emanuele.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Emanuele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E essa Emanuele fez essa operação com esse doutor?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Foi.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Esse doutor tem uma clínica ou ele opera no hospital? Como que é isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, ele tem clínica.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Ele tem uma clínica.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É. Ele é certinho.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E pelo seu conhecimento ele opera na própria clínica? É uma clínica particular?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É particular. Vão muitas... Pessoas normais que vão. Tanto que eu queria fazer o nariz e eu pesquisei um cirurgião, porque está muito arriscado esse negócio de cirurgia. Mas eu não tive coragem de fazer, porque eu tenho medo. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora também fez operação com ele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Não fiz, não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Não chegou a fazer a operação.



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não. Tenho medo de injeção. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora tem conhecimento, através dessa pessoa, a Emanuele, de que outros travestis também realizaram esse tipo de operação com esse doutor?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Não sei, porque eu não fico perguntando, entendeu?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Mas eles nunca comentaram nada com a senhora?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, eu não gosto de...

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sobre isso, não.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. É que nem eu falei: eu só sei lá de dentro do... Eu hospedo o pessoal, e é só isso. Da porta pra fora eu não procuro saber da vida deles.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sra. Telma, a senhora sabe dizer como é que esses travestir conseguiram o endereço? Porque são várias hospedagens que existem, naturalmente. Como é que esses travestis conseguiram o endereço da sua pensão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Porque eu já tenho travestis lá que já moram há muito tempo lá. Então, eles se conhecem na rua, conversam e perguntam. Um pergunta para o outro onde tem. Porque é no centro de São Paulo, não é? Geralmente as pessoas têm preconceito e não querem alugar vaga. Então, onde eles arrumam uma vaga pra eles morarem eles vão.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Onde é que fica a sua pensão, Sra. Telma?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Fica lá no centro.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Qual é o endereço?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É na esquina com a Santa Efigênia.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Santa Efigênia com o quê? Esquina com...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Esquina da Santa Efigênia... Ali eu não... Não lembro direito o nome da...



O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora não tem o endereço aí?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sra. Telma, a senhora foi presa sob quais acusações?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Rufianismo e facilitação de prostituição.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E por que a senhora foi acusada desses crimes? A senhora tem conhecimento? Quem foi que a acusou? Quem a denunciou?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora sabe que alguém denunciou a senhora, mas não sabe quem foi que denunciou.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Por ora eu vou ficar com essas informações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dona Telma, algumas coisas não estão batendo aqui no...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - No papel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, no papel até que batem. Não está batendo aqui o meu quebra-cabeças com as suas informações. Deixe eu lhe perguntar: a senhora alugou um imóvel e nesse imóvel a senhora aluga os quartos para pessoas quaisquer.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não sabe onde fica... A senhora mora nesse imóvel?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Não moro junto, não, porque eles gostam de privacidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora alugou esse imóvel como uma forma de renda. Por que a senhora alugou esse imóvel para realugar, para relocar para outras pessoas?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Então, para alugar vaga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então a senhora viu o imóvel, aluga esse imóvel, e esses quartos a senhora aluga para terceiros.



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ganha um dinheiro disso, paga o aluguel do imóvel, e o lucro a senhora...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Pago aluguel, alimentação, condomínio, luz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. E cobra...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na verdade não sobra quase nada. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não sobra quase nada.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É quase uma caridade que a senhora faz para os outros.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não é bem caridade, não é, porque eles me ajudam e eu ajudo eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quanto é que a senhora paga nesse imóvel? A senhora poderia nos dizer?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Mil reais, no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora paga por esse imóvel que a senhora aluga...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mil reais.

Onde é a localização desse imóvel?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Então, fica na esquina da Santa Efigênia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Santa Efigênia com o quê?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - *(Pausa.)* Ai. Ele é novo. Faz pouco tempo que eu aluguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Faz pouco tempo que eu aluguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Faz pouco tempo que a senhora alugou? Quanto tempo faz?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Uns 3 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Três meses?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse imóvel tem quantos cômodos?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tem dois quartos, sala, cozinha, banheiro. Tudo grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora divide para as pessoas ficarem lá? Como é que fica?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, é tipo assim: põe uma beliche... É pensão, e em pensão é beliche. Você aluga a vaga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quantas vagas a senhora tem lá?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Lá tem oito, mas só tem sete pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, vamos por parte. Tem oito vagas e sete ocupadas.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sete ocupadas, das oito. Portanto, está quase que...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É, mas aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um instantinho. Quero fazer um apelo à Dra. Adriana: a senhora não pode responder por ela. Está certo? Só quero lhe fazer uma advertência. A senhora pode orientar a sua cliente. A senhora pode, quando achar conveniente, pedir um aparte para orientá-la. Mas a senhora não pode responder por ela, porque senão eu passo o microfone para a senhora e a senhora responde, o que não é possível fazer. A senhora sabe das suas limitações como advogada.

A SRA. ADRIANA CRINITI - Eu a deixo à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, a senhora, às vezes... Já me incomodou duas vezes. Eu estou só lhe pedindo que colabore conosco. Se a senhora quiser que a gente suspenda para orientá-la de novo... Nós pedimos para a senhora sair daqui, levar sua cliente, orientar, fazer toda a sua orientação, para que a gente pudesse conduzir. Isso aqui está sendo no estrito respeito legal. Agora, o que não pode é, a cada pergunta que a gente faz, a senhora soprar para ela a



resposta. Isso não pode, está certo? Eu lhe peço a colaboração, para que a gente possa conduzir isso nos termos legais, estritamente legais.

A SRA. ADRIANA CRINITI - Foi-me dito que eu poderia auxiliá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode auxiliá-la. É o que estou dizendo, estou ratificando...

A SRA. ADRIANA CRINITI - E eu não estou respondendo às perguntas. Eu estou...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, pronto. Está certo. Então...

A SRA. ADRIANA CRINITI - ...ser chamada a atenção novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu estou, porque a senhora está recorrente nisso já.

A SRA. ADRIANA CRINITI - Me disseram que eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora pode orientá-la, senhora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, vamos combinar daqui para frente, porque é o que diz a lei, não é uma decisão minha. A senhora, como advogada, sabe disso. A senhora pode orientá-la. Agora, a senhora não pode, a cada pergunta, responder por ela. Vamos combinar assim.

Bom, então a senhora tem oito vagas, sete ocupadas.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, estão quase totalmente ocupadas suas vagas. Se alguém chegar lá, só tem uma vaga para ser ocupada, é isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E dessas sete ocupações, que são quase 100% da sua coisa, todas as setes são travestis?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - São.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora já hospedou alguém que não seja travesti na sua pensão, nestes 3 meses?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, porque, geralmente, é como eu expliquei para o senhor, as pessoas têm preconceito contra travesti, não gostam de se envolver com travesti. Então, para eles, arrumar moradia, fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora nunca hospedou ninguém que não seja travesti na sua pensão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, porque não aparece, justamente porque eles não se envolvem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Como é o nome da sua pensão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não tem nome, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não tem nome?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É apenas uma casa. A senhora hospeda as pessoas, elas pagam. A senhora dá recibo para eles sobre essa negociação de pagamento?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não dou, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É tudo na informalidade?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - No acordo?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Olho no olho. Quanto é que eles pagam para a senhora lá?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Olha, a diária é de 30 reais, mas nem todo dia eles têm dinheiro, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, a pergunta que eu lhe fiz é quanto é que a senhora cobra, se paga ou não paga é outra história.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Trinta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Trinta reais por...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por pessoa, mas é por semana, por mês, por dia...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É a diária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A diária.



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, as pessoas que estejam lá há 3 meses, portanto, há 90 dias...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, espere. Não tem 3 meses que estão sete pessoas. Tinham duas pessoas, com o tempo veio mais uma. Agora, no momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas eu estou aqui falando por hipótese.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Ah, tá!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Se eu ficar na sua pensão 3 meses, eu vou pagar 90 vezes 30 reais a diária. É isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo, são 30 reais por dia que a senhora cobra.

Além da Emanuele, a senhora tem informações de outro travesti que tenha feito alguma mudança corporal nessa clínica do doutor... Como é o nome dele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Dr. Jair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dr. Jair.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Não sei, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora só tem conhecimento da Emanuele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É. Eu não sei quem são as outras pessoas, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora sabe quanto foi que o Dr. Jair cobrou da Emanuele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Também não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quanto foi que o Dr. Jair cobrou para fazer a cirurgia de correção no seu nariz, que não foi feita, porque a senhora tem medo de agulha, de injeção? Se a senhora fosse fazer, eu imagino que a senhora tenha feito alguma tratativa para saber preço.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é normal. Quanto é que ele cobra?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eram 3 mil o nariz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Três mil o nariz. E essa Emanuele fez o que de mudança corporal?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Ela fez o peito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fez o peito com silicone?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Com prótese, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Com prótese. E a senhora não sabe quanto foi esse valor?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Emanuele nunca lhe...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...confidenciou? Certo.

Dona Telma, na operação que foi feita em 2011... Esse endereço que a senhora mora fica na Rua Hermínio Lemos?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É esse o endereço. Hermínio Lemos com...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Com a Lins de Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, a senhora falou, ainda agora...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, esse aí já é outro endereço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse endereço, de onde é? Rua Hermínio... A senhora conhece este endereço da Rua Hermínio Lemos?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O que funciona lá?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Lá é uma casa grande, em que moram muitas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora conhece lá por quê?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Porque, na época, eu tinha uns travestis que moravam lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora tinha uns travestis que moravam lá?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim, eu alugava vaga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é que a senhora tinha... Explique como é que a senhora tinha travestis, como é isso? Como é que a pessoa diz assim: *“Eu tenho três travestis, que são meus; o outro tem cinco, que são do outro; o Deputado Paulo Freire tem mais uns 10”*... Eu estou aqui querendo entender, porque a senhora diz assim: *“Eu conheço esse endereço, porque eu tinha uns travestis lá”*. Me explique essa expressão que a senhora usou.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, é maneira de falar, porque era pensão. Eu falo de travestis que moravam lá, entendeu? Foi uma expressão que eu falei, não que eu tenho, porque eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, eu sei. Mas o que a senhora tem a ver com os travestis que moravam na Rua Hermínio Lemos?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Porque, na época, era lá a minha pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, então essa pensão, que a senhora falou agora, de 3 meses é coisa recente.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É recente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora já tinha uma outra pensão.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu parei e depois eu voltei de novo a montar pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom, então, deixe-me entender. A senhora tinha, antes dessa pensão que a senhora tem há 3 meses, que fica na rua... Essa atual.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na esquina da Santa Efigênia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Santa Efigênia. A senhora está há 3 meses lá.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Três meses.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Antes disso, a senhora tinha outra pensão, é isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Que fica situada na Rua Hermínio Lemos, número 340?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Que ficava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, ficava lá. Nessa pensão que ficava lá, tinham quantas vagas?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na época, tinham 18.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dezoito vagas na pensão da Hermínio Lemos. Essas vagas estavam todas ocupadas?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, porque tinham umas três que não pagavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas isso é outra... Não pagavam, mas estavam ocupadas as 18 vagas?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tinha 18, mas três não pagavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas as 18 vagas estavam ocupadas, independentemente de quem pagava e quem não pagava?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não estavam todas ocupadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quantas estavam ocupadas?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Acho que 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Das 18, 15 estavam ocupadas, e das 15, três não pagavam, era isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, das 15, 12 pagavam e três não pagavam?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Das 15. Portanto, estava também... Dessas 15 pessoas, quantas eram travestis? Todas eram travestis?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Todas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas a senhora tem um chamariz para esse negócio de travesti que é... Todas travestis, as 15, que é quase a totalidade, também, da ocupação.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É que nem eu expliquei para o senhor, esse pessoal não gosta de se envolver. Não adianta colocar pensão e colocar misturado que não vai dar certo, eles têm preconceito, eles não querem se envolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nessa operação que foi feita lá na Rua Hermínio Lemos foram encontrados 17 jovens.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora confirma isso? Naquela operação que a polícia fez, em 2011.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim, confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dezesete jovens. Desses 17 travestis — todos eram travestis —, seis eram menores de idade.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Seis?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Seis.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Nossa, senhora! Tudo isso? Não tinha, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas é o que consta no processo.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Tinham dois lá com documento falso, foi descoberto que estavam com documento falso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, eu não estou dizendo se era falso ou não. Estou dizendo que, depois da investigação, se constatou que seis desses travestis, desses 17, 11 eram adultos e seis eram adolescentes.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não. Não tinham seis, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tinham só dois?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tinham dois com documento falso, e eu não sabia que era documento falso, eu não conheço documento falso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quem eram esses dois que a senhora diz que eram adolescentes?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Foi o que levaram para Belém, que já está aqui de volta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é o nome dele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - De uma era Juan. É Juan, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não sei.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É Juan, mas eu não sei o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O nome de guerra dele é Juan?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Ah, eu não sei. Eu acho que ele ficou lá 3 dias só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora está falando Juan, que é o nome que ele era conhecido, o nome de rua ou o nome mesmo?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É o nome de homem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O nome dele mesmo?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E o apelido por que ele era chamado a senhora não lembra?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Era esse que era chamado de Érica? A senhora lembra?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não tinha nenhuma Érica lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, eu estou lhe perguntando.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. E a senhora diz que esses jovens chegam à sua pensão, lá na Hermínio Lins; a senhora diz que eles chegam lá porque eles vão ouvindo a informação da rua, onde tem pensão e tal...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É, para morar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...para morar, e eles acabam chegando lá.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não tem nenhum vínculo com eles?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não tenho, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A presença desses jovens de Belém do Pará lá na sua pensão — o Deputado Paulo Freire já fez essa pergunta, mas eu queria que a senhora esclarecesse, porque eu não entendi direito —, esses jovens do Pará que chegam à sua pensão, eles chegam lá casualmente, por conta desse contato da rua?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É porque eles vêm de lá, não é? Chegam lá na rua, eles vão para a rua e se informam com os outros que estão trabalhando na rua onde tem lugar para morar. Aí eles indicam onde eles moram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não tem nenhum contato, não?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não tenho nada a ver com isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É da rua que eles chegam. Chega lá gente de Minas, do Ceará...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - De todo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...de todo lugar e, de vez em quando, chega um do Pará.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, de todo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, mas, de vez em quando, chega um do Pará, que a senhora não tem contato. *(Pausa.)*



Essa casa, esse imóvel da Rua Hermínio Lemos — que já foi sua; já foi sua, que eu digo, a senhora já alugou para realugar, para relocar — pertencia a quem a propriedade?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu não sei, porque eu peguei de outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora pegou de quem?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - De outra pessoa. Eu não sei onde ele está no momento. Foi do Alemão, ele me alugou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Do Alemão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É, Alemão. Mas eu não sei onde ele está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Espere, eu ainda não lhe perguntei isso. Eu lhe perguntei: essa casa da Rua Antônio Hermínio Lemos, que era a casa que a senhora alugava antes da atual para estes 16, 15, 17 ou 18, sei lá quantos, a senhora alugou de alguém.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim, eu peguei de outra pessoa. Então, dessa pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora alugou desse Alemão.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim, que passou para mim a casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse Alemão, quem era? A senhora conheceu o Alemão como, para a senhora conseguir? A senhora foi ao jornal e viu um imóvel? Como foi?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, é que eu estava procurando casa para alugar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - ...e conheci, e ele me alugou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora conheceu ele como? É isso que eu estou lhe perguntando.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim, porque tem lugar com placa "Aluga-se", "Passa-se esta casa".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora passou na rua, viu uma placa...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na rua, procurando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse Alemão é alemão mesmo, ou é só o apelido dele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É só o apelido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora fez o contrato dele de aluguel por quanto, desse imóvel?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não. Tipo assim, ele passou, ele falou que tinha comprado e me vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, a senhora comprou o imóvel?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora pagou quanto por esse imóvel?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na época, foi 2 mil cada quarto que ele me passou, mas eu não entendia de ser. Para mim, era dele, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe eu lhe dizer. Ele passou... Se eu tentar ajudá-la e se eu estiver errado, a senhora me confirme, que eu não...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu estou respondendo aqui e vou ser insultada pelo pessoal que está ali falando umas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, não. A senhora está aqui para responder. Deixa eu lhe dizer uma coisa...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não estou aqui para ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixa eu lhe dizer e lhe perguntar o seguinte. Quando a senhora diz "*Ele me passou esse ponto*", ele lhe passou a venda. Então, a senhora pagava para ele 2 mil e tantos...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Dois mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dois mil por mês.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por quarto?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por cada quarto. Quantos quartos eram neste imóvel da Hermínio Lemos?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eram três grandões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Três grandões.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - ...como se fossem *kitchenette*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Aí a senhora, para cada um desses três grandões em que cabia tanta gente, por causa dos beliches — a senhora já explicou isso —, a senhora pagava 2 mil por mês por cada quarto?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Eu paguei de uma vez só isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quanto foi que a senhora pagou?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na época, eu paguei 6.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Seis mil...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...pelos três quartos? Dois para cada um, pelo ponto?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não é ponto. É moradia. Não é ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu sei, senhora. Mas só para eu entender. Deixe-me só entender.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu comprei aqueles quartos, eu tinha comprado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu chego para a senhora e digo assim: “*A senhora tem para alugar isso aqui? Quanto é?*” A senhora diz assim: “*Olha, eu tenho três quartos aqui em que cabem 18 pessoas, 6 em cada quarto*”, vamos dizer assim. E eu digo pra senhora o seguinte: “*Quanto é que a senhora quer nesses três quartos?*” A senhora diz: “*São dois cada quarto*”. Eu lhe dou os dois e vou alugar para ver se eu ganho um pouco mais de 6 para lhe pagar os 6 e ficar com um lucrozinho. É isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pronto. E a senhora ficou nesse imóvel por quanto tempo pagando 6 mil reais por cada quarto?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Ah, não, eu fiquei pouco tempo. Logo em seguida, aconteceu isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Quanto tempo a senhora passou lá?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Uns 4 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quatro meses.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É. Aconteceu isso aí, eu peguei e saí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então a senhora ficou 4 meses alugando esses quatro quartos. Então, 6 mil por mês, a senhora pagou 24 mil reais para o Alemão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, o senhor não está entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu não estou entendendo.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Deixe eu explicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então me explique.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu vou explicar direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Diga.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É invadido lá... A casa é invadida. Ele pegou e me vendeu o quarto. Vendeu, ele não me alugou. Estou explicando para o senhor direitinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ele lhe vendeu os quartos?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por 2 mil reais cada quarto.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esses quartos eram seus.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Meus, não. Eu "coisei" lá, depois eu abandonei. Quando eu descobri o que estava acontecendo, eu abandonei. Até então eu não sabia o que estava acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então a senhora só pagou 2 mil por cada quarto nestes 4 meses.



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É um negócio da China, não é? E a senhora cobrava nesse aluguel anterior quanto?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na época, eu cobrava 20.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eram 20 lá. Trinta agora, neste atual.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eram 20 por dia. Dezoito pessoas, cada aluguel da vaga era 20. Esse Alemão lhe passou algum papel, um documento desse local?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, senhor, passou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse local era um local abandonado que ele, depois, lhe passou o ponto.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Eu lhe agradeço pelas informações, Sra. Telma.

Deputado Paulo, o senhor queria ainda...

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, eu ainda quero fazer aqui mais algumas perguntas à Sra. Telma: concernente a essa hospedagem, tanto a anterior como esta que ela está há 3 meses, é uma hospedagem legalizada?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, porque eu não tenho condições de legalizá-la, porque precisa que ter dinheiro e eu não tenho.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Então, dos hóspedes que ali estão não existe um registro formal, como se faz em qualquer hotel ou hospedagem, onde tem todos os dados dessas pessoas que se hospedam. A senhora não tem isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Uma ficha, alguma coisa.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não tenho, porque eles não ficam muito tempo lá. Eles ficam uns dias, depois vão embora. Então não tem como eu fazer contrato.



O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Nesse endereço anterior, quanto tempo a senhora ficou trabalhando ali?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - No outro lá?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - É.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - No primeiro?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Que a senhora alugou desse Alemão.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim, os 4 meses.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Ficou 4 meses?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Antes disso, a senhora fazia o quê, Sra. Telma?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu costuro. Eu trabalho com costura.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora vive disso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu vivo disso, das minhas costuras. Inclusive, pode ir na minha casa que está lá minha máquina. Eu costuro. Inclusive, eu faço roupa também, eles pedem pra eu costurar e eu costuro. Eu ganho disso também. Eu não ganho desse negócio. Eu vou explicar pra vocês. Falam: *"Ah, ganha 30 reais"*. Mas eu vou falar pra vocês, eles não têm dinheiro todo dia. Eles não têm! Então, mesmo assim, chegando lá, eles comem, eles dormem. Eu não vou por ninguém pra fora.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sra. Telma, a senhora tem família lá no Pará?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tenho. A minha mãe mora lá.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora tem irmãos que moram lá?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tenho.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora tem um irmão lá no Pará que indica a essas travestis para que se hospedem...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não, não. Jamais.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - ...na sua pensão?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, senhor! Eles nem conhecem travestis lá! Nunca! Jamais! Ninguém indica ninguém de lá pra cá. Foi que nem eu expliquei, eles vêm de lá, chegam e querem uma moradia pra morar.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Consta nos autos, Sra. Telma, que as operações que esse Dr. Jair realiza nesses travestis são superfaturadas e que a senhora recebe uma gratificação, por parte dele...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Nunca.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - ...ao indicar esses travestis para que sejam operados pelo Dr. Jair. A senhora ganha uma comissão do Dr. Jair pra indicar, e ele superfatura essa operação para poder lhe favorecer com essa comissão. A senhora confirma isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Lógico que não. Se eu fizesse isso eu tinha dinheiro. Eu não tenho dinheiro. Como que eu ia ganhar dinheiro, se eu não tenho? Pode investigar a minha vida toda. Eu não tenho dinheiro, eu não tenho carro, eu não tenho nada. Eu vivo das minhas costuras. Ele não dá nada pra ninguém não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora sabe me dizer, Sra. Telma, se essa Emanuele chegou a sair do País?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Não sei dizer se ela saiu fora, se ela está aqui. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora não sabe se ela viajou para a Bélgica?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, senhor. Não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora nunca ouviu falar isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Que alguém lá da sua pensão, ou no caso ela, Emanuele, a travesti, se ele se mudou para a Bélgica ou alguma coisa assim?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, senhor. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Muito bem. A senhora disse que a senhora tinha duas pessoas menores lá com documento falsificado.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.



O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Como é que a senhora sabe que esse documento era falsificado?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu fui saber na época que a polícia entrou lá. Eu não sabia. Se o senhor me der um documento falso aqui, eu não vou saber lhe dizer se é ou se não é. Eu não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora disse aqui que as travestis, algumas bem novinhas... Pelo corpo da pessoa, o tamanho e logicamente a fisionomia da pessoa demonstram mais ou menos a idade que ela tem.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, porque era tudo grandona. Se olhar assim, dizia que tinha 20 anos, 19 anos. Não tem como dizer.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Essas pessoas que chegavam, as travestis que chegavam lá já chegavam com operação feita, já com silicone?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tinham umas que sim.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Outras faziam lá?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Lá, não. Eles saíam de lá e eu não sei o que eles vão fazer na rua. É que nem expliquei para o senhor, eu não sei, não vou mandar na vida das pessoas lá fora.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu digo lá é morando lá, vivendo lá.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eles saíam e quando voltavam já estava feito.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora tem alguma pessoa que cuida da casa além da senhora, um gerente ou uma gerente que cuida e te ajuda nessa casa?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, senhor. Tinha só a moça que cozinhava, fazia comida, mas não tem negócio de gerente, não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E quem fazia a limpeza dos quartos e da pensão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - A mesma pessoa que eu pagava para cozinhar.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Ela fazia a limpeza e também fazia a comida?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Fazia o almoço deles.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Como é o nome dela?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Pérola. O apelido dela era Pérola.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Se uma pessoa dessas, Sra. Telma, ficasse sem pagar as mensalidades, esse aluguel para a senhora, como é que era conduzido isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Como era conduzido?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora perdoava essa pessoa? Ela continuava morando lá? Ou a senhora pedia que desocupasse o quarto?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Quando estava devendo muito, muito, e eu via que não chegava dinheiro, eu pedia para ir embora, para desocupar a vaga para alguém que ia pagar.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora pedia para ir embora? Nós temos aqui nos autos dizendo que a senhora prendia a pessoa lá até que pagasse o que devia.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim, mas como é que eu vou prender uma pessoa que sai todo dia, que vai e volta? Como é que eu vou prender uma pessoa ali? Me fale como é que vou falar para a pessoa: "*Vou te prender para você me pagar*"? Como vai ser isso?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Não posso falar nada. Quem tem que falar é a senhora.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não tem como um negócio desse! É tanta mentira! É tanta mentira que inventaram aí que não tem como nem eu me defender aqui. Tem que provar primeiro. Não é todo mundo ficar me olhando com cara de que eu sou criminosa, que eu não sou, não. Está entendendo? É só investigar para ver se é verdade. Como é que eu vou prender uma pessoa lá e falar "*Agora vai atrás de dinheiro*" com a pessoa presa? Não tem como isso. Não existe isso.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu gostaria, Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, de registrar a presença da Dra. Rosângela Muniz, Delegada Federal dos Direitos Humanos da ONG ADDH Brasil. Queremos agradecer a sua presença e a sua colaboração com esta CPI.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.) (Pausa.)



O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sra. Telma, eu quero terminar aqui somente fazendo uma pergunta: a senhora se acha vítima de todas essas acusações?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu me acho sim, porque é tudo mentira que inventaram, um monte de mentira, e colocaram tudo nas minhas costas. Eu não vou pagar pelo erro dos outros. O pessoal fala as coisas, vão escrevendo, vão acreditando. Eu fui presa e tudo por uma coisa que não fiz.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Por que a senhora acredita que essas acusações apareceram? É alguma perseguição de alguém, alguém que tenha raiva da senhora ou alguma coisa? Essas acusações apareceram, foi feita a denúncia, não é verdade? A senhora tem alguma inimiga, algum inimigo, alguma pessoa que tem raiva da senhora, tem inveja ou alguma coisa, algum despeito e que fora capaz de realizar essas denúncias?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Acho que são pessoas... Como eu peço para ir embora, ficam com raiva, porque quer ficar lá morando. Come, bebe e não quer pagar. Com o tempo, eu peço para ir embora. Aí fica com raiva. Para se vingar, o único jeito eu acho que é isso. Inimigo? Como é que eu vou ter inimigo se eu não ando fazendo nada de errado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora, por duas vezes, Dona Telma, nos informou que um desses jovens travestis de Belém foi e já voltou. A senhora disse: "*Já está de volta*". Quer dizer, se eu entendi, ele foi seu hóspede lá na...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na Hermínio Lemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...na Hermínio Lemos e já está agora na nova...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não está comigo, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, não está. E como a senhora sabe que ele voltou?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Porque as que moram lá comigo conhecem e falou que ele já estava na rua, encontrou ele trabalhando na rua, que está aqui em São Paulo trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quem falou isso para a senhora?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Uma das meninas, dos meninos que moram na minha pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Que menino? Qual foi o que falou isso para a senhora?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Acho que foi a Caçula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Caçula? Ela é conhecida como Caçula.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Caçula.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Tem muita gente que me encontra na rua e fala: *“Encontramos a Juan lá em Higienópolis. Ela está trabalhando, já está em outro canto aqui. Aconteceu tudo aquilo com a senhora, a família dela fez tudo aquilo com a senhora e agora ela está de volta.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A família? Então, foi a família da... A senhora está nos dizendo aqui...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim, a família dele que fez essa denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Qual é o nome dele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Juan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Juan.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A família do Juan que a denunciou, foi isso?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por quê?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu também não entendo por quê. Também não entendo. Na época que aconteceu, fiquei surpresa, não sei por que aconteceu isso. Acho, não sei, se ele fez documento falso e veio para cá. Chegou aqui, fugiu de lá, e a família deve ter investigado. Eu não sei. Não sei o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas a senhora acha que foi o Juan que a denunciou?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Foi, acho que foi.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Agora me explique só uma coisinha. A senhora tenta nos convencer aqui de que a senhora é uma pessoa que é inclusive bondosa, porque os caras não lhe pagam às vezes e a senhora fica tolerando.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. Eu só estou reproduzindo o que a senhora disse aqui. A senhora tolera. Eles pagam a diária, às vezes não pagam.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora dá de comer, de morar, cuida deles. Encaminha, inclusive, para clínicas.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, encaminhar eu não encaminhei ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Veja bem. A senhora acabou de dizer que a senhora procurou um médico, o Sr. Jair, e quando eles perguntaram quem poderia fazer, a senhora sugeriu o Jair.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Porque era o único que eu conhecia que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eu não estou dizendo nada contrário. A senhora que está interpretando o que eu estou dizendo. Eu estou dizendo exatamente isso, que a senhora sugeriu à Emanuele, que queria fazer uma mudança...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, eu não sugeri. Ela foi sozinha. Inclusive, eu fiquei conversando com ela e falei que tinha vontade de fazer meu nariz. Aí foi que ela me indicou ele para fazer meu nariz. Não fui eu que indiquei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, ela que indicou ele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Foi. Ela me indicou ele para fazer meu nariz. Não fui eu que indiquei ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Emanuele é que indicou o Jair.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas a senhora não disse isso aqui ainda agora. A senhora disse o contrário.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Veja bem, senhora, eu não estou aqui para acusá-la de nada, Dona Telma. Eu estou aqui para me informar das coisas. As coisas têm que bater no raciocínio lá. A senhora disse, por nervosismo ou por inadvertência, que procurou para fazer uma cirurgia, que custava 3 mil reais, no nariz. Acabou não fazendo porque tinha medo de injeção. Uma das meninas queria fazer e perguntou se a senhora conhecia. A senhora disse que o único que a senhora conhecia era o Sr. Jair. E a senhora disse: "*O Jair faz esse tipo de coisa*". Ela procurou, não por orientação da senhora, mas ela procurou...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - A Emanuele me indicou esse daí, que eu queria fazer meu nariz. Ela foi, ela pegou, fez o negócio dela lá e me indicou. Eu falei que tinha vontade, era um sonho. Eu tinha vontade de fazer o meu nariz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, foi ela que te indicou?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Foi. Ela me indicou. Depois, as outras me perguntavam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora está corrigindo a informação, porque antes a senhora disse o contrário.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Aí as outras me perguntavam e eu indicava ele, porque é o único que eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora indicou ele para outras também?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então não foi só a Emanuele que a senhora indicou?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi para outras meninas. (*Pausa.*) Então, veja bem, a senhora... Esse Juan, aquilo que eu estava dizendo, a senhora ajudou, a senhora sugeriu para outros meninos fazerem...



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não. Pra ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. A senhora acabou de dizer que não foi só a Emanuele...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Sim, mas eu estou falando outras pessoas que eu indico que ele é bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Pra quem que a senhora indica?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Esse aí não, o senhor pode ver que esse aí não tem plástica nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, esqueça Emanuele. Pra quem a senhora o indica? Essas outras pessoas que a senhora diz...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Qualquer pessoa que me perguntar se eu conheço algum cirurgião bom, eu falo que é ele. Como se o senhor me perguntar: você conhece alguém?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, entendi.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas para quem a senhora já fez esse tipo de sugestão do Dr. Jair?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Até para mulher também eu já "coisei". Qualquer pessoa que me perguntar, homem, qualquer pessoa que me perguntar eu vou indicar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, deixe eu lhe perguntar: outros travestis que lhe perguntaram, a senhora encaminhou, porque era o único que a senhora conhece.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É o único que eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora sugeria, a senhora...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu falava que ele era bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Era um bom.



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Uma pessoa profissional, né? Não é uma pessoa, uma clínica clandestina como tem muito por aí, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Então, a senhora, vamos dizer assim, comentava a clínica do Dr. Jair para quem lhe perguntava, que era a única, qualquer pessoa...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E eu lhe pergunto o seguinte.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não estou nem querendo saber disso aí não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu lhe pergunto o seguinte: se a senhora era tão bondosa, generosa, dava comida, os caras não lhe pagavam, por que razão eles iriam denunciá-la?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Até agora não consegui entender o porquê disso. Não entendo. Não consigo entender. Até hoje eu penso, eu paro e penso e eu falo: por que isso? Eu não sei. Eu não sei por que está acontecendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora... Essa clínica do Dr. Jair, a senhora sabe onde fica?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Onde fica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. O endereço dessa clínica?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Então, eu não fui lá para pesquisar meu nariz?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Por isso que estou perguntando. Onde é?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Lá na... Como é o nome lá? Santa Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Rua Santa Cruz?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Na Santa Cruz, ali perto do metrô Santa Cruz. É um bairro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bairro Santa Cruz. A rua, a senhora sabe onde é?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, a rua não, porque eu fui uma vez lá, né, para ver esse negócio do meu nariz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - O nome da rua eu não sei. Sei que fica uma rua atrás ali do metrô Santa Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Uma rua atrás do metrô Santa Cruz.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O nome da clínica, a senhora sabe?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não sabe o nome da clínica.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo. Muito obrigado, viu, D. Telma?

O Deputado Paulo vai fazer as últimas considerações para a gente...

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não vou responder mais nada, não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE – Sra. Telma, tome um pouquinho de água, tome um pouquinho de água.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não vou responder mais nada, não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu vou fazer aqui algumas perguntas para a senhora. Se a senhora sabe o nome do Alemão. A senhora sabe o nome do Alemão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora não sabe o nome do Alemão?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu não vou responder mais nada, não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora tem que falar no microfone que a senhora não vai responder.

O nome do Alemão a senhora não sabe?



A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Não sabe se é Douglas o nome dele?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Ah, não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Não.

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não tem a ver uma coisa com a outra.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora sabe informar, essa Pérola que a senhora disse que cozinhou para a senhora, se ela ainda continua cozinhando para a senhora?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, senhor, porque na época ela foi embora, né? Ela ficou tão assustada que ela foi embora, voltou para o Pará.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Ela voltou para o Pará. A senhora sabe que ela foi assassinada?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Hã?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Um pouco antes, pouco antes da operação de 2011, não?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - O quê?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora tem conhecimento de que a Pérola foi assassinada?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Eu não sei nada disso, não!

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora sabe dizer se ela foi aliciada também em 2008, quando ela era adolescente? A senhora tem algum conhecimento dessa situação, não?

A SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO - Não, não sei de nada disso. Sei não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, eu não sei se a gente... se é o momento já de a gente fazer aqui alguma conclusão daquilo que a gente pensa, ou senão, mais tarde eu tomo a palavra e faço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Deputado Paulo não tendo mais nada, e eu também não tenho mais nada a esclarecer.



Eu queria agradecer o depoimento, a presença e o depoimento da Sra. Telma, da sua advogada, Dra. Adriana Criniti, pelos esclarecimentos prestados à CPI.

Vou suspender aqui por 5 minutos apenas para a gente retomar os nossos trabalhos aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já foi pedido.

Agradeço, mais uma vez, a sua presença e dizendo que, para nós, foram muito importantes os esclarecimentos aqui prestados pela senhora para a investigação desse caso que está sendo objeto de análise na CPI. Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Vamos retomar, aqui, que já estamos entrando no horário da fome.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe-me só retomar, aqui, aí eu passo a palavra para o Deputado Paulo Freire, que conduz aqui e eu te atendo. Obrigado.

Queria convidar aqui para fazer uso da palavra a Dra. Nilze Baptista Scapulatiello. Está certo?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah ,então, escreveram aqui errado. Scapuleto, é isso? Ah, Scapulatiello.

Bom, depois, nós vamos ouvir a Dra. Juliana; depois, a Dra. Cristiane; depois, a Sra. Rosângela.

Bom, faculto a palavra à Dra. Nilze, que é Delegada de Polícia Civil, titular aqui da Primeira DHPP, Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa do Estado de São Paulo.

A SRA. NILZE BAPTISTA SCAPULATIELLO - Obrigada e boa tarde.

Eu tenho muita honra de pertencer aos quadros da segurança pública e, mais ainda, de integrar um sistema de justiça, seja criminal ou cível. Demora muito tempo, às vezes, 30 anos, desde que você sai da faculdade — eu sou da turma de 1978 —, para encontrar os seus pares na Magistratura, no Ministério Público, na Secretaria de Segurança nos encontros que nós fazemos em todas as nossas ideias.



Em 1978, nós éramos os delegados, os promotores, os juízes, não havia Defensoria Pública, mas, sim, a Procuradoria, e nós éramos tidos como os alunos da democracia. Assinamos a carta do Prof. Goffredo, da democracia. E hoje nós podemos ver os frutos da nossa ideia; e é muito importante.

Quando eu assumi a 1ª Delegacia de Proteção à Pessoa do Departamento de Homicídios, as pessoas sempre falaram assim: “*Onde você pertence? Departamento de Homicídios*” Mas esquecem um “e” — e Proteção à Pessoa —, que é integrada por três delegacias. A minha, primeira, Proteção à Pessoa, que cuida de sequestro, cárcere privado, ameaça de autoria desconhecida e tráfico interno para fim de exploração sexual.

Depois, vem a segunda delegacia, vem o Dr. Negrão com a Pedofilia, que se interlaçam. O que vocês viram aqui: um travesti menor, vivendo da prostituição, pode ser um ato de pedofilia, não? Depende da ótica de quem analisa os fatos.

A Dra. Margarete, que está na Intolerância, e o Dr. Judicime, com o Dr. Magano, está na Delegacia de Proteção, provimento 32, que seriam as coações no curso do processo, que encaminham as pessoas que são ameaçadas em qualquer tipo de criminalidade, desde que cumpram as normas desse sigilo, porque o mais difícil é eles assumirem uma responsabilidade, dizendo que não vão voltar, que não vão se comunicar. É um trabalho quietinho, mas árduo.

Tive a grata satisfação de encontrar outro amigo da faculdade, que era o Dr. Desgualdo, que chefiou o Homicídio. E, quando eu cheguei há um ano, havia um inquérito lá de Cruzeiro do Sul, Indianópolis e na Zona Norte — eram umas casas. Tive a satisfação, por meio do Dr. Carrasco, por meio da Dra. Eloísa — participamos dos mesmos bancos, dos mesmos concursos —, que me apresentou à Dra. Juliana, e nós nos dedicamos a ouvir as partes.

O primeiro ponto que quero deixar bem claro é que o Código Penal é antigo, precisa de revisão, mas nós estamos defendendo um bem jurídico que se chama “liberdade individual”. Não importa se é para fim de trabalho. Se for para fim de trabalho não registra carteira? É crime de competência da Federal, mas nós vamos apurar e remeter o inquérito. Mas é outro capítulo. Crime contra a liberdade individual é sequestro, é cárcere privado.



Então, no caso de todas as pessoas, seja a que título for, por trabalho ou não, que estiverem nessas condições, é nossa a competência. E não é exclusiva, é concorrente.

Só no centro de São Paulo tenho 22 anos e meio como delegada de polícia. Comecei na área do Bom Retiro, quando chegou a primeira migração coreana, a primeira casa, o primeiro boliviano, com a participação da comunidade. Acho que foi por causa disso que eu fui posta lá. Mas eu fui delegada do 1º Distrito Policial. Eu vi muitas pessoas em estabelecimentos comerciais que achavam que se saíssem à rua a Federal ia pegá-los e restituí-los a todos os países do mundo. Então eles viviam em regime escravo.

Se vocês quiserem... O Tony Bellotto, da banda Titãs — olhem como é o mundo —, escreveu um livro que se chama *Lanternas Vermelhas*. Vão lá ver o que ele escreveu de São Paulo, desse tráfico.

Outra coisa que eu quero deixar bem clara: o tráfico é o transporte. Hoje vem para fins sexuais". Antes o "gato" vinha à Estação Júlio Prestes, à Estação da Luz, pegava as pessoas e as levava para a construção civil, para empresas de costura, para restaurantes, para qualquer tipo de atividade. Quem faz tráfico é quem se beneficia com o transporte.

Muito bem dito. O que caracteriza toda essa liberdade individual, em minha opinião? Eles não são transparentes. No caso da prostituição, eu posso ser prostituta e dormir com o doutor aqui. Amanhã, quando me encontrar na mesa, ele não me conhece. Eu sou invisível. A sociedade não me vê. Eu sou uma pessoa que tem um material de fácil reposição e sou uma mercadoria barata. E eu tenho em minha mente que eu não tenho esse direito. Por quê? Eu não sei escrever, eu não sei falar, eu não sei comer. Eu não me preocupei em estudar, não me preocupei com nada. Eu tenho um corpo bonito, que vejo na televisão: "*Eu quero ter esse corpo*".

Então, achei muito importante essa palavra: responsabilidade. Seja cível ou criminal. A responsabilidade criminal é pena. Quando nós vamos a um lugar... Por exemplo, eu chego a um lugar que, pelo que foi afirmado por mim, muitas vezes, esse dinheiro é dado, depositado na poupança para que a pessoa venha de avião ou de ônibus dos Estados de origem. Não é só do Pará. Coitada da Dra. Cristiane, que me passa quatro, cinco *e-mail* por dia. Se vocês vissem, nesse fim de semana,



quantos *e-mails* nós trocamos — eu, o Deputado, a Dra. Cristiana, do Pará, e a Dra. Juliana! Nós sofremos todos esses problemas, não é, Dra. Juliana? Só arrumar uma vaga para o travesti? Não é só a questão da vaga. É que a casa de abrigo não quer travesti. Menor é bom, não sendo travesti.

Então, são os lamentos que nós ouvimos até sábado, domingo, sexta-feira, segunda-feira, não é, Dra. Juliana?

Simplesmente é ouvir. A Dra. Cristiane me passou o boletim de ocorrência dando nomes que eu conhecia. Conheci pessoalmente? Não. Conheci lendo inquéritos. Aquela ali é uma pequena parte, muito pouco das cópias das investigações. A única dificuldade é não poder falar para o promotor: *“Olha, eu peguei uma pessoa que vocês estão procurando desde 2009 e que, na concepção dela, é uma empresária”*. Ela tem um quarto ou dois quartos, em São Paulo, numa pensão. Isso é difícil. Parabenizo os meus investigadores, porque ali, onde ela fala, só tem moto, só tem loja de moto. E a referência era de que na General Osório com a Rio Branco havia um menor, a mãe estava chorando e o avô queria o menino de volta, um menino de 17 anos. *“A senhora tem que me trazer essa pessoa”*.

Então, eles se dedicaram muito. O primeiro recurso que foi dado à Secretaria de Segurança: foto. Eles entram e fotografam o local. Eu não sei se quando eu trato do problema da confecção, dos bolivianos, eu estou lidando com o regime escravo, que é uma situação, ou com a falta de higiene que eu vivia em 2007 no Pari.

Eu ouço todas as lamentações *“Doutora, eu não quero ir embora porque aqui eu tenho a ama; eu estou na escola, eu tenho ama, eu vou à LBV, minhas crianças estudam lá, têm fralda, têm mamadeira, mas tem uma coisa, sabe, aquele colégio está fazendo bullying com meu filho, estão gozando do seu sotaque lá”*. Eu vou, nós vamos trabalhar. E não é de hoje. É uma integração, mas é difícil. E ouvimos um apelo: *“Não me mande para o local de volta porque eu não tenho o que comer lá”*. Porque quem está estabilizado não sai da sua terra de origem.

E conviver com outro tipo de filosofia, de pensamento: *“Eu vim aqui para pôr um seio, é bonito, eu quero”*. E quando eles entram, quem está lá, não tem um policial no Palácio da Polícia que pode sequer dar uma risadinha. Eu posso dar muitos nomes — Telma, Carla Facão, Michele, Evenin —, todas vieram depor e todas justificaram.



O problema, até na comunidade: *“Doutora, nós alugamos a casa, mas eles são estranhos, eles não recebem ninguém. Mas depois que a gente se acostuma com aquele jeitão deles... Eles pagam bem e não atrasam o aluguel. Eles não comprometem ninguém”*. Aí eu pego o travesti: *“Mas, doutora, onde é que eu recebo minha mãe? Meu pai não quer, eu sou travesti, não posso, e eu vou vivendo”*.

Até quando eu recebia, quando eu era titular da 12ª, da Avenida Cruzeiro: *“Doutora, meu namorado está aí, posso mandar uma carta para ele ou eu posso entrar para visitá-lo? Eu, como travesti, tenho direito a visita?”*

Então, você começa a pensar nessa justiça constitucional de direitos humanos, na presunção de inocência, que nós temos que aplicar e temos que assumir responsabilidades.

Eu não sabia quando, em 1997, a primeira titularidade, no 12º Distrito, de Pari, que eu ia enfrentar uma Estação Armênia, uma Cruzeiro do Sul, porque eu só vivia os problemas do Bom Retiro, que era a costura, chegaram os coreanos, os coreanos começaram a ter outra atividade, eles saíam, ficavam endividados com os agiotas que financiavam aquelas lojas bonitas de lá; não tinham como pagar e no dia do Natal se atiravam do apartamento, porque estavam devendo para a máfia coreana. Aí foi que eu comecei a ouvir.

Então, vejo que cada um tem um propósito e que foi muito bom vocês ouvirem as duas partes.

É que eu perguntei a ela, e ela pode estar aqui, que está na minha frente, eu disse a ela: *“Amanhã você esteja lá e faça as suas assertivas”*. Eu trabalhei como titular no 6º Distrito, no bairro do Cambuci.

Nós temos uma prostituição séria, principalmente com os caminhoneiros. O Juan — nós vimos — voltou, mas ele tem 18 anos, é casado e mora na Ermínio Lemos. Nós encontramos lá o Juan com suas próteses e tudo: *“Doutora, eu pago 30, mas se eu tiver doente é 50; se eu vou fazer uma plástica, custa 2 mil; como eu não tenho nome, não tenho CPF, ela paga, eu tenho que fazer por dia 130”*. Um dia eu falei para ele: *“Juan, toma cuidado, os caminhoneiros têm droga”*. Quantas vezes eu peguei travesti com seringa na mão, aqui, morto de overdose! Toma cuidado. *“Ah, doutora, 130 reais eu faço em meia hora”*.

O que você fala para essas pessoas? Como eu vou falar? Nós tivemos alguma coisa, tivemos uma mãe, uma alfabetização. Eu tenho que passar esses



fatos e ser uma referência para ele. Desde que eu estou lá, dificilmente, eu mando uma intimação que ela não esteja. Como eu entrei em contato com a Telma e disse: *“Você vai lá e vai mostrar a sua visão”*. E a coisa mais difícil, por incrível que pareça, é quando você faz um flagrante e manda a pessoa assinar. Eu tenho que dizer que não faz mal que ela não saiba assinar, que eu espero que ela faça o desenho do nome dela quantas horas for. Nós saímos de lá 3 horas, 4 horas da manhã, a hora que for, com os regimes escravos e com isso.

Os fatos são dados. O sistema movimentou... Muitas vezes eu vou lembrar, e vocês estão aqui, a Dra. Juliana entrando com uma mãe, às 20 horas, porque havia 20 meninas que iam sair para um *show*. Onde, Dra. Juliana? Em Cancun, para dançar e um show da Rihanna para o Obama. Era uma sexta-feira. Eu estava conversando com o delegado federal e ouvindo todo mundo: *“Que horas elas saem mesmo?”*. Eu estava passando as informações para que ele fizesse alguma coisa. Não tinha como pedir para o Juiz, nem como provar, mas foi passado. No aeroporto, elas foram advertidas de que possivelmente elas iriam para o Holiday Inn. *Show* da Rihanna, sexta-feira, para o Obama? E tem gente que acredita! Eram 20 meninas de 22 anos. Eu não sei como foi. Não tinha nem como interceptar o voo, mas, pelo menos, na hora do embarque, havia o delegado federal, o delegado civil, quem estivesse, para falar: *“Há uma possibilidade de essa ida ser um tráfico interno.”* Isso é muito importante. E, outra coisa, sem levar todos, porque a responsabilidade é de todos. Eu tenho atribuições, competências e divisões, no momento em que o inquérito está lá ou com a investigação. Ela vai ser redistribuída.

Vocês souberam daquela mulher que tentou levar uma menina para a Itália, uma criança, no Hospital Cachoeirinha, recém-nascida, que ia para a Itália. Quando eu estou lá sentada, chega uma mãe e diz: *“Doutora, a senhora sabe aquele negócio no Hospital Sorocabana, que levaram o meu filho em 2004 e tiraram o Natal do meu filho, porque ele nasceu na véspera do Natal, e sumiram com o meu filho? Foi essa mulher.”*

Graças a um promotor que nós ouvimos — nós tentamos de tudo —, ele falou: *“Doutora, abre... Veio de subtração na Lapa.”* Subtração de incapaz. Foi para o Fórum de Sequestro e veio para mim. Nós desarquivamos o inquérito. Levei a mulher até essa mulher que levava a criança para a Itália.



Só não consegui uma coisa. E nós vamos melhorar, porque nós vamos. Eu tinha três passaportes. Eu pedi para saber quantas vezes ela foi e voltou e quantas crianças ela trouxe. Nós não temos sistema de controle de entrada e saída de pessoas dos nossos aeroportos. Entrei em contato com a Itália: *“Não temos controle. Só temos o passaporte carimbado”*. Então, nós precisamos melhorar. Sistemas de informática, estão fazendo, mas eu só precisava de uma coisa: um passaporte dizendo: ela foi com quantas crianças para lá? Do sexo masculino ou feminino? Quem é essa pessoa? Mesmo assim nós soubemos onde estão os documentos. O pai da criança veio com fotos. Todos nos ajudaram, todas as ONGs, instituições, e nós pudemos ter duas fotografias. O pai da criança é muito parecido na família que ela tem na Itália. Se você olha a família, aquele lá não tem nada a ver.

Eu espero, com essa força do promotor, que disse: *“Vai, Doutora, vamos, vamos!”*. E nós fomos até... Gente, nós temos pessoas incríveis.

Essa diretora do presídio onde nós fomos buscá-lo perto de Taubaté, é uma mulher forte. Ela disse: *“Te trago três pessoas que são iguais a ela. Eu vou ser testemunha do reconhecimento.”* E a mãe diz: *“É aquela que tirou, na véspera de Natal, uma criança que não tinha registro, não tinha teste de pezinho, não tinha nada.”*

Então, é isso o que nós estamos fazendo aqui: protegendo a pessoa da situação análoga à de escrava, de ameaça, de sequestro, do que for. Na minha parte, eu posso ter a oportunidade porque eu participei e ouvi. Eu fui pouco, eu só prendi a Telma. Quem passou como...

Eu estou dizendo, os investigadores só faltaram se travestir e ficar lá para ver se pediam uma vaga. Mas isso é importante. Isso é tudo o que eu recebi de uma escola estadual. Isso é tudo o que eu respondi de uma faculdade de Direito estadual. Isso é tudo que eu posso olhar para uma comunidade de São Paulo e dizer: *“Muito obrigada”*.

Em 1974, quando eu entrei na faculdade, mulher não podia fazer concurso público se fosse desquitada, divorciada ou mãe solteira. Em 1975 nós pegamos meningite. Eu sempre digo: desquitada, mãe solteira, com meningite, não tinha coisa pior, só tinha o nome: mulher. Mas hoje temos o Convida, que nós estamos tentando melhorar com os esforços...



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTOS COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública Externa	Nº: 1674/12	DATA: 29/11/2012
INÍCIO: 13h42min	TÉRMINO: 14h56min	DURAÇÃO: 01h14min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h14min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 15

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
NILZE BAPTISTA SCAPULATIELLO - Delegada de Polícia Civil, titular da 1ª Delegacia de Proteção à Pessoa do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. CHRISTIANE FERREIRA DA SILVA LOBATO - Delegada de Polícia Civil, Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Estado do Pará. ROSÂNGELA MUNIZ DE ARAÚJO TOMAZ - Delegada Federal de Direitos Humanos, Presidente da Associação em Defesa da Dignidade da Pessoa Humana — ADDH.

SUMÁRIO: Audiência sobre exploração de crianças e adolescentes em São Paulo.

OBSERVAÇÕES
Continuação da reunião 1673/12. Não foi elaborado roteiro da reunião. Audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Grafias não confirmadas: 'Com Vida', RGD e CAN. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



(...) tudo que eu posso olhar para uma comunidade de São Paulo e falar muito obrigada.

Eu fui uma mulher que, em 74, que eu entrei na faculdade, não podíamos fazer concurso público se fôssemos desquitadas, ou divorciadas, ou mães solteiras — que não tem isso. Em 75, ainda nós pegamos meningite. Eu sempre falo: desquitada, mãe solteira, com meningite! Gente, não tinha coisa pior! Só tinha um nome: mulher. Mas, hoje, temos o Com Vida, que nós estamos tentando melhorar com os esforços.

A promotoria foi ver. Eu preciso de muita coisa. Mas não esqueçam que vocês não têm ainda, que nós não temos ainda, a pessoa que escreva, que dê valor, como sempre eu pensei. Por que é que eu tenho que viver com esses presos que sempre me acompanharam e olhando aquele Auschwitz?

Uma voz me falava para se valorizar o prato de arroz e feijão, que nunca faltou na sua casa. por que é que eu tenho que tirar uma pessoa do Rio Tietê morta — eu tenho que içar. Um bombeiro me falou: *“Porque a senhora faz caridade, não é doutora. Caridade é a gente tirar lá, porque ninguém quer.”* Quando içar um corpo da Marginal, a Marginal para, todo mundo corre. E sabe que ele não vai sair de lá. Tecnicamente, o que é que o corpo vai fazer? E, graças a Deus, em tudo isso, eu me sinto muito satisfeita por tudo.

O meu nome, Scapulatiello, eu acho que a pessoa não me conhecia, mas, dentro da magistratura, do sistema de política criminal, é difícil descrever e ter uma confiança. *“Ah, essa delegada! Eu vi o inquérito dela ou o relatório. Vamos dar uma colher, vamos fazer de novo.”* Como o caso, não é?

A Telma tem direito à liberdade provisória? Tem, não é? Ela era primária, ela nunca foi encontrada; é a primeira vez. Ela tem. Ela é perigosa? Na minha concepção, de fato, sim. Mas, hoje, a nossa filosofia é preservar a liberdade. Ela teve todo o direito; ela pagou uma liberdade provisória, mediante fiança, e veio até aqui.

É fácil para ela? Ela teve, não sei como, as mesmas oportunidades? *“A senhora é garantista.”* Não, todos nós somos, não é? Nós vamos garantir a responsabilidade justa dela, para que ela nos olhe com dignidade e fale: *“Olha, eu acho que não vou...”* Por que vocês repararam que, para ela, não está fazendo crime nenhum? Ela é uma empresária. Eu perguntei para ela: *“Tem contrato?”* *“Não.”*



“Quem é... Os apartamentos?” “A senhora declara Imposto de Renda?” “Não, doutora, eu sou uma simples costureira.”

A mesma coisa eu ouvia dos camelôs. Lembra a época dos camelôs, aquela coisa, no Largo da Concórdia? A delegada era eu. *(Riso.) “Doutora, mas nós não temos onde comer. Eu não posso pagar água, luz. Eu nunca paguei água, luz, imposto. Eu tenho direito de sobreviver.”* Então, se nós somos bandeirantes, não vamos ter aquela pecha de só matador de índio. Nós vamos desvendar caminhos, esperas. Pensar que um Facebook...

Eu falei até com a mãe: *“Quero que fale com ela”*. Toda essa visão angelical da mãe com a filha, eu reconheço e vejo. Mas eu vejo meninas de 12 anos no Facebook, vocês não reconhecem. Eu peguei o meu filho, peguei o carro dele e fui a uma avenida de menores num fim de semana. Meu filho mal precisou abrir a porta, elas já estavam lá dentro.

Elas sabem quando foi o dia. Doze anos! *“Doutora, mas eu já tenho experiência sexual desde os 9.”* Tatuagem! Aí, quando vem a mãe, ela vai para o colo da mãe e chora. Olhem as informações. A melhor amiga sabe de tudo. As mensagens, a Internet! Vocês não imaginam o que é que o Dr. Arlindo Negrão sabe da pedofilia. Eu tenho até medo. Pessoas que nunca se despiram na frente da mãe, se despem na cozinha, onde fica o *notebook*, no Skype, para pedófilos. E são apaixonadas, porque, para elas, são os namorados delas. Então, é muito difícil você apurar. Nós temos valores diferentes.

Essas pessoas vêm para cá: *“Ah, doutora, lá, eu ganho pouco. No Pará, eu ganho pouco.”* Eu escuto isso. *“Eles me batem de dia e me usam à noite.”* Será que é a mesma coisa que eu estudava das prostitutas, quando eu comecei, na Estação da Luz? *“Eu quero vir aqui para pôr um peito, porque eu sou assim. Eles ficam transfigurados. Mas eu não aguento mais essa exploração.”* Mal sabem elas que, se eles soubessem escrever e ler, eles faziam um contrato com a dona do apartamento em 1 mês morando lá, não é?

Todas as imobiliárias que nós fomos perguntar, nas casas de massagem... Eu não posso fechar os olhos só ao tráfico interno para fins de exploração sexual. Eu abro lá e tenho uma... Como ela disse, quais foram os crimes que foram catalogados? Os crimes que foram catalogados foram: o tráfico, porque foi provado, por testemunha, que ela manda dinheiro para que venha pra cá — depois, cobra na



estadia; foi a exploração, porque ela explora a atividade sexual e ela facilita a prostituição. Essas pessoas não têm emprego, não têm carteira registrada, têm uma simples identidade com o nome rascunhado, que veio do Pará. Eles têm medo de ir ao RGD e tirar a carteira de identidade.

É essa a situação que nós vivemos. Mas nós vamos vencer, porque os nossos sonhos eram mais... E, graças a isso, o Mudinho, quando chega, fala: “O *Dr. Arnaldo Jordy está no telefone e quer falar com a senhora.*” “*Mas o que é que o Deputado quer?*” Aí, eu vejo que ele veio de São Paulo, nós nunca nos vimos e nós temos a mesma idade.

Esse é o segredo, essa é a vontade de a gente trabalhar. Nós estamos presentes em muitos lugares, de maneira nominada ou inominada. Eu tenho orgulho, uma pessoa simples, que... Eu nasci na Penha, eu estou sentada à Assembleia Legislativa de São Paulo. Não é uma coisa pessoal, é uma coisa que eu busquei. Só que eu não tive muito tempo, com esta profissão de delegada de polícia, para pensar em tudo isso.

Mas eu posso dizer para os senhores que nós temos, em São Paulo, um sistema criminal de Justiça — não é, Dra. Promotora? — em que todos colaboram com um pouco. E, no mínimo, um fato: não esqueçam que a Telma ficou sentada do lado de vocês aqui, o tempo todo. Não foi reconhecida pessoalmente, mas, quando deu o nome, todos sabiam o produto e a embalagem que ela estava contendo.

Então, eu agradeço esta oportunidade. O Departamento de Homicídios e de Proteção a Pessoas está a critério de vocês, é só nos procurar. Nós atuamos 24 horas, e todo o policiamento. Porque o policiamento ostensivo também, se comunicado, nos chama, e nós vamos dar suporte.

Porque tudo é uma especialização, não é? É uma especialização. Eu não sabia. Antes, quando eu cheguei, eu tinha uma ideia, mas eu faço melhor inquérito agora, depois de 1 ano, no tráfico interno, na liberdade provisória, do que eu fazia, hoje.

E nós temos que tomar cuidado também com uma coisa — uma advertência, excelência —, que os próprios bolivianos estão explorando os irmãos que vêm de lá, tá? Eles estão explorando, e muito. E, num regime de exploração para costura ou qualquer atividade, eu estou encontrando coisas magníficas: fraude no comércio, ordem econômica e tributária, lavagem de dinheiro. Em qualquer lugar suspeito, eu



encontro uma maquininha de crédito, essa maquininha de crédito para fins de exploração sexual... Como isso chama? *(Pausa.)* Lavagem de dinheiro? Tá? *(Pausa.)*

Então, eu agradeço a todos esta visão, uma visão que é minha e que, às vezes, eu não posso fazer, porque eu só relato fatos. São as responsabilidades das pessoas que têm o domínio do fato — estou falando dentro do poder ou não — e não fazem nada. Quem tem domínio do fato — eu não sei se é uma tese contestada ou não —, mas, hoje, ele tem a possibilidade de ser autor, não é? Autor. Então, toda participação com domínio do fato de que o dinheiro de que procede os seus lucros, o seu rendimento, vem de uma atividade ilícita, a pessoa pode ser responsabilizada. Esses são os nossos instrumentos.

Eu agradeço, porque eu acho que já avancei muito a hora. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está bom, D. Nilze. Muito obrigado. Muito obrigado mesmo pelas suas considerações aqui para a nossa CPI. Parabéns pelo seu trabalho, viu? Parabéns, mesmo. Vamos tentar agilizar um pouquinho. Ainda estamos no meio do caminho.

Eu queria convidar a Dra. Juliana, que acabou de ser ouvida lá pela imprensa, depois, a Dra. Christiane Lobato, e, depois, a Sra. Rosângela, que também tem um depoimento a fazer aqui para nós. *(Pausa.)*

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Olá! Boa tarde. Muito foi falado ao longo destes riquíssimos momentos. Eu acho que eu só posso dizer aqui...

O Deputado está dizendo que agradece a presença do Estado de São Paulo. Mas é o Estado de São Paulo que tem que agradecer a presença dos Deputados, aqui cooperando na elucidação, no enriquecimento e no fortalecimento dos trabalhos que são desenvolvidos, porque, de fato, acho que, como muitos aqui, aliás, como todos aqui que prestaram os seus depoimentos, as suas contribuições, a ideia do tráfico de pessoas, no que tange ao enfrentamento, não tem outra palavra a não ser integração. Eu acho que esse é o grande desafio. Acabaram ali, há pouco, na entrevista, perguntando assim: “Qual que é o desafio hoje no enfrentamento ao tráfico de pessoas?” De fato, é a integração. Essa foi um das primeiras palavras que eu ouvi das autoridades quando eu iniciei as atividades na Secretaria da Justiça.



Eu vou partir, na verdade, do pressuposto — então, portanto, para dar continuidade a esta possibilidade de construção aqui de informação — para falar um pouquinho desse caso colocado aqui para análise, enfim, que se buscou e se busca, através da CPI, elucidar. Bom, vamos lá.

Existe, sob o ponto de vista da política local — a gente está falando de política local, duas esferas —, tanto na esfera de Estado no âmbito estadual quanto na esfera de Estado no âmbito municipal, uma busca de diálogo das instituições. Isso é feito pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e por outras instituições que inclusive aqui estão presentes, que são tanto de sociedade civil quanto outras instituições de poder público nas três esferas, seja de Governo, seja nas três esferas de Estado, de poder.

Nessa realidade que eu vou chamar de micro, quais são os desafios que a gente está buscando dentro desse, por exemplo, caso colocado aqui? Não adianta o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, não adianta só o Ministério Público estar envolvido, não adianta a Polícia Civil, que me parece, depois da reestruturação feita pelo Governo do Estado de São Paulo, através de um decreto que é de... Ele data, eu acho, de 23 de novembro do ano passado, quando foi remodelado o DHPP — Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa com a proposta de fomento estadual, através da 1ª Delegacia, nessa articulação para o combate ao tráfico de pessoas. Talvez, essa força maior de buscar o problema e solucioná-lo também tenha sido, com certeza, oriundo dessa modificação normativa e estrutural de fortalecimento da polícia.

Não basta que nós estejamos olhando para isso. É necessário que as demais instituições, que vão muito além das instituições de Poder Executivo e Judiciário, mas principalmente — como todos disseram aqui, o nosso calcanhar de aquiles é a acolhida da vítima —, estejam as instituições que cuidam do acolhimento cientes, conscientes e capacitadas para buscar fazer o quê? O contato com quem já está também no trabalho.

Vou dar o exemplo desse caso, infelizmente, desses casos que nós estamos acompanhando. Aqui, comigo, logo a minha frente... A gente não pode deixar de citar o trabalho do Conselho Tutelar. O Jackson, que é o Conselheiro Tutelar da Sé, está aqui conosco, está acompanhando desde o início as atividades. A Dra. Nilze foi ouvida aqui. Bom, enfim, veio essa demanda oriunda inclusive de uma articulação —



e, aí, depois, eu falo da articulação macro, que é de núcleos e postos no âmbito nacional —, veio essa articulação por meio do Estado do Pará. Núcleo do Pará, ativo, presente, junto com a Polícia Civil do Estado do Pará — aqui, a delegada presente também —, começaram a fomentar, para quê? Para buscar analisar de que forma você pode buscar essas pessoas.

Não adianta, como a própria, na época, Dra. Nilze falou, não adianta a gente pegar e botar o pé na porta, porque tem que pensar exatamente na segurança da pessoa, o que tem por trás de todo aquele problema de repressão, de maus-tratos, de exploração. E, aí, no segundo momento, para onde eu vou e de que forma eu vou cuidar dessa demanda sob o ponto de vista humano, social, psicológico etc.

O que é que a gente fez? *“Vamos começar a fortalecer essa rede local.”* *“Então, vamos lá. Vamos buscar quem que cuida desses adolescentes, até por lei.”* Se a gente simplesmente pegasse a nossa lei e a cumprisse no Brasil...

Eu já disse isso ao Deputado — não é, Deputado? —, na oportunidade que tivemos em Brasília. Temos uma lei incrível para a proteção da infância e da juventude, mas a gente ainda precisa amadurecê-la no que tange ao desenvolvimento daquelas diretrizes.

Então, chamamos o Conselho Tutelar, buscamos uma articulação com os abrigos locais do Município, porque a política de acolhimento, a política de atendimento social e psicológico é municipalizada. Então, buscamos esse contato, esse fomento. O Conselho Tutelar nos respondeu com algumas demandas que até nos preocupam, e que isso será fruto, talvez, num segundo momento do nosso trabalho, na questão da articulação. Que é o quê? Talvez, uma falta de compreensão de alguns equipamentos municipais sobre a realidade, a ausência, em muitos, da tolerância com relação à identidade de gênero. Então, o problema da divisão meninos e meninas e de onde vem a nossa infância e juventude, da identidade de gênero das travestis. Então, essa é uma realidade que a gente tem que olhar, que ainda não está amadurecida. E também um problema que, talvez, não seja só da fatia do tráfico de pessoas e da acolhida.

Mas o Conselho Tutelar nos trouxe a informação de que há falta de vaga. A infância e a juventude são carentes dessa acolhida. E disse inclusive que o Ministério Público, ciente dessa demanda, também já está olhando e buscando providências nesse sentido, que é de ampliação dos quadros, de espaços e de



acolhidas de adolescentes, seja nas casas de passagens, seja nos abrigos mais permanentes. Enfim, infelizmente, nos deparamos com isso.

Feita toda uma articulação nesse sentido, fez-se a operação policial, fez-se a acolhida do adolescente. Mas, agora, o mais importante, que é algo inclusive que está sendo debatido: infelizmente, as meninas... Os representantes que estavam aqui de algumas instituições do comitê estadual foram embora, mas a Dra. Maria Gabriela está aqui e pode testemunhar isso. Uma das questões que nós estamos debatendo no âmbito do comitê estadual, em São Paulo, é assim: *“Bom, vamos olhar para o que é prioritário numa política nacional, dentro da política do tráfico de pessoas.”* E o que é prioritário é a vida humana, e principalmente a vida humana de adolescentes, ainda mais na fatia, infelizmente, na porção da identidade de gênero das travestis, que, infelizmente, é um grupo absolutamente vulnerável, não é? É um grupo que tem uma força humana incrível, uma luta. Porque, imaginem o que é essas meninas sobreviverem a essa realidade. Então, a força humana delas é incrível. Agora, infelizmente, abusada e explorada por pessoas que, como vimos aqui, sequer compreendem o mal — ou, se não compreendem, não querem, é claro, explicitá-lo.

Aí, debatendo essa temática, olhando para esse problema, nós falamos: *“Bom, é necessário a gente começar a buscar informações com relação a isso. É necessário fomentarmos políticas para infância e juventude, para o problema do tráfico de seres humanos e também para a questão da identidade de gênero, porque essas meninas precisam de alguém que olhe por elas.”* E essa política também, como dito aqui, tem que ser uma política de Estado.

O esforço, então, portanto, dentro do comitê, dentro do Estado — estadual —, e, no âmbito mais local, os comitês regionais, é exatamente este: vamos olhar para os problemas; vamos buscar institucionalizar o problema dentro das redes. Que redes? As redes de acolhida do sistema de Estado, tanto dos Municípios, num âmbito mais ampliativo de educação à saúde, à assistência social, aos problemas locais relativos a problemas relativos à polícia, a Conselhos Tutelares, que são grandes parceiros nessa demanda, enfim. Essa é uma realidade que, dentro desse caso pontual, esses vários problemas, dentro desse caso pontual, foram, sob o ponto de vista, talvez, do lado positivo do caso, e exemplar do caso, seja, na verdade, uma forma de fazer com que nós possamos dizer: *“Que bom!”* Acho que o



comitê estadual e acho que a política, com o olhar que se busca dentro das coordenadorias que existem, dentro da Secretaria da Justiça, Coordenadoria de LGBT, até...

Muito bem me lembrou — só especificado —, Deputado: no ano passado, teve uma conferência, a II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Aí, dentro dessa, inclusive com a participação de um representante aqui, o Dimitri, foram propostas seis iniciativas, que são iniciativas que estão sendo fomentadas a cada momento. E esse caso é um caso exemplar para dizer sobre essa articulação, que é essencial. O trabalho é essencial. Essas iniciativas aqui previstas, que vão desde a articulação no Município, formas de acolhida e defesa da cidadania... Agora, uma coisa que a gente está implementando aos poucos é a busca da integração de instituições de militância dentro do trabalho que é feito na Secretaria. Então, a gente vai agregando, aos poucos e sempre, vai agregando esses trabalhos.

Enfim, eu acho que eu poderia dizer basicamente, pontualmente sobre a questão da acolhida, que existem desafios. Esse caso exemplar foi bom no sentido absolutamente de se buscar identificarem falhas que precisamos buscar solucionar. Então, eu imagino que estamos caminhando bem para isso. Eu gostaria também de dizer agora sobre a questão macro dessa interlocução e do trabalho do Núcleo. Os Deputados estão percorrendo o Brasil.

Tivemos a oportunidade, em Brasília, de estarmos — não só a mim, Juliana — no CAN, representando o Estado de São Paulo, mas outras colegas de outros núcleos e de outros postos. Então, eu vou dizer agora, portanto, sobre essa questão da política macro. O que isso tem a ver, por exemplo, com essa realidade que nós olhamos hoje, o que é que isso tem a ver com a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas, sob o ponto de vista do que se desenvolve em São Paulo? Essa política macro tem tudo a ver.

Como eu disse, por exemplo, houve uma integração de Núcleo do Pará com São Paulo, com a Polícia Civil do Pará com a Polícia Civil de São Paulo. Ou seja, a construção de uma rede nacional de núcleos e postos — posso afirmar, e os Deputados acompanham de perto, em Brasília — está, a todo momento, fomentada pela Secretaria Nacional de Justiça, e o mais importante: acho, talvez, mais fortalecida em cada um dos Estados que têm núcleos e postos.



A gente está buscando desenvolver, primeiro, compreensão dos papéis de cada um desses equipamentos; compreensão dos papéis e assunção das responsabilidades pelas atividades, pelas instituições que exercem atividades coligadas aos núcleos e postos, seja através de um comitê, seja simplesmente através de trabalhos que são cooperativos. Nós estamos buscando, além disso, desenvolver protocolos de encaminhamento de caso, porque um grande problema colocado aqui é a questão de dados.

O Brasil não tem dados. Vejam, por que o Brasil não tem dados? Porque o Brasil sequer foi capaz até o momento de buscar simplesmente registrar informações. Isso é muito importante. Então, quantas pessoas? Para onde foram? O que foram? Isso, a gente não tem, Deputado.

Então, o que, em São Paulo, por exemplo, a gente está capitaneando dentro dessa rede nacional? Recentemente, dias 5 e 6 de outubro, estive em Minas Gerais. Coube aos Núcleos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo a construção exatamente de um protocolo de fluxo de registro de informação. E coube a mim, até pelas características da minha formação processual, advogada, uma organização exatamente da demanda de como registrar esses casos. Então, por exemplo, conosco, comigo, na Secretaria, está o quê? Toda uma documentação que vai ser sedimentada com base nos procedimentos que São Paulo desenvolveu.

Então, nós, no Núcleo, buscamos olhar para essa questão dos dados e compreender que é necessário registro, publicidade, e, claro, dentro da medida do possível e da segurança das informações das vítimas, claro, mas, acima de tudo, o cumprimento do mínimo relativo a registro de dados. Então, buscando os protocolos e informações que foram desenvolvidas pelo Estado de São Paulo, a gente vai fomentar, no âmbito nacional, exatamente um protocolo de como encaminhar, como registrar — aquela coisa —, como trocar um *e-mail*, que tipo de *e-mail*, que *e-mail* que vai ser esse, se esse *e-mail* é seguro, se ele vai ser criptografado, quem vai coordenar isso, enfim. Coube a mim. Então, a gente está caminhando nesse sentido — está dando trabalho, mas está sendo uma coisa positiva — criar esses protocolos.

Banco de dados. Esse é o único caminho. E é o caminho possível dentro do que temos por ora. Talvez, amanhã ou depois, esse banco de dados seja necessário muito mais do que uma cooperação entre Poderes Executivos dos Estados



federados, através de núcleos e postos. Talvez, eu acho que isso tenha que ir além, amanhã, e isso se amadureça na cooperação das instituições que não estão inseridas no Poder Executivo, mas em outros Poderes, de sedimentação dessas informações, de criação, como o Ministério Público do Estado de São Paulo, criando o seu banco de dados, que será um banco de dados que vai fortalecer as informações no Estado de São Paulo. Não tenho dúvida nenhuma.

A ideia, portanto, de uma cooperação nesse aspecto macro de núcleos e de postos, de compreensão de papéis, de compreensão e desenvolvimento das ações, ela não só serve para o caso concreto, como, por exemplo, vimos hoje, mas serve muito mais, serve para o futuro, serve para se construir um sistema.

Na questão da legislação especial, Deputado, o senhor imagina, já deve ter recebido da Secretaria Nacional de Justiça a proposta de legislação que foi debatida inclusive por São Paulo, presente nos seis *workshops* que ocorreram na Secretaria Nacional de Justiça, exatamente falando isso. A gente precisa de uma legislação especial, o Sistema Processual Penal precisa ser revisto para conseguir assegurar para vítima. Não é assim: sentou, prestou depoimento e foi embora, porque é vítima. Porque o processo penal tradicional olha exatamente desse jeito para a vítima. É um sentar, declarar e um ir embora. Então, o quanto isso também precisa ser melhor revisto na construção do processo, o quanto as questões indenizatórias, e isso foi muito claro que percebemos que ainda é carente no Brasil, Deputado... Não adianta ter um grande fortalecimento de um processo penal e de um Direito Penal. Cadê o Direito Civil no retorno das ações de indenização das vítimas?

A exemplo de alguns países da Europa, que pudemos visitar nessa rede de núcleos e postos, no meio do ano, vimos que existe essa previsão lá. Mas aqui também você acaba olhando para a legislação especial e dizendo: "Mas para eu ter uma indenização em casos internacionais eu preciso de uma cooperação internacional eficaz".

Então, vejam, a ideia dessa integração macro, a ideia desse debate macro, e São Paulo está participando dele diretamente, é a única maneira, Deputados, realmente de construirmos, seja a ambição desse marco legal, que talvez seja revolucionário, vai ser uma luta, não tenho dúvida nenhuma, (*risos*) mas será revolucionário e será construtivo, mas também o reflexo nas ações locais.



Não digo que somos perfeitos, absolutamente não. Estamos aí... Felizmente — não é? — somos humanos. Estamos aí acertando e errando, mas atentos a quê? A melhorar a cada dia, a compreender a cada dia. A ouvir, principalmente. Principalmente a ouvir quem tem muito a nos dar de referência.

Então, referendando aqui as colegas, que já propuseram isso, eu também faço a mesma coisa.

Venham falar conosco. Acho que o núcleo de São Paulo é só um dos equipamentos, somente um, grande, importante, o.k., mas apenas um e que está absolutamente disposta a isso: a um diálogo, à compreensão, ao desenvolvimento, até mesmo ao reconhecimento de que: “Poxa, olha, essa ideia é boa, não tinha tido essa ideia”. Pronto. Eu acho que esse é o diálogo que nós podemos manter: é o de construção, é o de compreensão, é o de tolerância, e, portanto, do enfrentamento ao tráfico de pessoas. E penso que essa é a melhor e, de fato, a única forma de a gente combater essa realidade.

Bom. Eu falei um pouquinho — não é? —, bastante, eu acho que estamos todos cansados. Porém, estou deixando aqui abertas as perguntas dos Deputados. E, enfim, agradeço imensamente a nossa participação.

Muito obrigada, ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - MUITÍSSIMO obrigado, Dra. Juliana. As suas contribuições lá em Brasília já foram devidamente acolhidas, e as feitas aqui também.

Eu acho que existem três grandes linhas, pelo menos é o que a CPI tenta estabelecer nisso: uma, que é o nosso papel, a nossa função precípua de legislar — não é isso, Deputada Paula? —, de oferecer uma contribuição nessa insuficiência da legislação brasileira, do nosso ordenamento; a outra é sugerir políticas que possam aparelhar melhor o Estado como um todo — está certo? — na logística, no acolhimento, na atenção de vítimas, num conjunto de questões que só o Estado pode fazer. E fazer de forma sistêmica, fazer de forma estruturante.

A senhora fala dessa integração, mas o que nós vimos até agora, muitas vezes, é a Polícia Civil e a Polícia Federal dando de cabeça numa mesma investigação, sem um dialogar com o outro. Infelizmente, ainda tem isso.

Então, é preciso, e eu tenho conversado isso muito com o Ministro José Eduardo Cardozo, com a Ministra Maria do Rosário, que é papel do Governo, da



União, protagonizar a construção desse sistema, desse banco nacional. Nós não temos um cadastro nacional disso, não tem nada. Quer dizer, e não dá para construir isso do Município, de cima para baixo. Ele tem fluxos e refluxos, mas quem tem mais condições de ordenar essa visão sistêmica do processo é o Governo Federal, está certo?

Esse é outro desafio.

E o outro desafio é isso que nós estamos fazendo, tentando amplificar esse debate na sociedade para superar essa cultura da valoração patrimonial diante do maior, do bem jurídico maior que é a vida numa sociedade. Infelizmente, essa lógica ainda está invertida, e a sociedade e o Estado brasileiro não têm sequer a consciência da dimensão da recorrência, da gravidade, da complexidade, da presença muito mais próxima do que se pode imaginar desse tipo de crime.

Esta própria mulher que nós ouvimos aqui, torrencialmente contraditória, para não ir mais além do que isso, quer dizer, talvez não tenha sequer a noção plena da gravidade criminal a que ela se presta, da conduta dela. Nós trocávamos aqui umas opiniões ainda preliminares, eu e o Deputado Paulo Freire, e você acabou de abordar nesse mesmo sentido.

Então, eu acho que tem muito desafio aí pela frente. Mas eu acho que a gente pode cumprir um papel. E quando eu digo nós, somos todos nós, essa rede institucional da sociedade civil, todos aqueles humanistas, amantes da vida, da justiça social, da democracia, podem dar uma contribuição no sentido de a gente aperfeiçoar a sociedade brasileira e o Estado brasileiro no enfrentamento desse crime, que é um crime hediondo.

Mas, então, esse é um dos objetivos por que a CPI está percorrendo o Brasil inteiro. Vamos ao Pará, vamos ao Amazonas, vamos ao Nordeste, semana que vem vamos à Bahia, em Salvador, vamos lá em Monte Santo, vamos amanhã ao Rio de Janeiro, vamos na outra semana em Porto Alegre. Enfim, a gente vai percorrer, tentando bater tambor e discutir com a sociedade civil.

E nesse sentido eu agradeço imensamente a sua presença aqui, mais uma vez a sua colaboração, como a de todos que estão presentes aqui, enfrentando a fome, o cansaço. Mas a persistência nossa é maior do que isso, e também nossa teimosia.

Muito obrigado, Juliana, pela sua presença aqui.



Eu queria convidar a Sra. Cristiane Lobato, Delegada da Polícia Civil do Estado do Pará e que tem ajudado muito nessa luta.

E peço um pouco mais da paciência dos senhores, que já ficaram, já superaram o gongo da fome, e nós já vamos terminar, daqui mais um pouquinho. Depois da Delegada Christiane, vamos ouvir a Sra. Rosângela e vamos partir para os encaminhamentos finais da nossa audiência.

A SRA. CHRISTIANE FERREIRA DA SILVA LOBATO - Obrigada pelo convite. Na verdade, fui eu que pedi para falar. Eu falo muito, mas prometo que vou falar pouco.

Boa tarde a todos.

Quero parabenizar a CPI pelo trabalho e agradecer o Estado de São Paulo pela ajuda que vem dando para o Estado do Pará desde o ano passado, quando ainda era do núcleo a Ana Flávia, tinha uma força-tarefa, a nossa promotora, que eu só chamo de doutora, ela não gosta; e ratificar o agradecimento à equipe atual e à Delegada Nilza, na época era o Delegado Sérgio.

Infelizmente, a realidade do nosso Estado é uma realidade que nos coloca no cenário nacional como um dos Estados onde há mais tráfico. E não só o tráfico na modalidade legal que nós conhecemos, que está estipulado no nosso ordenamento jurídico, mas também todas as modalidades previstas no Protocolo de Palermo.

Nós temos um problema gravíssimo no Estado de tráfico interno. Dentro do nosso próprio Estado, nós temos pessoas traficadas dentro dos garimpos, principalmente migração do Nordeste; temos tráfico internacional, as nossas mulheres saem do Estado, vão para o Suriname, vão para a Guiana Francesa; e temos a realidade do tráfico interno, principalmente de travestis, com várias rotas mapeadas. Mas a nossa principal rota ainda é o Estado de São Paulo.

É muito fácil a gente, muitas vezes, não se colocar no lugar da vítima, porque, infelizmente, elas vivem, sim, uma realidade que não é a nossa realidade. Mas qualquer um de nós pode ser vítima de tráfico. Só que quando você tem uma boa estrutura familiar, quando você tem oportunidades, você consegue ser crítico, você consegue enxergar o problema. E a realidade das nossas vítimas é de extrema vulnerabilidade. Não só vulnerabilidade econômica, social, mas também emocional.

As nossas travestis não são aceitas pelas famílias, elas não são aceitas pela sociedade, elas não estudam. Então, elas veem na oportunidade de vir pra São



Paulo não é nem o ganho, porque não é muito diferente o valor do que elas vão ganhar aqui, do que elas vão ganhar em Belém, elas veem a oportunidade da mudança do corpo. Nós não temos essa facilidade no Estado, e eu espero, sinceramente, que nós não tenhamos. Nós sabemos que aqui no Estado de São Paulo, além das bombadeiras, nós temos médicos. E o que nós identificamos no Pará é que muitas vezes esses médicos utilizam até o sistema de saúde estadual. Então, isso é muito triste. Eu espero que a gente não importe mais essa prática, porque, infelizmente, tudo de ruim chega ao nosso Estado. E quando nosso Estado aparece no cenário nacional, ele aparece sempre com mazelas.

Outro fato que também traz essas adolescentes pra cá é essa negação da família. Só pra dar uma demonstração para vocês, no ano passado, das 86 jovens que foram encontradas pelo Estado de São Paulo em três casas — vale ressaltar que uma era da Telma e outras duas de outras pessoas já identificadas também —, 80% eram de jovens paraenses. E realmente eram seis adolescentes, diferente do que a Telma disse, que eram duas, eram seis adolescentes. Essas jovens foram recambiadas pro Pará. Uma delas, na verdade, que é a jovem que ela identificou — o ideal era que não houvesse identificação nenhuma das vítimas, mas ela identificou — como sendo Juan, foi incluída pelo Estado de São Paulo, uma louvável iniciativa da força-tarefa em conjunto com o Judiciário, no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Mas, infelizmente, a jovem fugiu. E ela não fugiu só uma vez. Ela fugiu por duas oportunidades. Eu conheço bem o caso, porque eu sou Vice-Presidente do PPCAAM, no Estado do Pará, então, eu acompanhei toda essa rotina.

E por que ela fugiu? Primeiro, porque o programa não está preparado pra receber travestis nem transexuais. O programa é feito pra meninos e meninas. Então, quando ela entra numa casa — na verdade, ela não ficou no Estado de São Paulo, houve a permuta da vítima, ela foi pra outro Estado não identificado —, ela não era aceita na casa. E aquela não aceitação fez com que ela quisesse voltar a se prostituir. Então, ela saía da casa pra se prostituir. E o programa tem regras. E uma das regras, lógico, é a não aceitação da prostituição. Então, essa jovem voltou a estudar, ela entrou sem a família, no primeiro momento. Quando ela fugiu pela primeira vez, houve essa sensibilização por parte do programa pra que a família entrasse, porque nós entendíamos que seria mais fácil que ela tivesse a visão e,



tendo o apoio familiar, que ela continuasse no programa. E mesmo a família entrando, ela voltou a fugir. Infelizmente, ela está no Estado de São Paulo. Nós já sabíamos que ela estava aqui, não porque a família tenha nos procurado, mas porque nós mapeamos as travestis. A gente faz um trabalho hoje em dia até preventivo no Estado do Pará.

Eu acabei nem me apresentando. O Deputado me apresentou como Delegada. Atualmente, eu estou Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis. Na época da investigação, eu era Diretora da Divisão de Atendimento ao Adolescente. Essa diretoria é nova no Estado do Pará. É uma diretoria que nós atendemos a todo o público vulnerável, em estado de vulnerabilidade, crianças, adolescentes, mulheres, idosos, segmento LGBT, que é muito importante. Nós temos uma política estadual, que estava há 4 anos engavetada, de combate à homofobia. Hoje nós sentamos lado a lado com o movimento, fizemos alterações no sistema da Polícia Civil, capacitamos os nossos servidores. Lógico que o preconceito institucional é absurdo, mas nós temos que iniciar o trabalho. Então, nós fazemos esse trabalho de mapeamento de possíveis vítimas, dessas adolescentes. Nas escolas, conseguimos muito pouco, porque geralmente elas não estudam, mais nas ruas. Então, nós sabemos quem é quem.

Por isso que eu acho que o Estado do Pará, se não for o maior, é o único Estado que demanda não só pra a Polícia Civil do Estado de São Paulo como para o núcleo. Porque hoje o nosso Estado é o Estado que mais encaminha travestis. Se vocês fizessem um arrastão para identificar todas essas jovens, vocês veriam que quase todas são paraenses. Se não forem paraenses, são amazonenses, amapaenses e maranhenses. É uma triste realidade. Muito pouco de mineiras. São pouquíssimas. Você não vai ver nenhuma do Sul, eu posso garantir pra vocês. Por quê? É a pobreza que leva, é a falta de políticas públicas. E essa jovem, quando ela volta pra Belém, ela passa muito tempo lá. Por quê? Nós temos um núcleo de pessoas extremamente competentes, que realmente são sensibilizadas com a causa, que não estão lá pra julgar se aquela pessoa se prostitui ou não, elas são humanizadas para o atendimento. Só que não adianta. A Pasta que fica na Secretaria de Justiça de Direitos Humanos não atua só. Ela teria que trabalhar em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Trabalho e Renda. Porque essa jovem que volta ela quer até mudar de vida, mas ela não tem como, ela



não tem escolaridade. Então, ela não tendo escolaridade, você não consegue nem capacitar. Então, ela volta pra cá. Ela não volta porque ela é bem tratada, ela não retorna pra casa da exploradora porque ela é amada, apesar de ela chamar essa exploradora de “mãezinha” e de “paizinho”. Mas por que ela cria esse vínculo emocional? Porque ela não tem vínculo com ninguém.

Do caso do ano passado, onde a maioria era de paraense, onde seis adolescentes eram paraenses, nós tínhamos ocorrência de só uma situação. E foi justamente essa única situação que gerou essa operação. Nós instauramos inquérito policial em Belém, porque nós já sabemos: chegou desaparecido, com esse perfil de travesti desaparecer de casa, a gente já sabe que o que vai investigar é tráfico interno. Então, nós investigamos, passamos — na época era a Dra. Ana Paula, eu acho que nem ficava na 1ª Delegacia de Proteção —, direto pra Divisão de Homicídios, passamos o endereço, e o Estado de São Paulo, com a Polícia Civil daqui, investigou e descobriu outros dois endereços. Então, nós passamos um endereço com a demanda de uma pessoa e, pra nossa surpresa, foram quase 100. Ou seja, para os outros pais, por que eles não comunicaram o fato? Porque para o pai é um alívio aquela jovem desaparecer de casa. Ele não aceita, ele tem vergonha. Então, ele só comunica à polícia quando ele toma conhecimento de que a situação é grave demais. Aí ele procura um conselheiro tutelar, ou procura um CRAS, um CREAS e informam que ele pode responsabilizado. Aí ele procura.

Nós temos uma situação, de duas semanas atrás, que nós demandamos já pra São Paulo — por sinal, a jovem já foi até recambiada para o Estado do Pará, e a exploradora também já foi identificada —, onde a adolescente fugiu de casa em março, e o familiar só foi comunicar em abril. E por que ele comunicou? Porque ela postou no Facebook que se ela não fugisse, ela ia se matar. E alguém comentou pra esse familiar, que, por exceção, é servidor público federal, porque na maioria das vezes são pessoas extremamente humildes, lógico, ele não é um juiz federal, não é, mas é um servidor público, tem um vínculo, e ele ficou com medo da responsabilização a que ele foi informado e ele resolveu fazer a ocorrência. Ou seja, o perfil é esse: as situações não chegam às polícias; quando elas chegam, elas chegam mascaradas através de ocorrências de fuga ou desaparecimento, abuso sexual e até de violência doméstica, quando nós falamos de mulher. A situação é gravíssima. Os Estados têm que se empenhar mais, não só as polícias. É muito



difícil você trabalhar, porque se você não tiver um contato no Estado, você não consegue. O contato não é institucional. É pessoal.

Nós temos pessoas que nós conhecemos. Por exemplo, eu estou lá no Pará, todo mundo que quer saber de tráfico me procura. Eu procuro a Dra. Anália até hoje, eu procuro a Promotora Ana Flávia, a Juliana, que está no Núcleo, tenho os contatos no Nordeste. Ou seja, se eu sair vai parar o serviço? Não. Então, o que foi que eu sugeri e, graças a Deus, o nosso gestor aceitou? Nós criamos a Delegacia de Combate ao Tráfico de Pessoas no Estado do Pará — é a primeira do Brasil —, pra que nós passemos a ter dados; pra que, quando precisem, não me procurem, procurem uma delegacia. Porque eu estou lá hoje, amanhã não mais estou. E aí, vai parar o trabalho? Não.

Nós fizemos esta semana — ontem, por sinal, nós acabamos — uma capacitação, por iniciativa da nossa diretoria e não da Academia de Polícia, dos servidores da Segurança Pública, pra que eles não só se capacitem, conheçam o problema, mas se sensibilizem, porque o preconceito é absurdo.

Nós não estamos pra julgar vítima. Você pode até achar, mas não diga nunca, senão você nunca vai ter aquela vítima do seu lado e realmente ela nunca vai lhe ajudar. Porque pra você conseguir alguma informação daquela vítima, você tem que criar uma relação de confiança. E essa relação você não cria em uma, duas horas. Você constrói. E pra que você construa essa relação, você tem que ser uma pessoa extremamente humanizada, ter um tratamento humanitário, porque senão você não vai conseguir. Até porque até pra você falar com aquela pessoa não é fácil, porque o conhecimento dela é extremamente limitado. Então, você não pode usar termos técnicos. Você tem que usar a linguagem dela.

Então, dentro da nossa diretoria nós temos o Núcleo de Atendimento Psicossocial, onde nós fazemos o atendimento multidisciplinar. E nós tentamos fazer não só o papel da Polícia Judiciária, nós tentamos também trabalhar nos três eixos, que é a prevenção, a repressão e o atendimento à vítima. Agora, o que acontece? Não adianta nós reprendermos, as polícias atuarem e essas pessoas não serem responsabilizadas pelo Judiciário, porque no nosso Estado, apesar de nós termos investigações desde 2007, não temos nenhuma condenação, nós não temos nem denúncia. Então, a situação é gravíssima. Eu acredito que não seja outra realidade aqui no Estado de São Paulo, porque se fosse, já teria melhorado. E nós vemos que



os exploradores são tão conhecedores dessa situação que eles são flagrans, aquela situação é flagrante, apesar de eles não serem autuados em flagrante, porque eles nunca ficam na casa, têm gerentes, eles nem ao menos falam ao telefone. O negócio é muito mais articulado do que vocês imaginam. Eles continuam a atuar nas mesmas casas. Ou seja, a casa que funcionou o ano passado continua funcionando hoje, da mesma forma.

Então, a prefeitura tem que ser provocada para fechar essas casas, o trabalho não tem que ser isolado, porque senão não adianta plano nacional, plano estadual. Porque plano estadual nós temos também em nosso Estado, mas ainda não está sendo aplicado. Cada um faz um pouquinho. E, se é um plano, você tem que agir de forma articulada, o Estado como um todo. O plano nacional — eu representando a Polícia Civil, fui a única policial civil do País que participou da elaboração do plano nacional — já fez aniversário e nada. A nossa Presidenta vai sancionar, vai decretar, mas tem que executar, e executar na sua totalidade, porque senão você não tem nenhum retorno.

A situação aqui no Estado não acontece só na Capital, também acontece em alguns interiores. Então, é importante que esse trabalho também seja difundido, porque senão eles só migram. Nós temos uma outra rota que foi criada, que é uma rota de Belém-Anápolis, que é no Estado de Goiás, de exploradoras que já migraram daqui para lá, porque sabem que é feito um trabalho aqui pelo Estado, louvável, mas que não é suficiente, como não é em nenhum lugar.

Espero ter contribuído com algo, a realidade é triste, e que realmente as pessoas que estejam aqui sirvam de multiplicadores para que nós tenhamos alguma melhora, porque é preciso. Essas jovens estão morrendo. A Pérola, que foi citada aqui e era gerente da casa da Telma, foi assassinada em Belém, no ano passado. A gerente de outra exploradora identificada no ano passado foi assassinada há 3 semanas, na CEASA — eu disse ao Deputado —, com dois tiros na cabeça. Será que não tem vínculo? Deve ter, é muita coincidência. Então, são vidas que se estão perdendo, são pessoas jovens. Isso quando elas não morrem de AIDS, porque muitas delas são soropositivas, e muitas estão viciadas, porque a própria exploradora estimula esse vício porque ganha mais. Não ganha só, porque geralmente ela está envolvida com o tráfico de drogas também, mas porque aquela adolescente, para aguentar fazer 10, 15 programas por dia, realmente tem que estar



drogada, porque geralmente são travestis extremamente novas, frágeis, não só emocionalmente, mas principalmente fisicamente. São extremamente magras, para você ver, são subnutridas. Elas ficam na casa da exploradora e têm uma refeição diária, e geralmente é lanche, não é comida. Se vocês tiverem acesso aos depoimentos, vocês vão ver. Às vezes, quando elas são atendidas aqui, num primeiro momento elas não falam, mas quando chegam no Pará elas acabam falando. Você pode dizer: “Ah, é mentira, é invenção”. Não, não é invenção, não. É verdade, sim. E é muito triste você ver uma adolescente chegar, travesti, com silicone vazando. Nós conseguimos imagens de cirurgias que são clandestinas, que são feitas a sangue frio — quem trabalha sabe —, com seringa que você aplica num cavalo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fechadas com Durepox.

A SRA. CHRISTIANE FERREIRA DA SILVA LOBATO - É, que cola. Elas pedem Super Bonder: “Doutora, me dê a Super Bonder e um pedacinho de plástico, porque está vazando o meu silicone?” Então, para quem é sensível você se sente obrigado a continuar lutando. Espero sinceramente que a CPI ajude, não só na modificação da lei, que é necessário, mas principalmente na criação de políticas públicas e que haja uma continuidade na cobrança, porque senão o Estado acaba esquecendo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Delegada Christiane. Delegada, não. Como é? Diretora. Muito obrigado pela sua contribuição e, mais uma vez, parabéns pelo seu trabalho.

Quero convidar a Sra. Rosângela Muniz, Defensora de Direitos Humanos, de São Paulo, e que encaminhou à CPI uma série de realidades e de situações aqui vividas por ela e também por outros defensores de direitos humanos e que a CPI se comprometeu a tentar encaminhar, porque não é um caso isolado, nós imaginamos que sejam situações que estão se reproduzindo aí e vulnerabilizando ainda mais esse enfrentamento com essas organizações criminosas.

Em seguida, nós vamos encerrar, mas precisamos da cumplicidade dos senhores e das senhoras aqui para tomar algumas decisões, ou para sugerir, melhor dizendo.

Passo a palavra à Sra. Rosângela Muniz.



A SRA. ROSÂNGELA MUNIZ DE ARAÚJO TOMAZ - Bom, em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado, que gentilmente nos deu atenção. Estivemos em Brasília, participando de algumas situações vivenciadas por nós, em São Paulo.

Eu sou Presidenta da ADDH Brasil, que é a Associação em Defesa da Dignidade da Pessoa Humana, no Brasil. Desde o início das nossas atividades em defesa dos direitos humanos, nós passamos a ter um contato muito próximo com a população e, a contar desse contato muito próximo, obviamente passamos a interagir com diversas situações corriqueiras na região do litoral de São Paulo, porque nós estamos em Praia Grande, mas trabalhamos em São Vicente.

Bom, com muito pouco tempo de trabalho, começamos a receber diversas denúncias de migração de indivíduos do Nordeste trazidos para Cubatão, com promessas de trabalho, onde esses indivíduos eram abandonados em alojamentos e, por um tempo determinado, eles eram simplesmente colocados à rua, ou seja, não voltavam para suas cidades. Eu realmente tive que ir até o local para presenciar se realmente havia coerência nessas informações que começaram a partir de Cubatão. Eram alojamentos desumanos, coisas absurdas. Logicamente, esses indivíduos, sem dinheiro, sem condições de retornar às suas cidades, começaram a se envolver com o tráfico de drogas, as mulheres com prostituições, tudo misturado, homens e mulheres dentro de alojamentos, e o aumento da criminalidade no Município de Cubatão.

Vejam, senhores, que eu não disse que eu estava trabalhando em Cubatão. Nós temos uma Secretaria de Apoio ao Cidadão em São Vicente, não é Cubatão. Então, acredito que a população, ao saber, ao ter conhecimento do nosso trabalho, passou a interagir com essa Secretaria, com o nosso serviço de apoio. Bom, não isoladamente esse caso, passamos a ter denúncias um pouco mais graves ainda, envolvendo inclusive Parlamentares da região, Parlamentares de Cubatão, que estavam explorando meninas adolescentes com a prostituição, com casas noturnas em Cubatão. Não tivemos nem a oportunidade de levar o caso a conhecimento público, porque esses mesmos indivíduos, Parlamentares, ao ter conhecimento das denúncias que estavam chegando até nós, se uniram e estranhamente apresentaram uma falsa acusação em denúncia na Polícia Federal, que, ao invés de investigar a procedência de tais acusações, passaram a me perseguir dia e noite.



Bom, senhores, com menos de 15 dias, eu posso dizer com menos de 19 dias de atuação, no litoral de São Paulo, a minha casa foi invadida por oito homens. Para os senhores verem a gravidade e o medo que eu acredito que o nosso trabalho causou em certos indivíduos que deveriam defender a população, deveriam defender a integridade física das pessoas e não o fizeram.

Pedimos o apoio, a ajuda da Polícia Militar, que, incrivelmente, ninguém sabe por que, sumiram com o boletim de ocorrência. E aí, posteriormente, também para nos impressionar, o Coronel da Polícia Militar do litoral de São Vicente também foi à Polícia Federal apresentar mais uma acusação, com a tentativa de inibir, impedir o nosso trabalho. Ou seja, em poucas vezes, eles tentaram, mas não conseguiram, posso dizer assim, tirar o meu desejo de lutar pelos direitos humanos.

O que me fez ficar muito mais revoltada por ser uma defensora dos direitos humanos, defender integridade física de menores, de adolescentes que estão expostos à prostituição, à agressão física: o Conselho Tutelar — também estranhamente, que ninguém sabe como — recebeu um telefonema anônimo e também apresentou uma denúncia na Polícia Federal. Ou seja, fui submetida a 2 horas e 40 minutos de tortura dentro da Polícia Federal.

Senhores, eu confesso que a situação, no mínimo, poderia ter me levado a uma atitude extrema se eu não tivesse personalidade, vontade de lutar. Se eu não amasse o que eu faço, sinceramente, eu posso ser sincera em dizer que a vida teria perdido um pouco do sentido.

Fiquei ausente do meu filho por mais de 40 dias, porque tive que tirar meu filho do meu convívio. Hoje não moro na minha residência em que eu morava no Município de São Vicente, há 16 anos; tive que me mudar para outro Município; e não ando na rua livremente, porque somos ameaçadas a todo tempo.

Muito bem. Levamos o caso à Secretaria da Presidenta Dilma, que também me deixou um pouco frustrada, confesso. Existe um Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Esse programa é muito falado, muito divulgado, mas, sinceramente, talvez nos Estados, ele possa ter eficácia, mas, partindo do Governo Federal, ele não teve eficácia não. Infelizmente, eu ouvi, da boca da própria responsável pelo setor de proteção a defensores dos direitos humanos, que este programa ainda não estava em funcionamento, ainda não havia sido definido. Deram-me aproximadamente oito livros para eu levar para casa, ler esses livros e



verificar o procedimento, se eu me sentisse vulnerável, em situação de risco, mesmo eu dizendo: *“A Polícia Militar sumiu com o boletim de ocorrência. O coronel foi na Polícia Federal apresentar falsa denúncia”*.

Na minha instituição, nós tínhamos 22 pessoas, entre eles, advogados, psicanalistas, psicólogos, assistentes sociais, pessoas com interesse de ajudar a sociedade e que também foram perseguidas e não suportaram. De 22 pessoas, somente cinco ficaram para contar história. *(Riso.)* Aí eles me dão aproximadamente oito livros para ler. Eu não preciso de oito livros para ler e saber que, na verdade, eu preciso de proteção, eu preciso que seja aplicado, que os direitos humanos saiam do papel. Incrível a situação.

Hoje, eu ouvindo o depoimento dessa senhora — eu ainda comentei ali com a minha amiga, que é assessora também — com certeza, pelo trabalho que nós realizamos... Porque isso, sinceramente, deveriam ter me expulsado do Estado, talvez teria sido melhor. Conseguiram me tirar do Município, mas do Estado não conseguiram. Mas era melhor ter me expulsado do Estado. Por quê? De repente eu não iria buscar tanta força para lutar e colocar cada um no seu devido lugar, porque hoje nós estamos processando todas as pessoas que se levantaram com falsa acusação. É crime!

Inclusive, infelizmente o Delegado da Polícia Federal, que deveria verificar a procedência de tais acusações e não teve o cuidado para isso, nós também estamos entrando com uma medida contra ele. Fomos buscar a ONU — graças a Deus que a ONU existe —, que abriu os braços e nos recebeu muito bem, encaminhou toda essa situação à Corte Interamericana dos Direitos Humanos, porque, na visão deles, o Brasil deveria fazer isso. Não era obrigação deles, mas já que não fizeram, trouxeram-me para perto. E, a partir de então, nós estamos trabalhando com a UNODC, que é o escritório que combate o crime, o tráfico.

E estamos mais fortes, isso só me fortaleceu. Não vou dizer que isso me desequilibrou, que isso, emocionalmente, tirou de mim a coragem e o desejo de lutar, mas isso me fortaleceu.

Hoje nós fazemos também os presídios do Estado de São Paulo. E, parte de situações que foram ditas aqui, de repente, se houvesse um diálogo com os direitos humanos e quem trabalha dentro das penitenciárias, saberiam de muitas coisas que vocês tiveram trabalho, e muito trabalho, para descobrir aqui fora. Até porque o



crime se chama organizado, começando da própria senhora que alicia menores, homossexuais, travestis. Com certeza, essa senhora não trabalha sozinha. Isso é muito simples de se definir, muito simples. A lógica me faz entender que ela não trabalha sozinha, realmente não trabalha. Muito simples.

Mas, hoje aqui, eu venho pedir, sinceramente, por parte desta CPI, que façam o que até o presente momento eu não consegui: manifestar pelo menos a denúncia contra esse tráfico de menores em Cubatão. As Sras. Promotoras que trabalham com a Vara da Infância, por favor, se manifestem junto à Polícia Federal, que recebeu a denúncia do Conselho Tutelar, de um telefonema anônimo. Muito horrível a situação.

Eu disse na Secretaria dos Direitos Humanos: existe uma ditadura disfarçada. Eu não admito isso, eu não vou admitir. E hoje eu venho pedir a proteção, se possível, dos senhores da CPI, porque, realmente, a minha vida não é mais a mesma vida. Falar que é, não é, Deputado; são 1 ano e 6 meses trabalhando com direitos humanos. Tive que mudar de casa; tirar o meu filho da minha convivência; casa invadida; amigos de trabalhos aterrorizados. Tudo isso por quê? Porque existem pessoas que usam o poder público para interesses próprios.

Somente isso que eu gostaria de falar. Acho que tudo, perfeitamente, foi dito pelas colegas, pelas senhoras aqui. Eu agradeço muito a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Sra. Rosângela, pelo seu depoimento e as suas contribuições.

Eu queria, só rapidamente, Deputado Paulo Freire... Em relação a esse caso da senhora, eu fiquei estarecido com esse relato que ela simplificou aqui. Há mais coisas. Hoje eu a recebi no meu gabinete, através de um contato de uma pessoa próxima e comum, e pedi que ela viesse aqui porque é surreal um depoimento desses, quer dizer, acontecendo com a dimensão, com as características que ela revela aqui.

Então, além das ações que a senhora está individualmente movendo para reparar os prejuízos, os danos causados — e é um direito seu fazê-lo e, com certeza conte com o nosso apoio —, nós precisamos investigar mais isso.

Então, eu queria propor, Deputado Paulo Freire, que nós possamos agendar isso. Tem que ser feito pela CPI, porque, se ficar no âmbito da paróquia, não vai resolver. Pela minha experiência, acho que não resolve. Nós precisamos pedir uma



audiência com o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, porque há envolvimento de Parlamentares, de agentes da segurança pública envolvidos nisso. Nós precisamos ter um acompanhamento — e aí da Promotoria —, no sentido de tentar acompanhar esse caso, talvez até tomar a termos o depoimento dessa senhora, para ver qual é a responsabilização, quais são as ações que podem ser promovidas nesse sentido.

E eu vou encaminhar esse relato à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e ao Ministério da Justiça, porque envolve, inclusive, procedimento, digamos assim — eu vou usar um termo aqui que talvez não seja o mais apropriado —, indevidos, para ser bondoso no conceito, no âmbito inclusive da Polícia Federal, pelo que nós acabamos de ouvir aqui, da Polícia Militar, da Polícia Federal, enfim.

Então, eu acho que nós precisamos tomar essas providências e talvez aí o núcleo pudesse acompanhar — não sei se já tinha conhecimento dessa situação — e talvez marcar com ela para acompanhar, Juliana, essa situação, porque há uma coisa muito mais complexa por trás disso aí, envolvendo interesses nessa orla de São Vicente, Santos e tal, interesses econômicos poderosos.

Pois, não. Vamos quebrar aqui a formalidade.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Eu reitero essa questão do encaminhamento na medida em que é assim: é sabido, por exemplo, em Santos, de problemas de tráfico de pessoa, menina mesmo, no porto. Isso aí é situação que a gente já conhece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Exploração sexual, isso é desde que o Brasil é Brasil, em tudo

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Isso aí. Aquele caso do futebol, que nós já comentamos. Mas em Guarujá, também. A gente não tinha chegado em Cubatão. Então, assim, é importante porque você precisa também de uma atuação do equipamento de Justiça, e é o Ministério Público da Infância quem tem de dar conta essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Exatamente.

A SRA. JULIANA FELICIDADE ARMEDE - Principalmente na questão da repressão também.



Então, eu reitero o encaminhamento da doutora no sentido de realmente a Infância lá no...

A SRA. ROSÂNGELA MUNIZ DE ARAÚJO TOMAZ - Pois é, mas, no momento em que o próprio Conselho Tutelar de Cubatão, ao invés de se unir para combater, estranhamente recebe um telefonema anônimo e vai lá também incitar a Polícia Federal a me perseguir. Então, como trabalhar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É, mas, veja bem, aí é uma outra coisa, quer dizer, o procedimento do agente e conselheiro tutelar para o bem ou para o mal é uma coisa que... Com certeza, deve ter alguma coisa aí.

Mas o que é fundamental aqui é essa ação junto à Procuradoria de Justiça do Estado de São Paulo; essa audiência junto ao Secretário de Segurança Pública, para apurar o procedimento indevido de policiais. Nós vamos fazer isso em relação ao Ministério da Justiça, nós da Câmara Federal, e o acompanhamento aí da Promotoria da Infância, porque esse caso envolve um crime que, independente do seu caso, da sua perseguição, o Estado precisa... Há violações graves que estão sendo recorrentemente violadas, enfim, direitos violados.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Quer dizer que o novo Secretário de Segurança Pública é promotor, não é isso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pronto. Então, nós vamos buscar essa audiência aí para a senhora. Está certo?

Encerramos aqui a nossa audiência.

Nós queríamos incitá-los a todos no sentido de, primeiro, nos remeter toda e qualquer contribuição, toda e qualquer sugestão, toda e qualquer proposta. Ao final da CPI, nós vamos fazer um grande seminário nacional, em conjunto, em parceria com a Secretaria Nacional; com o Ministério da Justiça; com a Polícia Federal; com a OAB; com a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, que está colaborando; todas as entidades afins; e o Congresso, no sentido de sistematizar um conjunto de sugestões não só legislativas. Isso nós vamos fazer já, porque o Código de Processo Penal já está em tramitação na Câmara.

E nós não vamos esperar o final da CPI, porque o objetivo da CPI, dentre esses todos, há um objetivo pedagógico de manter isto na opinião pública, no sentido de tentar trazer este problema para mais próximo das pessoas.



E temos que pegar um pouco carona numa novela que está tendo aí. Já fizemos o registro a Glória Perez pela pertinência do tema. Isso pode nos ajudar nesse aspecto. Eu faço geralmente os elogios a Glória Perez e menos a Rede Globo, porque a Rede Globo, ao mesmo tempo, faz um concurso nacional de jovens modelos que talvez seja uma das portas de estímulo a essa fantasia sedutora, no que diz respeito à exploração sexual nessa rede de modelos, de fama, sucesso e dinheiro, bom casamento, etc. Essa ideia sedutora é que acaba capturando essas meninas por este Brasil afora e, no caso da Ludmila, inclusive com a concorrência do pai, da família, de todo mundo, para a Índia, sem falar a língua, sem saber quem é, nunca... Enfim. E essas meninas foram salvas, nesse episódio da Índia que nós investigamos, por um acidente de percurso, porque o pai, o embaixador, o Skype que ela colocou. E conseguiram ser resgatadas a tempo, senão, seriam mais uma nessa rede de prostituição de luxo que a novela vende como ficção, mas todos nós sabemos que tem um enredo de verdade muito grande.

No mais, eu não acredito em outra perspectiva senão esse funcionamento de rede, quer dizer, nenhum de nós sozinho dá conta de coisa alguma disso. Nós precisamos fortalecer essa ideia que já foi aqui bradada por todos, de a gente criar esse sistema, essa cooperação, essa articulação que precisa ser infinitamente mais institucional e menos da boa vontade de uma delegada, de um agente, de pessoas que, na verdade, além da participação ou da representação institucional que têm, são militantes. Isso aqui são militantes da causa, é isso que está fazendo um pouco a diferença, e menos uma política institucional que possa, independente das pessoas, fazer com que essa coisa ande.

Portanto, quero agradecer imensamente os sacrifícios de todos aqui até uma hora dessa, nesse debate. Eu gostaria — a Nilce já foi, não é? — de falar ainda, antes de ir embora, com a Juliana e com os que quiserem. Nós temos algumas ações. Acho que nós não podemos aqui tratar oficialmente, com registro, a gente conversar rapidamente aqui talvez sobre duas ações que nós temos que fazer ainda hoje e se... Nós gostaríamos de contar com a presença das autoridades policiais do Estado e da Promotoria, para nos acompanhar nisso, talvez inclusive um flagrante que se possa fazer ainda hoje, com relação a uma rede que está aí.

No mais, agradecer ao Deputado Paulo Freire, agradecer aos nossos servidores da Câmara que vieram aqui nos ajudar nessa tarefa e a todos os que



participaram desta audiência que dou por encerrada, e aos funcionários aqui da Casa que nos ajudaram, assessores de gabinete, de Deputados, funcionários da Assembleia Legislativa, o pessoal da imprensa também, que está fazendo a cobertura, e desejando uma boa tarde a todos os presentes.

Muito obrigado.